



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
(MEC)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
(UFPI)  
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação  
(PRPG)  
Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste  
(TROPEN)  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
(PRODEMA)  
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
(MDMA)**

**JUSSARA GONÇALVES SOUZA E SILVA**

**EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NAS ATIVIDADES  
SOCIOPRODUTIVAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO DOS COCAIS – PI**

**TERESINA/PI  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**JUSSARA GONÇALVES SOUZA E SILVA**

**EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NAS ATIVIDADES  
SOCIOPRODUTIVAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO DOS COCAIS – PI**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientadora:** Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes

**TERESINA/PI  
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

S586e Silva, Jussara Gonçalves Souza e.  
Efeitos da Assistência Técnica e Extensão Rural nas  
atividades socioprodutivas das mulheres do território dos Cocais  
– PI/ Jussara Gonçalves Souza e Silva. – 2019.  
128 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio  
Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.  
“Orientadora: Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes”.

1. ATER. 2. Avaliação. 3. Mulheres. I. Título.

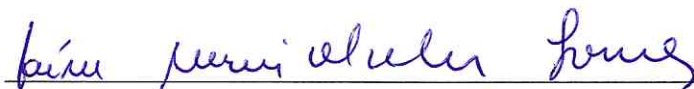
CDD 362.6

JUSSARA GONÇALVES SOUZA E SILVA

**EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NAS  
ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO DOS  
COCAIS – PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PPGDMA), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

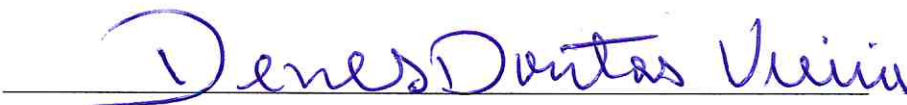
Aprovado em: 28/05/2019



Prof. Dr.ª Jaíra Maria Alcobaça Gomes  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Orientadora



Prof. Dr.ª Márcia Leila de Castro Pereira  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
(Examinador Interno / Vinculado à Rede PRODEMA)



Prof. Dr.º Denes Dantas Vieira  
Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF  
(Examinador Externo)

## AGRADECIMENTOS

Ao criador, ao soberano Deus pelo dom da vida e por me mostrar o caminho e as pessoas com quem caminhar. Minha eterna gratidão pelas súplicas atendidas em todos os momentos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro por meio da concessão da bolsa para cursar o mestrado.

Ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí, corpo docente e administração pela disponibilidade em educar e cooperar com cada discente deste programa de maneira amorosa em todo o percurso da pós-graduação.

A minha orientadora, Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, pela compreensão, dedicação e pela capacidade de fazer-me superar limites intelectuais em busca do perfeito possível. Aos colegas do LASE (Laboratório de SocioEconomia), especialmente a Elisângela Guimarães pelo apoio junto ao comitê de ética e na construção dos mapas da pesquisa.

Ao Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA, na pessoa de Maria Da luz Fonseca, como coordenadora da ONG que me autorizou à execução dessa pesquisa fornecendo todo material solicitado. Como também as agentes de campo, Edigânia, Lucinete, Maria Oneide e Shamia pelas conversas esclarecedoras e pelo apoio nas atividades de campo.

As mulheres quilombolas, agricultoras e assentadas do Território dos Cocais/PI, pelo amoroso recebimento, pelas descobertas e ensinamentos, por fazer desabrochar esta pesquisa.

A minha mãe, Edite Gonçalves da Silva (*In Memoriam*) pela educação incisiva, libertadora e amorosa. Quando em vida, esteve muito tempo de joelhos em oração constante para que Deus me fizesse realizar sonhos memoráveis.

Ao meu marido, Josenildo de Souza e Silva, meu companheiro de sonhos, por ser amigo, meu psicólogo, meu professor, enfim, por ter estado comigo nessa jornada.

A Isabel, minha filha, pelos sorrisos, pela alegria, pelas perguntas consistentes, por ser a razão da minha vida.

Aos meus colegas da turma do mestrado, pelos dois anos que passamos juntos dividindo nossas angústias e sucessos, em especial a Patrícia, Lorena e Daihana pela ajuda e escuta sempre que foram solicitadas e a Karen, a quem dividiu comigo mais que uma sala de aula, excelentes amigadas que levarei no coração. Sempre!

Aos registrados aqui e no meu coração permitam dividir essa alegria comigo. A conquista não é apenas minha, mas de todos que contribuíram para que ela se tornasse real. Muito obrigada!

À Edite Gonçalves da Silva (*In Memoriam*).

Lembrança doce e presente que me impulsiona a realizar qualquer  
projeto.

## RESUMO

Esta pesquisa avaliativa tem como objeto de estudo o Projeto Semeando o saber feminino e agroecológico no Território dos Cocais/PI, desenvolvido nos anos de 2015 – 2017 pela Organização Não Governamental - ONG Centro de Educação e Assessoria Ambiental – CEAA, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, conforme a chamada pública 002/2014 (MDA/DPMRQ). O projeto inaugura, no estado do Piauí, a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para mulheres com ações direcionadas a organização socioprodutiva exclusivamente de grupos femininos. A pergunta que orienta o estudo é: Quais efeitos a política de ATER proporcionou quanto a organização socioprodutiva agroecológica das mulheres beneficiadas pelo projeto? Partindo da hipótese que a Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres contribuem com a organização produtiva e a construção de saberes socioambientais. Trata-se de uma investigação do tipo *ex post fact* que contempla critérios de eficiência, eficácia e efetividade da Política Nacional de ATER – PNATER, Lei 12.188/2010, materializada no projeto citado. Nesse sentido, a pesquisa objetivou avaliar a política de ATER para mulheres rurais no âmbito do Território dos Cocais. Especificamente, delinear perfil socioprodutivo das mulheres rurais participantes do projeto; analisar a eficiência da política no uso dos recursos do projeto; verificar a eficácia no cumprimento dos princípios da PNATER; analisar a efetividade do projeto na continuidade dos grupos produtivos. A estratégia metodológica passa pelos aspectos da implementação da política analisando elementos que construíram saberes com as mulheres, mas também considera a visão das beneficiárias em 2018 e 2019, para compreender a contribuição da política na permanência de saberes e práticas produtivas, sociais, políticas e ambientais entre as mulheres atendidas. Os resultados constataam que a política foi eficiente no uso dos recursos e na execução das atividades propostas; foi eficaz nos processos educativos das práticas agroecológicas, proporcionou acesso a mercados de ciclo curto e institucionais e inseriu mulheres em espaços políticos, foi efetiva na constituição de grupos produtivos agroecológicos. Entretanto, a quantidade elevada de famílias por agente de campo; a descontinuidade das ações de ATER tem inibido o fortalecimento dos grupos para comercializar em diferentes mercados; e a morosidade burocrática do Sistema Informatizado de Avaliação de ATER – SIATER são aspectos que comprometem a política.

**Palavras-chave:** Avaliação. Mulheres. ATER. Agroecologia. Política Pública.



## ABSTRACT

This evaluative research has as its object of study the Project Sowing female and agroecological knowledge in the Territory of Cocais / PI, developed in 2015 - 2017 by the Non-Governmental Organization - NGO Center for Education and Environmental Advisory - CEAA, funded by the Ministry of Development. Agrário - MDA and Ministry of Social Development and Hunger Alleviation - MDS, according to public call 002/2014 (MDA / DPMRQ). The project inaugurates, in the state of Piauí, the provision of Technical Assistance and Rural Extension specific services for women with actions directed to the socio-productive organization exclusively of female groups. The question that guides the study is: What effects has ATER policy provided on the agroecological socio-productive organization of women benefiting from the project? Assuming that Technical Assistance and Rural Extension for women contribute to the productive organization and the construction of socio-environmental knowledge. This is an ex post fact investigation that includes criteria of efficiency, effectiveness and effectiveness of the National Policy of ATER - PNATER, Law 12.188 / 2010, materialized in the project cited. In this sense, the research aimed to evaluate the ATER policy for rural women within the Cocais Territory. Specifically, outline the socio-productive profile of rural women participating in the project; analyze the effectiveness of the policy in the use of project resources; verify effectiveness in complying with PNATER principles; analyze the effectiveness of the project in the continuity of the productive groups. The methodological strategy goes through the aspects of policy implementation by analyzing elements that built knowledge with women, but also considers the beneficiaries' vision in 2018 and 2019, to understand the contribution of politics in the permanence of productive, social, political and environmental knowledge and practices. among the women attended. The results show that the policy was efficient in the use of resources and in the execution of the proposed activities; It was effective in the educational processes of agroecological practices, provided access to short-cycle and institutional markets, inserted women into political spaces, was effective in forming agroecological productive groups. However, the high number of families per field agent; The discontinuity of ATER's actions has inhibited the strengthening of groups to trade in different markets; and the bureaucratic slowness of the Computerized Evaluation System of ATER - SIATER are aspects that compromise the policy.

**Keywords:** Evaluation. Women. ATER. Agroecology. Public policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b> – Território dos Cocais – Piauí/Brasil .....	44
<b>Quadro 1</b> – Área geográfica da prestação de ATER da chamada 02/2014 (DPMRQ/MDA). 45	
<b>Mapa 2</b> – Municípios atendidos pela ATER no Território dos Cocais – PI.....	47
<b>Quadro 2</b> – Distribuição das beneficiárias do Projeto por município e comunidade.....	48
<b>Quadro 3</b> – Atividades da ATER do contrato 182/2014 (CEAA/MDA) .....	49
<b>Quadro 4</b> – Dimensões, categorias e indicadores de avaliação.....	51
<b>Mapa 3</b> – Distribuição geográfica dos grupos da pesquisa.....	54
<b>Quadro 5</b> – Procedimentos avaliativos e amostra da pesquisa.....	56
<b>Gráfico 1</b> – Faixa etária das beneficiárias da ATER .....	59
<b>Gráfico 2</b> – Declaração étnica das beneficiárias da ATER.....	60
<b>Gráfico 3</b> – Níveis de ensino das mulheres beneficiárias da ATER.....	62
<b>Gráfico 4</b> – Formas de acesso à terra das beneficiárias de ATER.....	65
<b>Quadro 6</b> – Laudo de acompanhamento do projeto agroecológico.....	80
<b>Diagrama 1</b> – Temas e metodologias das atividades de construção coletiva do Projeto de ATER .....	89
<b>Quadro 7</b> – Atividades desenvolvidas e envolvimento institucional .....	95
<b>Quadro 8</b> – Grupos e Projetos produtivos pós ATER .....	97
<b>Fotografia 1</b> – Horta coletiva do Grupo Estrelas horticultoras .....	98
<b>Quadro 9</b> – Matriz organizacional do Grupo 1 Estrelas Horticultoras.....	101
<b>Calendário 1</b> – Sazonalidade produtiva do Grupo Estrelas Horticultoras/Esperantina .....	102
<b>Fluxograma 1</b> – Canais de comercialização do Grupo Estrelas Horticultoras.....	103
<b>Fotografia 2</b> – Maquinário do grupo de mulheres do Assentamento Piranhas .....	106
<b>Fotografia 3</b> – Quintal agroecológico Assentamento Piranhas .....	107
<b>Fotografia 4</b> – Preparo do adubo orgânico grupo Estrelas horticultoras.....	107
<b>Fotografia 5</b> – Roça coletiva do grupo de mulheres em São João do Arraial .....	108

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Situação das beneficiárias que permanecem na escola.....	64
<b>Tabela 2</b> – Área produtiva das mulheres .....	64
<b>Tabela 3</b> – Produtos agropecuários das beneficiárias da ATER.....	66
<b>Tabela 4</b> – Recursos financeiros para realização da ATER no território dos Cocais .....	68
<b>Tabela 5</b> – Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE em 2016 nos municípios atendidos pela ATER.....	71
<b>Tabela 6</b> – Indicadores de eficiência da ATER .....	75
<b>Tabela 7</b> – Municípios atendidos por agente de ATER.....	77

## LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CEAA** – Centro de Educação e Assessoria Ambiental
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- DATER** – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- DPMRQ** – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas
- EFASA** – Escola Família agrícola Santa Ângela
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO** – Food and Agriculture Organization/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FETAG** – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA** – Ministério do desenvolvimento Agrário
- MDS** – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- MIQCB** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEDET** – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
- ONG** – Organização Não Governamental
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PLANAP** – Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Parnaíba
- PLANAPO** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAPO** – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PNCF** – Programa Nacional do Crédito Fundiário

**PNDTR** – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

**POPMR** – Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

**POPMR** – Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

**PRONATER** – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PRONERA** – Programa Nacional de Reforma Agrária

**PROUNI** – Programa Nacional Universitário

**PSA** – Pagamento de serviço ambiental

**SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Rural

**SEAD** – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

**SEDUC** – Secretaria de Estado da Educação

**SIATER** – Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

**SICAR** – Sistema de Cadastro Ambiental Rural

**SPM** – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

**STTR** – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**UESPI** – Universidade Estadual do Piauí

**UFPI** – Universidade Federal do Piauí

**UMB** – União de Mulheres de Batalha

**UNICEF** – United Nations Children's Fund / Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. Mulher, Meio Ambiente e Políticas Públicas .....	16
2.2. Avaliação de políticas públicas.....	27
2.3. Assistência Técnica e Extensão Rural e a construção da Política de ATER.....	33
2.4. Metodologia de avaliação de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.....	38
3. METODOLOGIA.....	43
3.1. Delimitação e caracterização da área de estudo .....	43
3.2. Caracterização do projeto Semeando o Saber Feminino e Agroecológico no Território dos Cocais.....	45
3.3. Critérios, dimensões e indicadores de avaliação. ....	50
3.4. Métodos e técnicas de pesquisa.....	51
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
4.1. Perfil sócio produtivo das mulheres beneficiárias da ATER .....	57
4.1.1. Perfil sócio demográfico .....	58
4.1.2. Perfil produtivo.....	64
4.2. Avaliação da eficiência da política.....	67
4.2.1. Dimensão sócio – econômica.....	67
4.2.1.1 Recursos financeiros da política para realização das atividades .....	67
4.2.1.2 Recursos para construção dos projetos das beneficiárias.....	69
4.2.1.3 Comercialização: acesso aos mercados institucionais e constituição de feiras .....	70
4.2.1.4 Análise das atividades do Projeto.....	73
4.2.2. Dimensão ambiental.....	79
4.3. Avaliação da Eficácia da Política.....	80
4.3.1. Dimensão sócio – econômica.....	81
4.3.1.1 Estratégias de mobilização e construção de parcerias locais e territoriais .....	81
4.3.1.2 Promoção da igualdade de gênero .....	83
4.3.1.3 Adoção das metodologias participativas .....	86
4.3.2. Dimensão ambiental.....	87
4.3.2.1 Estratégias metodológicas para produção agroecológica.....	87
4.4. Avaliação da efetividade da Política. ....	92
4.4.1. Dimensão sócio – econômica.....	93
4.4.1.1 Organização produtiva .....	93
4.4.2 Dimensão Ambiental.....	104
5. CONCLUSÃO.....	109
6. REFERÊNCIAS .....	112
APÊNDICE .....	122
ANEXO .....	124

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para mulheres no Brasil têm história recente, os órgãos e instituições estatais implementados como possibilidade de oferecer mudanças estruturais de enfrentamento as desigualdades de gênero e para garantir direitos as mulheres rurais e urbanas são institucionalizados a partir do século XXI.

Em 2003 a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres – SPM é criada como uma instância pública direcionada exclusivamente as mulheres. Em 2013, dentro da SPM, foram definidas as secretarias de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Considerando as mulheres do campo e das florestas, ainda em 2003, houve a primeira versão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER que preconizou a inserção social, produtiva, econômica e os elementos norteadores das políticas das mulheres rurais, em diferentes categorias, no contexto do desenvolvimento rural brasileiro ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (MDA, 2016).

Entretanto, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas – DPMRQ, só é institucionalizada em 2010, ano em que a Lei 12.188/2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, propondo elementos legais para implementação dos programas e projetos em âmbito nacional. De uma forma geral, a PNATER se estruturou elegendo princípios para o desenvolvimento sustentável, de maneira gratuita e acessível, de metodologia especificamente participativa, de fomento as atividades agroecológicas e para promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, para atender os povos das florestas, agricultores/as familiares e assentados da Reforma Agrária (MDA, 2016).

Em 2012, iniciaram as chamadas públicas para beneficiar apenas mulheres rurais com ações de ATER, entre os anos de 2012 a 2016 houve sete chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, buscando beneficiar 9.360 mulheres em todas as regiões do Brasil (MDA, 2016).

Nesse contexto, se situa a presente pesquisa, que busca avaliar uma experiência territorial que se materializa após a chamada pública 02/2014 (DPMRQ/MDA) na verificação da execução e dos resultados do Projeto denominado “Semeando o saber feminino e agroecológico no Território dos Cocais/PI,” executado nos anos de 2015 a 2017, pelo Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA, uma Organização Não Governamental – ONG que existe desde 2003, com sede no município de Piracuruca/PI, credenciada como entidade

executora do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pronater, nos termos do Art. 15 da Lei 12.188/2010 para prestar serviços de Assessoria, Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Piauí.

O projeto em estudo inaugurou a ATER específica para mulheres no estado do Piauí, atendendo 320 beneficiárias nas categorias de agricultoras familiares, extrativistas, quilombolas e assentadas do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, em onze municípios do Território dos Cocais. A ATER foi desenvolvida com uma equipe de trabalho feminina formada por uma coordenadora e quatro agentes de campo por exigência da chamada.

As experiências locais devem ser avaliadas, pois segundo Arretche (2001), faz-se importante avaliar como a União emprega os recursos financeiros como instrumento de indução de escolhas de políticas públicas nas unidades federativas e territórios, para entender seus efeitos e resultados aportadas no âmbito local.

Trata-se de uma avaliação *ex post facto*, pois se realiza após a execução da política, a análise integra elementos da implementação e dos resultados da política nacional no âmbito local, verificando a eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas, considerando a orientação da Lei 12.188/2010.

O interesse em pesquisar essa temática surge da vivência na coordenação do projeto, ao perceber que a experiência colocou em pauta desafios de trabalhar com as diferentes jornadas de trabalho das mulheres do campo, sejam beneficiárias ou agentes de ATER; as atividades socioprodutivas femininas e a inclusão nos mercados de ciclo curto e institucionais. Considerando importante a permanência das mulheres na coletividade produtiva que foram constituídas durante a execução da política.

Entende-se que essa discussão deve estar no espaço acadêmico como forma de visibilizar o cotidiano rural feminino, bem como avaliar uma política pública de história recente, evidenciando a trajetória das ações para compreender os resultados vivenciados na vida das beneficiárias, os saberes construídos e perspectivas futuras, além de entender como a problemática produtiva do campo e suas especificidades de gênero vêm sendo tratadas pelas políticas públicas no Brasil, especificamente a ATER na perspectiva de gênero, agroecologia e desenvolvimento rural.

Diante das dificuldades apontadas por outras pesquisas quanto a organização produtiva, agregação de valor a produção; acesso a mercados e assessorias técnicas não especializadas para tratar de forma pedagógica com mulheres rurais (HORA, 2014), se impõe análises e avaliações de políticas para mulheres para compreender os avanços e entraves do



trabalho com os grupos femininos para participar da constituição e fortalecimento das organizações socioprodutivas de mulheres.

Portanto, a pergunta que orienta o presente estudo é: que efeitos a política de ATER proporcionou quanto a organização socioprodutiva agroecológica das mulheres beneficiadas pelo projeto? Partindo da hipótese que a Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres contribui com a organização produtiva e a construção de saberes socioambientais.

A pesquisa tem como objetivo avaliar a política de ATER para mulheres rurais no âmbito do Território dos Cocais, considerando os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Para tanto, os objetivos específicos são: delinear perfil socioprodutivo das mulheres rurais participantes do projeto; analisar a eficiência da política no uso dos recursos do projeto; verificar a eficácia no cumprimento dos princípios da PNATER; analisar a efetividade do projeto na continuidade dos grupos produtivos.

Esta dissertação está organizada em 5 capítulos, a introdução onde são apresentados a problemática da pesquisa, os objetivos que se deseja alcançar e como a pesquisa se estrutura ao longo do seu percurso; seguido pelo capítulo 2 do Referencial teórico que ampara a pesquisa, nele são abordados os temas Mulher, Meio Ambiente e Políticas Públicas, Avaliação de políticas públicas, Assistência Técnica e Extensão Rural e a construção da Política de ATER e Metodologia de avaliação de Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; em seguida trata-se do percurso metodológico da pesquisa; no capítulo 4 segue os resultados e discussões, nele apresenta-se o perfil sócio produtivo das mulheres beneficiárias da ATER e a avaliação da política utilizando os critérios da eficiência, eficácia e da efetividade e, finalmente o capítulo 5 da conclusão da pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Mulher, Meio Ambiente e Políticas Públicas

Mudanças nos processos organizados e sistemáticos do planeta preocupam ambientalistas, intelectuais e ativistas desde o século XX. As mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, interrupção do ciclo do nitrogênio pela agricultura moderna são alguns aspectos notados para indicar que os limites planetários estão sendo ultrapassados (ROCKSTRÖM et al., 2009).

Crutzen e Stoermer (2000) defendem o termo “Antropoceno” para a atual era geológica planetária destacando o papel do ser humano nas grandes transformações do planeta no último século e no século atual, os efeitos nas relações do homem com a natureza podem ser percebidos como nefastos, mas cientistas sugerem que a tendência é piorar e que ao final deste século as sociedades poderão ser completamente diferentes em relação ao ambiente natural e as relações sociais (BECK, 2013; LOVELOCK, 2006; LYNAS, 2007).

Nesse contexto, as mulheres podem se encontrar como as mais vulneráveis aos efeitos das transformações ambientais pela representação social e cultural de seu papel como cuidadora, responsável nutricional das famílias. São as mulheres que tem preservado habilidades em cultivos diversos que servem para alimentação, como também, com propriedades medicinais, são elas que gerem melhor seus recursos e a produção de alimentos, são as que compreendem melhor a biodiversidade e contribuem para sua preservação, mesmo em ambientes pequenos, como nos quintais, onde há a presença de diferentes sementes e mudas de ervas. São também as mulheres que se relacionam de maneira mais restrita a comunidade local, observando e construindo competências para o desenvolvimento humano local e integrando o campo as cidades através da alimentação (TORNQUIST; LISBOA; MONTYSUMA, 2010).

Contudo, Braidotti et al. (1994) questiona,

Será que todas as mulheres do mundo se preocupavam “naturalmente” com o estado do meio ambiente acima de outros problemas que encaram diariamente? (...) São as mulheres vítimas especiais da destruição do seu meio ambiente? (BRAIDOTTI et al. 1994, p.27-29)

É necessário refletir nas questões acima para reconhecer aspectos importantes que relacionam a mulher à natureza, segundo Braidotti et al. (1994) e Connell e Pearse (2015), as mulheres estão sendo vistas como potencialmente privilegiadas e salvadoras da natureza, porém afirmam que ser mulher não é sinônimo de qualidade superior ao homem para gerir os

recursos naturais, ainda que a população feminina seja a mais prejudicada pela degradação e pela crise ambiental, sobretudo as mulheres do sul do planeta.

Desde os anos de 1950 que as mulheres já se destacavam na luta a favor da natureza, mas é nos anos de 1970, em decorrência do movimento ecológico na Índia, denominado Movimento *Chipko* (Abraço), encabeçado por mulheres de resistência pacífica aos madeireiros contra o corte e derrubada das árvores. Neste movimento se observa uma aliança entre economia e natureza em outra perspectiva (CONNELL; PEARSE, 2015; MIES; SHIVA, 1997).

O movimento quis mostrar que a economia pode estar aliada a natureza no sentido oposto da exploração e destruição, quando propunha que havia outros elementos importantes e valiosos na natureza, através do slogan “os produtos da floresta não são madeira e dinheiro. Os reais produtos da floresta são solo, água e ar puro” (MIES; SHIVA, 1997) ganharam repercussão mundial.

Concomitante a esse movimento em países europeus, nos Estados Unidos e na Austrália surge o Ecofeminismo oriundo dos movimentos ambientalistas da época, o termo foi usado por Françoise d'Eaubone em sua obra *Le féminisme ou la mort* (Feminismo ou morte).

O Ecofeminismo é o reconhecimento de que as forças que marginalizam e oprimem a natureza são as mesmas que oprimem as mulheres. Essas forças foram criadas pelo patriarcado capitalista para conquistar e explorar a natureza e as mulheres, para Mies e Shiva (1997) o Ecofeminismo também está relacionado com a criatividade da natureza e das mulheres que diverge da ideia do capitalismo de uma natureza morta e da passividade das mulheres, onde os meios de produção são a única força criativa, para elas, é necessário reconquistar a criatividade e atividade das mulheres e da natureza para inaugurar outra política, outra economia, outra filosofia e ciência.

Para Mies e Shiva (1997) o Ecofeminismo anuncia um tratamento diferente não apenas para as mulheres e a natureza, mas para tratar da diversidade humana, em busca de uma nova ordem planetária com base na igualdade na diversidade da natureza e da humanidade através do conhecimento feminino.

A subordinação da natureza e da mulher é semelhante, pois foram naturalizados, entretanto não se pode romantizar a conexão entre natureza e mulher, nem romantizar o ser mulher, como o bom, como algo separado do que é ruim, da cultura, da sociedade e dos homens, a questão envolve aspectos complexos da história, das relações de poder, pois cultura e sociedade são muito mais complexas do que processos naturais, mas compreender a

dominação da natureza ajuda a entender a dominação do homem em relação a mulher, sem vitimá-la, nem tão pouco produzir uma visão simplista (RODRIGUEZ, 1992).

Uma constatação que Rodriguez (1992), Mies e Shiva (1997) e Connell e Pearse (2015) compartilham é que na análise da dominação do homem da natureza e da mulher alguns aspectos estão relacionados, dentre eles a invisibilidade e a gratuidade do trabalho de ambas; compreendem que é a inauguração do patriarcado capitalista que as reduz a passivas e sem valores criativos e econômicos.

Entretanto Braidotti et al. (1994) contestam a ideia de que a dominação sobre as mulheres e a natureza teve início com o patriarcado capitalista, pois a divisão do trabalho generificado já se constata em sociedades pré coloniais e que o capitalismo só perpetuou e aprofundou as diferenças e explorações.

Na literatura que trata de mulheres e as questões ambientais, merece destaque a cientista Rachel Carson que ficou conhecida como a primeira mulher a questionar o paradigma do progresso científico, Carson apontou em suas obras como a ciência e o progresso influenciavam os ecossistemas ao mesmo tempo em que a natureza se mostrava resiliente. Em 1962 com a obra *Silent spring* (Primavera silenciosa) o pesticida sintético DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) foi denunciado pela autora como tóxico ao homem e ao ecossistema, embora o governo dos Estados Unidos tenha dado ouvidos a Carson e proibido o pesticida em 1972, após outras investigações, muitos críticos e muitas empresas pretenderam diminuir a descoberta da autora afirmando que sua escrita não tinha métodos científicos, como também usavam seu estado civil de solteira para desacreditar suas afirmações (CORBETT, 2001; ORESKES, 2004).

Carson não foi apenas a primeira mulher a denunciar o pesticida, na verdade foi a primeira pessoa da ciência que realizou a denúncia, esta obra é considerada por Leff (2005) como a grande responsável pelo surgimento da consciência ambiental na década de 1960.

Ainda nos anos de 1960, milhares de mulheres se tornaram ativistas em prol do meio ambiente, o movimento mais conhecido foi a Marcha da greve das mulheres pela paz [Women Strike for Peace (WSP)], em diferentes cidades dos Estados Unidos que pediam o fim dos testes nucleares e o fim da guerra fria, tinham como principal clamor o banimento do estrôncio 90 que estava ligado ao câncer infantil. A marcha era composta por mulheres brancas e de classe média com curso superior completo que haviam trabalhado no período da guerra (CONNELL; PEARSE, 2015).

Nos anos de 1970, nos estados Unidos, a bibliotecária Elizabeth Davis lançou a obra *The first sex* (O primeiro sexo) marcado pelas diferenças entre o feminino e o masculino na

discussão dos problemas ambientais, onde ela descrevia que o homem era inimigo da natureza e a mulher sua líder nata, afirmava que ao usurpar a liderança da mulher, a natureza sucumbiu ao caos desordenado causado pelo homem.

A visão de Davis, descrita por Mellor (1996) é de uma conexão natural e fisiológica com a função reprodutiva e de cuidadoras e criadoras que possuem as mulheres como algo que nasce com ela, como querem acreditar alguns. Essas afirmações receberam muitas críticas na época pelos movimentos feministas.

Nos anos de 1980 o debate se amplia em decorrência da expansão da indústria que afetava a vida social com grandes desastres ambientais, destaca-se o caso da Mineradora BHP que construía a Mina de ouro Ok Tedi em Papua-Nova Guiné. A mineradora contaminou com toneladas de lixo os rios Ok Tedi e Fly, em 1982 e ainda em 2000, indenizando mais de 70 mil pessoas ribeirinhas cujas negociações são tratadas com grupos de mulheres. A Índia, também foi alvo de grande desastre ambiental em 1984, gases tóxicos da fábrica de pesticidas Union Carbide mataram entre 7 mil e 10 mil pessoas, além de causar danos permanentes a quase 200 mil outras, outra vez se destacam as organizações de mulheres como as maiores representantes das vítimas nos procedimentos legais (CONNELL; PEARSE, 2015).

Na década de 1990, a filósofa ambiental australiana Val Plumwood, em sua obra *Feminism and the mastery of nature* (Feminismo e o domínio da natureza) destaca o dualismo natureza e humanidade pelas sociedades ocidentais para justificar a destruição dos recursos naturais e a negligência dos valores da natureza não humana.

Segundo Lisboa e Luza (2010), essas lutas coletivas e participação crescente das mulheres em favor de questões ambientais vêm redefinindo identidades femininas e construindo novos conceitos sobre o que é política, meio ambiente, o que é justo e o que é equitativo.

Rodriguez (1992), já afirmava que:

A agenda da exploração dos recursos naturais (mineração, matriz energética, desmatamentos etc.) e sua vinculação com a vida cotidiana da população (direitos humanos, soberania alimentar e água, cuidados e serviços públicos etc.) tem sido especialmente assumida e visibilizada pelas mulheres. Enfatizar os impactos que o modelo de desenvolvimento provoca sobre a vida cotidiana da população é tarefa carregada permanente pelos movimentos de mulheres. Nesse sentido, visibilizar e dar o rosto humano, familiar e comunitário às consequências da atuação das mineradoras, do uso dos agrotóxicos, da contaminação e dificuldade de acesso a água, entre outras, tem sido preocupação das mulheres (RODRIGUEZ, 1992, p 05).

No Brasil, é crescente a quantidade de movimentos de mulheres no campo ou da cidade que estão organizadas e lutando por várias questões socioambientais, seja na resistência às barragens, na luta pela água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes

transgênicas, no banimento de usinas nucleares, ou simplesmente trabalhando com agroecologia, extrativismo sustentável e agricultura familiar.

Podemos citar as mulheres de Altamira que já possuem mais de 25 anos de história, cujo foco principal é a luta pela água; o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB que integra os estados Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, que a princípio lutavam pelo direito à terra e ao babaçu, mas sua luta foi ampliada para garantir qualidade de vida da mulher no campo; e as mulheres do Espírito Santo e Paraná contra a monocultura do eucalipto. As questões ambientais se atrelam as questões da vida digna da mulher, sobretudo a mulher do campo, que sente em seu cotidiano os efeitos na produção e reprodução da vida humana.

As pesquisas acadêmicas brasileiras e latino americanas apontam para a cotidianidade dessas mulheres, no que diz respeito a ambientação política, a luta pela terra, o papel na agricultura familiar e na agroecologia, tratando de questões da manutenção da vida, das transformações sociais e a constituição de movimentos sociais feministas do campo.

Herrera (2016) trata dos processos de reconhecimento feminino em seu fazer produtivo e doméstico, incluindo o trabalho de *care*, que são os cuidados com o bem estar emocional e físico que as mulheres têm para si como atividade naturalizada imputada pelo patriarcado. A pesquisadora aponta que a dinâmica das mulheres rurais pertence ao universo multifuncional do campo e quando é posto visivelmente destaca-se pela contribuição socioprodutiva e econômica do campo.

O movimento de mulheres do campo tem promovido um excelente debate e despertar para autonomia da agricultora ou camponesa, os estudos de Marinho e Gonçalves (2016), sobre empoderamento feminino, discursa sobre a relevância do coletivo para que as mulheres do campo se fortaleçam contra a opressão e possam estar em espaços públicos antes privilegiados por homens, tais como os políticos e comerciais.

Marinho e Gonçalves (2016), sugerem que no processo de empoderamento, segundo os estudos que analisaram, as mulheres no coletivo se encontram mais fortes e protegidas, entretanto individualmente, no ambiente doméstico, ainda estão sob a égide do patriarcado e machismo sendo mais difícil a igualdade de poderes e de direitos.

Na leitura de Paulilo (2013), sobre o documento promovido pela FAO intitulado *O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação, as Mulheres na Agricultura: Superar a Brecha de Gênero em prol do Desenvolvimento em 2011*, a autora observa que na estrutura do documento não há menção a partilha das atividades domésticas e dos cuidados com crianças, idosos e doentes, é um trabalho que fica sob a responsabilidade feminina, assim a

produtividade de homens e mulheres são mensuradas de maneira injusta. Segundo o documento em questão uma das soluções seria novas tecnologias que auxiliassem a mulher rural a diminuir o esforço das atividades domésticas.

Entretanto, o uso de tecnologias não diminui, segundo Paulilo (2013), a distância entre homens e mulheres do campo a fim de “reparar a brecha de gênero rumo ao desenvolvimento”, como queria o artigo analisado por ela, é necessário reconstruir novos comportamentos de homens e mulheres para que ambos sejam autônomos, visíveis e sejam beneficiados com o desenvolvimento e a democracia.

Como vimos esse debate sobre gênero está intimamente ligado a perspectiva do movimento feminista que problematiza as relações e comportamentos de homens e mulheres, provocando efeitos políticos e sociais que transcendem gerações, passa por questões identitárias, sobre a constituição e (re) construção do ser homem e do ser mulher (LAGARDE, 1997).

No mundo rural, é possível identificar que os ideais feministas da igualdade e justiça entre homens e mulheres se manifestam nos movimentos sociais das mulheres do campo, toma-se como exemplo o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil que surgiu em 2004 com representação de dezoito estados brasileiros e articulações com outros Movimentos sociais do campo, suas reivindicações passam por direitos trabalhistas, posse de terra, combate as violências contra a mulher, agricultura sustentável e políticas públicas (BETTO; PICCIN, 2017).

O MMC – Brasil contribuiu para visibilidade e escuta da voz feminina do campo, como afirmam Marinho e Gonçalves (2016), há uma construção singular em um processo de empoderamento solidário e coletivizado, constituindo uma fortaleza para ressignificar e reinventar um lugar e um papel diferente da mulher no campo.

Segundo Hora e Butto (2014), é a partir dos primeiros anos do século XXI que a agenda das mulheres rurais se apresentou com maior ênfase, em eventos que fomentaram a discussão sobre a demanda das mulheres do campo, o Fórum Mundial da Reforma Agrária em Porto Alegre, ocorrido em 2004, a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento rural em Porto Alegre, em 2006 e a 30ª Conferência Regional na América Latina e Caribe da FAO, em Brasília, em 2008.

Nessa recente história, as mulheres rurais iniciaram o processo de valorização de sua existência, essa luta vem sendo subsidiada pelo reconhecimento do seu trabalho, acredita-se que visibilizar o fazer cotidiano feminino, suas diferentes jornadas e contribuições para a

dignidade, saúde e segurança alimentar do campo através de seu trabalho problematiza-se as principais questões de desigualdade de gênero.

As trabalhadoras rurais em 2000 marcam a primeira marcha das margaridas, a marcha é um grito das demandas das mulheres trabalhadoras rurais por elas próprias, dentre as demandas exigidas desde o primeiro evento estão às políticas públicas que atendessem as especificidades das mulheres rurais junto ao combate das injustiças e violências diárias (FERRO, 2014).

Segundo Hora e Butto (2014), as políticas públicas de gênero voltadas ao campo deve ter a intenção de fomentar o trabalho rural da mulher e assistir esse trabalho efetivamente, ouvindo e estudando com as mulheres as possibilidades de crescimento e desenvolvimento com elas e a partir delas.

É importante dizer que, para alguns estudiosos, as políticas públicas que beneficiam o homem e a mulher do campo, são políticas agrícolas, não são políticas ambientais. Os benefícios para agricultores e agricultoras familiares sejam através de linhas de crédito, fomento ou assistência técnica, é voltada a produção, a produtividade e ao crescimento econômico, o discurso de desenvolvimento rural nas últimas décadas não tem beneficiado, especificamente, o meio ambiente (CAZELLA, 2012; LEITE; DELGADO, 2011).

Entretanto, no trabalho de Parmeggiani et al. (2017) é observado que as políticas ambientais favorecem os/as agricultores/as familiares, pois do ponto de vista político a proteção ambiental e a Agricultura familiar não são diferentes, pois uma das competências da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria da Agricultura Familiar é promover o desenvolvimento rural sustentável com agricultores e agricultoras familiares.

Conforme a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais é orientado que em todas as ações e políticas que beneficiem o/a agricultor/a familiar, o princípio da sustentabilidade ambiental, social e econômica seja observado. Parmeggiani et al. (2017), cita como exemplo o Pagamento por Serviços Ambientais<sup>1</sup>, como uma política que correlaciona estritamente os temas do meio ambiente e da agricultura familiar.

---

<sup>1</sup> O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) tem sido uma estratégia utilizada desde o final de década de 1990 por países latino-americanos para o financiamento da conservação ambiental. Apoiada por agências multilaterais internacionais, como o Banco Mundial, o PSA determina a compensação financeira pelos serviços ambientais prestados por agricultores (MELO; GONZALES, 2017)



Dentre os Planos Nacionais de Políticas, as Conferências e Avaliações, merecem destaque dois documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário que ressaltam as políticas públicas desejadas e desenvolvidas no Brasil no biênio 2013 - 2015, pela Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais do Brasil. O Primeiro documento é o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres Rurais* e o segundo documento intitula-se *Políticas públicas para Mulheres Rurais do Brasil*, ambos de responsabilidade da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais e Quilombolas – DPMRQ (SPM, 2013; MDA 2014a).

Nesses documentos encontram-se algumas ações que envolvem as questões ambientais: as ações de fomento a agroecologia; da segurança e soberania alimentar; de incorporação do componente gênero no Plano Nacional de mudanças climáticas; acesso universal e igualitário aos bens coletivos, incluindo a água; inclusão do perfil socioeconômico e cultural das mulheres nos cadastros das unidades de conservação e nas áreas florestais para descobrir e atender suas necessidades; apoiar produção de hortas; apoiar e assessorar projetos socioambientais de grupos de mulheres assentadas da reforma agrária; promoção da regularização fundiária, o direito à titulação e/ou escrituração em nome das mulheres (SPM, 2013).

Esse conjunto de ações está ligado ao Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social e ao Direito a Terra com igualdade para mulheres do campo e da Floresta que se materializa nos Programas: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR); Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (MDA, 2014a).

Uma política que merece destaque é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, que embora, não tenha ligação direta com as questões ambientais, é o programa que garante o primeiro acesso ao direito de identificação legal para garantir o acesso às políticas públicas. Entre os anos de 2004 e 2014 mais de um milhão de mulheres foram beneficiadas pelo Programa.

Segundo Filipak (2017) para gerir essas políticas a DPMRQ teve um orçamento de 1,39% dos recursos do MDA, fator limitante para sucesso e eficácia das políticas, mas apesar desse recurso, a DPMRQ promoveu grandes ações públicas em todo território nacional.

A ATER para mulheres que visa a orientação e construção de estratégias para o trabalho feminino do campo sob a orientação da PNATER, Lei 12.188/2010, tem o objetivo

de promover a agroecologia e ampliar o acesso as políticas de comercialização para as mulheres rurais, assim as chamadas públicas e os contratos de ATER passaram a exigir:

Atividades individuais e coletivas para fomentar a produção agroecológica, bem como, intercâmbios e vivências agroecológicas; formação sobre desigualdade de gênero e desenvolvimento rural sustentável; Formação e assessoria técnica para elaboração de projetos; crédito e mercados institucionais (FILIPAK, 2017, p. 197-198).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, lançado pós Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012 que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, se constituiu em importante estratégia para corroborar com o discurso do desenvolvimento sustentável. Já foram construídos dois Planos, o primeiro do período de 2013 a 2015 e o segundo para o período de 2016 a 2019.

Os Planos afirmam considerarem o saber das mulheres rurais quanto a manutenção da vida e do meio ambiente:

Em um processo de reflexão interna e externa ao movimento agroecológico, tem se fortalecido a compreensão da necessidade de reconhecer o protagonismo das mulheres na manutenção das práticas agroecológicas, que incorporam cuidados especiais com o meio ambiente e com os alimentos gerados e consumidos. Sem estigmatizar a atuação social das mulheres, observa-se, em diferentes contextos culturais e momentos históricos, a presença marcante de mulheres na escolha e guarda de sementes, na manutenção da diversidade e da qualidade da alimentação, na preservação de plantas medicinais, dentre outras práticas (BRASIL, PLANAPO, 2016/2019, p.17)

O documento afirma que no período de 2013 a 2016 houve avanço no acesso das mulheres as tecnologias de acesso a água nos programas de cisternas<sup>2</sup>, quintais produtivos e criação de pequenos animais associados as tecnologias, cerca de 50% de quem acessou o programa de Cisternas foram mulheres, tal como previa o PLANAPO 2013/2015; há também a informação de que mesmo na ATER geral as mulheres tem sido 88% do público beneficiário desde 2013 e, portanto, o atual PLANAPO traz como tema transversal a promoção da autonomia da mulher (BRASIL, PLANAPO 2016/2019).

De acordo com Grisa e Chechi (2016), os resultados do PLANAPO 2013/2015 justificam o investimento de R\$ 2,9 bilhões e garantem a importância da continuidade das ações. As avaliações também subsidiam outras políticas, como a ATER, permitindo a garantia da produção orgânica e agroecológica nos contratos de ATER.

---

<sup>2</sup> O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo MDS desde 2003, instituído pela Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto Nº 8.038/2013), tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (MDS, s.d.).

As autoras também levantam importante questionamento sobre as trajetórias do PLANAPO, dentre outros Planos e políticas importantes que envolvem a temática do meio ambiente e a Agricultura familiar, diante do desmonte do Ministério de Desenvolvimento Agrário e o reposicionamento da Agricultura familiar na estrutura de “Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural”.

A Política que inaugura o acesso às linhas de crédito para agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF, instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, permite ao agricultor e agricultora familiar acessar créditos para aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos e a melhoria de renda (MDA, 2013).

Desde sua criação o Programa sofreu várias modificações em relação a amplitude de acesso, modalidades e taxas de juros. Hoje opera com diversas linhas de crédito: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos – Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; Microcrédito Rural<sup>3</sup> (MDA, 2013; FERNANDES, 2013).

O Plano Safra 2017/2020 opera com 30 Bilhões de crédito para atender a demanda de todas as linhas do Pronaf, não há no Plano referência para atendimento diferenciado entre homens e mulheres, há, contudo, uma linha específica e exclusiva para mulheres que, segundo Fernandes (2013) foi instituída desde 2003.

Fernandes (2013) faz uma importante leitura sobre o Pronaf Mulher e o Movimento de Mulheres Camponesas, afirma que dentro do Movimento, o Pronaf não foi compreendido com uma política que atendesse as demandas das mulheres do campo, o Movimento afirmava necessitar de linhas de crédito que fossem capazes de financiar preservação de sementes crioulas, construção de hortas, jardins, e melhorias nas moradias, entre outras atividades. As atividades que são financiadas pelo Pronaf Mulher já estão contempladas na linha do Pronaf geral que são atividades geradoras de lucro e, na sua maioria são as demandas masculinas, portanto não é uma política direcionada as mulheres.

A autora ainda destaca que, embora as mulheres pudessem acessar o Pronaf, mesmo antes da linha específica para mulheres, não houve avanços significativos até o ano de sua pesquisa em 2013, ainda que em 2001 o Governo Federal instituisse cota de 30% para acesso das mulheres, não conseguiu resolver os problemas que impedem as mulheres a acessar linhas

---

<sup>3</sup> Para compreender mais sobre essas linhas de crédito acessar o sítio da Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário <http://www.mda.gov.br/>

de crédito, pois ainda havia muito preconceito de gênero e marginalização da mulher quanto a inexistência de documentação.

Várias pesquisas mostram que há questões importantes que impedem que a mulher acesse linhas de crédito, podemos citar: o medo da dívida do risco da inadimplência; a ausência de assistência técnica; dificuldade com a burocracia; a elaboração de projeto produtivo; conhecimento sobre regras de créditos (MELO, 2003; ALVES, 2006, 2007; HERNANDEZ, 2009; BUTTO; LEITE, 2010). Entretanto, é possível dizer que aquelas que acessaram o crédito aumentaram sua produtividade, como também proporcionou “reconhecimento destas como não apenas donas de casa e responsáveis pelas tarefas domésticas, mas sim, participantes das tarefas produtivas da propriedade” (FERNANDEZ, 2013)

Spanevello e Boscardin (2016), em pesquisa sobre o crédito rural afirma que nos dois primeiros meses do Plano Safra 2014-2015, os agricultores familiares acessaram R\$ 5,36 bilhões do Pronaf para aumento da produção e compra de máquinas e equipamentos a juros baixos. O valor representa 22% dos R\$ 24,1 bilhões previstos no Plano Safra 2014/2015.

Os dados do MDA (s.d.) mostram que no primeiro trimestre da safra 2014/2015 houve 160 mil mulheres acessando o Pronaf geral, sendo requisitado R\$ 1,13 bilhão para beneficiar as famílias rurais e no período de julho de 2015 a junho de 2016, as mulheres acessaram R\$ 57 milhões em crédito através do Pronaf Mulher.

Na pesquisa de Spanevello e Boscardin (2016) foi constatado que o crédito utilizado pelas agricultoras que acessaram o Pronaf no Rio Grande do Sul se transformou em investimentos em atividades agropecuárias, tais como: aquisição de maquinário agrícola, adubação, equipamento para produção de leite e melhoria na infraestrutura na produção de suínos. Com exceção das atividades leiteiras, os demais investimentos foram orientados pelos homens da família (maridos e cunhados).

As agricultoras também investiram em instalação de pomares, agroindústria e estufas para produção de hortaliças, para estas atividades as autoras constataram maior autonomia, por ser área distinta das mulheres e não concorrer com a área masculina e, portanto, são as maiores responsáveis pela autonomia feminina nas decisões, como também, contribui para inibir o êxodo rural das mulheres.

Esse cenário de políticas públicas para agricultura familiar beneficiam diretamente as questões ambientais se considerarmos os 17 novos objetivos do desenvolvimento sustentável na esfera global, sobretudo os objetivos 5 e 15 cujo teor refere-se a igualdade de gênero e empoderamento feminino e a proteção dos ecossistemas e a biodiversidade, apesar de seus

entraves as políticas vêm colaborando para a redefinição identitária de ser mulher rural, e trabalhadora rural (PARMEGGIANI et al., 2017). Embora, haja ainda um caminho longo para haver mudanças sociológicas e culturais para garantir a igualdade entre homens e mulheres e cuidados com o meio ambiente.

Apesar do avanço e das conquistas de políticas públicas para mulheres nos últimos anos, o desmonte do MDA e de todas as suas diretorias através do Decreto nº 8.865/2016 retira um importante mecanismo institucional como a DPMRQ para as questões de gênero no campo e nas florestas, causa uma descontinuidade das ações de enfrentamento as desigualdades de gênero, não se sabe ainda o impacto para a mulher do campo, é importante que haja estudos nesse novo cenário político.

## **2.2. Avaliação de políticas públicas**

As pesquisas sobre políticas públicas na América tem início a partir nos anos de 1950 nos Estados Unidos, na Europa, especificamente na Alemanha, os estudos e análises são aprofundadas a partir de 1970, no Brasil observa-se um interesse entre pesquisadores de diferentes áreas, a partir do processo de redemocratização brasileira, nos anos de 1980 (TREVISSAN; BELLEN, 2008; MELO, 1999).

É nos anos de 1980 e 1990, quando o discurso das políticas sociais atuavam na perspectiva da cidadania e distribuição de riquezas e de poder, no contexto de redemocratização do Brasil, que os processos analíticos e avaliativos para essas ações ganharam espaços de discussão na esfera administrativa e acadêmica diante dos desafios propostos pelo então contexto social e político (TREVISSAN; BELLEN, 2008).

Segundo Costa e Castanhar (2003, p. 971), a pesquisa avaliativa em todo o mundo passa pelo desejo de reformular o estado, condicionar um melhor funcionamento com um menor custo, afirma que “a busca dessa melhoria passa pela avaliação do desempenho dos programas públicos, o que enseja a possibilidade de avaliar a própria *performance* do aparelho estatal”.

Nesse sentido, entende-se que a avaliação possui caráter definitivo para qualquer iniciativa de reforma ou de ajuste estatal, entretanto para construção do conceito de avaliação, Trevisan e Bellen (2008) afirmam ser campo de grande debate, pois permite uma multiplicidade de ideias e definições, haja vista, a diversidade de atores e campos das ciências que abordam as políticas públicas como objeto de estudo, bem como as diversas instituições e executores.

As definições de avaliação de políticas públicas vão se construindo a partir das intenções de grupos particulares amparados em diversos enfoques, interesses e metodologias. Segundo Ala-Harja e Helgason (2000) a definição de avaliação é bem simples, trata-se de verificar os resultados e os objetivos de um programa, já para Gomes (2001, p. 20) a avaliação de programas sociais “é se interrogar a seu respeito, tentar elucidar sua finalidade, a forma como são produzidos seus resultados e a que práticas sociais se articulam e reforçam.”

Para a Unicef (1990), Avaliação é um processo que tenta determinar sistematicamente a relevância, eficácia, eficiência e o impacto dos programas sociais conforme seus objetivos. É uma aprendizagem que orienta ações da gestão e processos organizacionais para melhorar suas atividades atuais e os planejamentos futuros.

Para Silva (2001, p. 53) a avaliação de políticas é a “análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que as tornam preferível a qualquer outra.”

Avaliar, no entanto não é “um exercício formal desinteressado, à semelhança de um cálculo de custo-benefício. Ela está fortemente ancorada em um conjunto de valores” (MELO, 2009, p. 11), são os valores de quem avalia determinada política que apontam ao fim da avaliação o que é uma boa e uma má política.

Segundo os autores citados pode-se concluir que avaliar é julgar quanto o mérito, a amplitude ou eficácia de políticas sociais, considerando o conjunto de valores que carrega o avaliador. Significa relacionar causas e efeitos e valorar quanto ao sucesso e fracasso no desempenho e cumprimento de seus objetivos e suas intenções políticas.

Segundo Silva (2001), os estudos de avaliação iniciados nos Estados Unidos foram voltados para os programas de combate a pobreza, a fim de verificar o fracasso ou o sucesso das instituições estatais que desenvolviam ações sociais, a avaliação aqui foi marcada pela mensuração da eficiência com o discurso da neutralidade do avaliador, o país entendia que a avaliação deveria medir os esforços econômicos e financeiros na execução das políticas.

A autora ainda afirma que nos Estados Unidos, a expansão da pesquisa avaliativa se desenvolve até a década de 1970, o declínio acontece na década seguinte em consequência do desmantelamento das estruturas políticas de apoio aos programas sociais que, segundo Serapioni (2016) foi causada pelo déficit econômico que sucedeu a crise do petróleo nos anos de 1980 nos países ocidentais e, por isso, afunilou o foco para redução de déficit público, ou seja, para a economia dos grandes mercados dos países centrais, deixando os investimentos das políticas sociais para outro momento.

A retomada nos anos de 1990 foi marcada com a inclusão de outra abordagem de pesquisa onde a dimensão política e técnica se fundiu na pesquisa avaliativa, Serapioni (2016) reforça que, nessa época, inicia-se uma preocupação em desenvolver pesquisas avaliativas interdisciplinares e os métodos qualitativos passam a ser imprescindíveis para avaliar políticas e serviços sociais, sobretudo nas áreas de saúde e educação, ainda afirma:

Neste prisma, o pluralismo metodológico baseado numa concepção integrada e multidisciplinar assumiu crescente importância entre os estudiosos e os avaliadores profissionais (SERAPIONI, 2016, p. 65).

No Brasil, os movimentos sociais impulsionam a pesquisa avaliativa, pressionando a intervenção estatal com políticas públicas a fim de garantir cidadania aos grupos que representam. Outro elemento importante para essa pulsão foram as exigências dos organismos internacionais de financiamento, como também um aprofundamento das críticas em relação às políticas na América Latina, sobretudo no Brasil, quanto ao mau uso do dinheiro público e o favorecimento de um público que não é o foco dos programas sociais. (SILVA, 2001).

Para iniciar uma avaliação, afirma Silva (2001, p. 47), é fundamental elaborar algumas questões, tais como:

Como essas políticas e programas se desenvolvem? O que fazem e o que é suposto fazerem? Para quem se destinam? Em que extensão? Que efeitos desejados, não desejados, previstos, não previstos, a que custo?

Nesse sentido, a tarefa não é simples, há uma complexidade neste tipo de pesquisa, as políticas públicas são decisões governamentais que podem ser mensuradas quanto ao seu impacto nas condições de vida dos/as beneficiários/as e, portanto há um esforço nas pesquisas em focalizar no cumprimento dos objetivos dessas políticas, analisando os resultados e impactos (SILVA, 2001; COSTA; CASTANHAR, 2003; TREVISAN; BELLEN, 2008).

Serapioni (2016) afirma que há três abordagens de mensuração de políticas e programas, a positivista – experimental e pragmatista da qualidade, a primeira trabalha na perspectiva da avaliação *ex-post* ou somativa, após a execução do projeto, sem a preocupação em observar o processo, a segunda, avalia os valores e não os objetivos, e a última abordagem dessa categorização é a construtivista, que foca na implementação da política e julga avaliar as intervenções.

Há também a avaliação baseada na teoria e a avaliação realista, a primeira avalia a efetividade a partir dos pressupostos teóricos do programa, nesta avaliação considera-se a implementação ou o programa em si, verificando os mecanismos de mudança, ou seja, quais as repostas que as atividades desenvolvidas geraram no público beneficiado, a segunda, há um

deslocamento da efetividade para o interesse em compreender o que possibilita o funcionamento da política, o olhar é direcionado não aos programas, mas para os recursos oferecidos por ele que condicionam e habilitam os sujeitos a fazer o programa funcionar.

A influência do construtivismo na avaliação realista é percebida pela atenção dada ao contexto e como ele influencia os resultados do programa, pois cada situação pode gerar mecanismos distintos, os resultados dependem das pessoas, dos processos e das instituições envolvidas mais que o próprio programa (SERAPIONI, 2016).

Diante disso, observa-se que, não é só o pluralismo que é invocado, mas a verificação das diferentes situações e políticas a serem avaliadas, considerando as especificidades do programa. A complexidade de abordagens e metodologias leva a compreensão, entre diferentes autores, que a escolha está condicionada ao “objeto e aos objetivos da avaliação” considerando ainda “a disponibilidade de tempo, os recursos e até a preferência dos avaliadores” (SILVA, 2001, p. 52).

Quanto a tipologia de avaliação Arretche (2009) elenca as principais tendências e afirma que essas não passam de um recurso para distinguir objetivos, abordagens, métodos e técnicas de avaliação, são elas a *avaliação de efetividade*, *avaliação da eficácia* e *avaliação de eficiência*.

*Avaliação de efetividade*, na perspectiva de Arretche (2009), é uma avaliação que relaciona a implementação com o impacto ou resultados de um programa, os efeitos positivos e negativos na vida das pessoas beneficiadas com o programa, nessa avaliação não importa se o programa cumpriu suas metas ou objetivo, importa se houve mudança de vida social. Não é uma avaliação fácil de fazer requer a distinção, por parte do pesquisador, que o que encontrou de positivo ou negativo está realmente relacionado com o produto oferecido ou construído pelo programa.

Segundo Barreira (2000), a avaliação de efetividade possui três dimensões, a *efetividade objetiva* que diz respeito as mudanças quantitativas entre o antes e o depois da política; a *efetividade subjetiva* afere as mudanças de comportamento dos/as beneficiários/as; *efetividade substantiva* refere-se as mudanças qualitativas nas condições sociais de vida do público beneficiado e essa mudança precisa ser significativa e duradoura.

*Avaliação de eficácia* consiste em verificar se os objetivos e metas de determinado programa foram alcançados ou ainda se os instrumentos previstos foram efetivados utilizados. É a mais usualmente realizada, porém requer um estudo de campo e a maior dificuldade está “na obtenção e confiabilidade das informações obtidas” (ARRETCHE, 2009, p. 34).



Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação de eficiência diz respeito a relação custo/benefício de determinada política ou programa, já para Arretche (2009, p.34) essa é uma avaliação que avalia o “esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados.” Arretche (2009) ainda afirma que esse tipo de avaliação, para os dias atuais, é a mais urgente de ser aplicada.

A necessidade dessa avaliação se impõe por três motivos, o primeiro deles está relacionado com a racionalidade dos gastos públicos diante da escassez do dinheiro público. Em segundo lugar os/as beneficiários/as que os programas sociais devem atender são reais e numerosos, portanto a eficiência deve ser cumprida para que o público seja totalmente atendido. Em terceiro lugar pelo ato democrático de gastar o dinheiro do contribuinte, o mau uso desse dinheiro impede que sua finalidade seja cumprida e o princípio da equidade social seja alcançado no desenvolvimento da política (ARRETCHE, 2009).

Considerando a categorização, tipologia e metodologias diversas para avaliação de políticas públicas, o avaliador deve fazer perguntas para orientá-lo/a quanto a escolha metodológica de sua pesquisa avaliativa, das quais destacam-se: “*quando avaliar?*” aqui é necessário situar a pesquisa, ela será realizada antes, durante ou depois? “*Onde avaliar?*” refere-se ao *locus* do programa, nacional, local. Programas de longo alcance ou projetos locais? “*Pra quem avaliar?*” Para os financiadores, para os/as beneficiários/as, instituições, ou ainda com propósitos múltiplos. “*Que avaliar?*” que conteúdos, que objeto? Em que dimensão? “*Por que avaliar?*” Qual o sentido, qual mérito, qual motivação? De ordem moral, política instrumental, técnica ou econômica? “*Para que avaliar?*” Para verificar mudanças, potencialidades da política, problemas ou fracassos? “*Quem avaliar?*” Pessoas do programa e externos a ele e envolvendo os/as beneficiários/as. “*Como avaliar?*” Que tipo de avaliação, métodos e procedimentos devem ser utilizados para alcançar os objetivos propostos, destaca-se a insuficiência de um único método de avaliação (SILVA, 2001).

Quanto ao momento da avaliação ela se classifica em *ex ante* e *ex post*. Para categorizar a avaliação realizada antes de iniciar o programa, utiliza-se o termo *ex ante*, objetiva antecipar tomadas de decisão sobre a pertinência da política, para a avaliação realizada durante ou após a execução da política, utiliza-se *ex post*, objetiva monitorar, acompanhar o desenvolvimento do programa ou verificar após meses ou anos depois da finalização do projeto, seus resultados (SILVA, 2001).

Para Silva (2001), a avaliação, de acordo com o tempo, ainda pode ser ‘retrospectiva’, quando verifica o sucesso ou fracasso de um programa que aconteceu no passado; ‘prospectiva’, quando é realizado um prognóstico do programa; ‘formativa’, quando

acontece a avaliação durante o desenvolvimento do programa; ‘contínua’ a junção da formativa e retrospectiva; e ‘integrativa’, quando se realiza antes e depois da política.

Seguindo a orientação de Costa e Castanhar (2003) o desenho do programa público condiciona a sua avaliação, para esses autores na tradição brasileira esses programas estão planejados seguindo uma sequência: propósito, objetivo, meta e atividade.

Ultimamente, segundo Trevisan e Bellen (2008), há uma inclinação metodológica para a metodologia de estruturação de políticas públicas chamada ‘marco lógico’, que vê a política como um processo articulado de todas as etapas dos programas e projetos.

Os autores citam dois modelos dessa metodologia, no primeiro a matriz de organização é desenhada de dois lados, de um lado posicionam-se “objetivos, indicadores, meios de aferição e fatores externos a influenciar os resultados do programa; de outro, a especificação dos objetivos geral e específicos, componentes e atividades (TREVISSAN; BELLEN, 2008, p. 544).

O desenho da segunda forma consiste em identificar objetivos gerais e específicos, indicadores de avaliação, das fontes de dados que vão mensurar ou comparar, depois são identificados todos os recursos destinados ao programa, “as atividades previstas, os resultados esperados e as relações causais que a teoria por trás do programa pressupõe que podem ser atingidas” (TREVISSAN; BELLEN, 2008, p. 544).

Outra forma de pesquisa avaliativa é também elucidada por Barreira (2000) a ‘avaliação participativa’ trata-se de avaliar programas sistematicamente com sujeitos envolvidos proporcionando ampliação de reflexão sobre os impactos e processos avaliativos, também disponibiliza poder a outros sujeitos para produção do conhecimento.

Há duas correntes na avaliação participativa, aquela que legitima a avaliação “e sua utilização prática e outra como instrumento de transformação da realidade.” Ambas com os mesmos princípios, a primeira corrente surge nos Estados Unidos e Canadá, a segunda corrente vem sendo protagonizada pela América Latina, Índia e África desde os anos de 1970 (BARREIRA, 2000).

A participação na avaliação de programas e projetos sociais teve forte contribuição da pesquisa participante ou pesquisa-ação que tem como categoria alicerce a participação social para definir sua pesquisa. Para utilizá-la não há uma metodologia rígida, mas é necessário a observação dos seus pressupostos: aprendizagem mútua; deve envolver atores diretos e indiretos; deve ser flexível e criativa se adaptando aos diferentes contextos sociais; o avaliador é um facilitador; ainda que esteja no campo da pesquisa qualitativa não dispensa instrumentos quantitativos; tem sentido político e transformador (BARREIRA, 2000).

Todos/as os/as autores/as citados concordam com o propósito democrático que a avaliação possui e, portanto deve se tornar público os resultados das avaliações dos programas e políticas sociais, para impactar a opinião pública e causar interferências nos processos decisórios.

### **2.3. Assistência Técnica e Extensão Rural e a construção da Política de ATER**

Os serviços de ATER desde o século XIX, conforme decretos que datam de 1859 e 1860 mostram que havia um caráter difusionista da atividade de pesquisa e assistência técnica no Brasil, mesmo antes do serviço estar institucionalizado, através de Decretos foram criados os institutos de agricultura na Bahia, em Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro, e indicavam que havia serviços de ATER entre agricultores mais experientes e outros profissionais que se interessavam por pesquisas agropecuárias (PEIXOTO, 2014).

Entretanto a ATER só iniciou seu processo de institucionalização em meados de 1940, com influência da experiência estadunidense, a partir de um acordo entre o governo de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller, marcada pela ideologia do desenvolvimentismo, pela busca da modernização do campo e a expansão do capitalismo (MDA, 2007; ROS, 2012).

Segundo Caporal e Costabeber (2007) a partir dos anos de 1950 a tarefa principal da ATER era educar o homem do campo para a modernidade, o agricultor devia aceitar o modelo industrial capitalista que a atual conjuntura econômica ditava, é nesse momento que surge o sistema nacional coordenado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, orientando a introdução de novas técnicas, não dando certo com os pequenos agricultores, há a inclusão de médios e grandes produtores, pois esses eram capazes de internalizar a cultura moderna e investir nas técnicas modernas.

Segundo MDA (2007) essa foi a primeira experiência no mundo que associou crédito com a assistência rural, ocorrida inicialmente em Minas Gerais, o crédito era discutido e induzido por uma dupla de técnicos, um homem e uma mulher, o homem que conversava com o homem do campo sobre as técnicas modernas e a mulher se encarregava de instruir a mulher do campo com a economia doméstica.

Nos anos de 1960 e 1970, o sistema Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER foi instituído e passou a ser a Empresa brasileira com atuação estadual que prestaria serviços públicos de ATER “A partir de então, o extensionismo rural brasileiro de natureza estatal foi expressão da força política que governava os entes federativos” (MDA, 2007, p. 35), desarticulando o sistema federal.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater é criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, o Decreto consolidou a substituição da Acar que já estava sendo absorvida pelos estados e transformada nas EMATERs (PEIXOTO, 2014).

É a partir de 1980 que iniciam as grandes transformações com a ATER, o surgimento de empresas privadas, decadência do setor público, implementação do discurso freireano para uma extensão comunicativa que respeitasse o saber do/a agricultor/a e as ideias do desenvolvimento participativo rural.

A iniciativa privada ganha forças adotando uma prestação de serviços voltada à tecnologia da produção, enquanto que o setor público entrava em declínio e aumentava o sistema de crédito com as atividades agropecuárias, fazendo com que agricultores adquirissem maquinário (tratores) para atividades de cultivos acarretando em grandes problemas ambientais e maior diferenciação social na agricultura (MDA, 2007; CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Sobre o aspecto ecológico e a questão agrária brasileira, Graziano Neto (2004) afirma que nesse contexto de aumento de produtividade no campo e aplicação de insumos químicos houve enormes sacrifícios sociais e ambientais, degradação dos solos, contaminação dos recursos hídricos comprometendo a vida no campo e na cidade.

Ainda nos anos de 1980, há uma tentativa de implantação de uma nova filosofia política para as EMATERs, colocando o agricultor familiar como foco do trabalho do extensionista, nesse momento a EMBRATER “estabelece convênios com universidades, adotando um evidente discurso sociológico para interpretar a realidade e orientar a estratégia extensionista” (MDA, 2007, p. 11).

Na legislação brasileira o marco está na Constituição Federal de 1988 que fixou no art. 187, IV que:

Política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente (...) IV) a assistência técnica e extensão rural.

Ainda sendo permitida e orientada pela Lei Magna do país o contexto político governamental sob a égide de Sarney não permitiram que essa tentativa fosse adiante, em 1989 Sarney extingue a EMBRATER pelo Decreto nº 97.455 (CAPORAL; COSTABEBER, 2007; PEIXOTO, 2014).

Segundo Peixoto (2014), os extensionistas receberam apoio político dos produtores rurais que realizaram uma marcha em Brasília e, por isso, o Congresso sustou a dissolução da Embrater pelo Decreto Legislativo nº 3, de 05 de abril de 1989, mas voltou a ser extinta no primeiro dia do governo Collor pelo Decreto no 99.192, de 15 de março de 1990.

A problemática trazida por Freire (1983) em relação ao papel do técnico extensionista que desenvolvia a atividade da extensão rural com uma postura de desprezo ao saber do/a agricultor/a, impressa em sua obra “Extensão ou comunicação?” entrou no debate da ATER ainda nos anos de 1980 influenciando modelos e técnicas de desenvolvimento rural participativo, entretanto o desmantelamento do sistema brasileiro de extensão rural na mesma década impediu que a discussão virasse prática da ATER no campo e nos cursos universitários que formavam os extensionistas brasileiros (MDA, 2007).

Em nível internacional os conceitos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável e gestão participativa dos recursos naturais estavam sendo adotadas e no Brasil as ONG's iniciam uma metodologia diferenciada e captam recursos internacionais para a ATER exclusiva para Agricultura familiar (MDA, 2007).

Segundo Caporal e Costabeber (2007, p.11) os anos de 1990 configuraram-se em grandes desafios pelo desemprego assustador, a continuidade do êxodo rural e a alta concentração de terras, afirmam que “as anunciadas super safras não se refletiam em melhorias nas condições de vida nem dos trabalhadores do campo, nem dos assalariados urbanos.” A saída estava na possibilidade da ATER disponibilizar para a agricultura familiar desenvolver tecnologias apropriadas, de baixo custo e de baixo impacto ambiental.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi um marco dos anos de 1990, sobretudo para os extensionistas, que fortaleceram seu trabalho, segundo o MDA (2007),

No cômputo final da década, os recursos federais oriundos do PRONAF eram muitas vezes mais significativos que os recursos captados na venda de serviços (em muitos casos, não superando 3% do total do orçamento de cada EMATER). A concepção empresarial foi sendo superada, sem alarde, dando lugar à disseminação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), previstos e exigidos pelo PRONAF. Em seguida, disseminou-se o conceito de desenvolvimento rural sustentável, logo após a ECO-92 (MDA (2007, p. 14).

Peixoto (2014) afirma que depois do lançamento do PRONAF, ainda na sua consolidação, ONG's, estatais e sindicatos entraram em choque na disputa dos recursos federais para a agricultura familiar, nesse mesmo contexto os movimentos sociais exigem com rigor uma ATER pública, gratuita e de qualidade.

Nos anos 2000, há então a reconstrução da ATER Nacional, através do Decreto 4.739, de 13 de junho de 2003, estabelecendo a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário como coordenadora da política de ATER do país com foco na agricultura familiar, quilombolas, assentados rurais, pescadores artesanais, extrativistas, povos da floresta, povos indígenas, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar (MDA, 2007).

A partir de 2002, época em que o governo Lula assumiu a presidência da república brasileira, foi lançado O Plano de Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de Segurança Alimentar.

O documento afirmava que:

As políticas para agricultura familiar devem se desenvolver em paralelo àquelas orientadas para a agricultura empresarial. A agricultura empresarial gera empregos, renda e excedentes exportáveis. A agricultura familiar, além da produção de alimentos básicos de qualidade, também promove a ocupação soberana do nosso território; preserva tradições culturais do nosso país; mantém as pessoas em sua terra natal; pode contribuir na defesa de nosso meio-ambiente. (VIDA DIGNA, 2002, p. 05)

Percebe-se que havia uma preocupação com manutenção de tradições culturais, inibição do êxodo rural e conservação ambiental. Havia então que redefinir os serviços de ATER no sentido de atender um público específico a que se referia o documento em questão.

Para delinear a Política Nacional de ATER, técnicos e intelectuais com experiência na área foram consultados e comandaram o processo de formulação da construção da Política, foram realizadas consultas nas macrorregiões brasileiras para construir uma política Nacional. Essa construção ganhou grande projeção, houve imenso debate incluindo os excluídos do processo, setores da sociedade nunca ouvidos que faziam e eram beneficiados pela ATER (CAPORAL, 2005; ROS, 2012).

O Coordenador Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2005, afirma que um grupo de técnicos saiu das dependências do Ministério e realizaram consulta pública através de audiências, encontros e seminários com representações da agricultura familiar, Movimentos sociais e prestadoras de serviços de ATER governamentais e não governamentais (CAPORAL, 2005).

Esses novos serviços de ATER, antes vinculados ao Ministério da Agricultura e Pesquisa Agropecuária – MAPA estava agora sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

Neste momento de implementação houve conflitos, como afirmam Gapi (2010), é na implementação que se materializa os reais interesses e as disputas se tornam visíveis. Segundo

pesquisa sobre esse processo, Ros (2012) afirma que o modelo de descentralização adotado pelo governo Lula foi positivo, entretanto a estrutura do Ministério não foi suficiente para implementar com o mesmo entusiasmo que foi formulada, faltava pessoal técnico e administrativo para gerir e implementar a política com êxito.

Afirma Ros (2012) que durante sua pesquisa que compreendeu os anos de 2004 a 2010 observou que as preocupações do então Governo brasileiro era “construir uma política nacional de ATER unificada para a agricultura familiar”, o INCRA e o MST foram fundamentais para influenciar uma Política que desse conta dos públicos da agricultura Familiar e da Reforma Agrária, embora a autonomia do INCRA para atender seu público não foi violada no exercício do MDA.

Segundo Peixoto (2014) em 2003, foi construída pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a construção foi feita de forma democrática e participativa, articulada com distintos setores governamentais e a sociedade civil, organizações dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, a Política foi lançada em 2004.

A Política definiu a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), sendo publicada em 1º de março de 2005 (PEIXOTO, 2014).

Diferentemente da primeira versão da Política de ATER, a Lei atual não foi construída de maneira participativa, os integrantes do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER formularam um Projeto de Lei (PL Nº 5.665) apresentado em Agosto de 2009, recebeu 29 emendas de deputados aliados e da oposição sendo aprovado no dia 11 de janeiro de 2010, transformando-se na Lei 12.188 (ROS, 2012).

Segundo Ros (2012), a Lei inovou no que se refere a contratação dos serviços de ATER que passam a ser por chamada pública sob a responsabilidade do MDA a publicação do edital e só podem participar das chamadas as instituições/organizações que forem credenciadas ao MDA, e estiverem de acordo com o Art. 15 da nova Lei que trata sobre o tempo e atuação em ATER das empresas que podem se credenciar.

Entretanto, atualmente os serviços de ATER são comandados pela Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento – Sead que se instaurou após o desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, através do Decreto nº 8.780 de 7 de maio de 2016 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 8.786 de 14 de junho de 2016.

## **2.4. Metodologia de avaliação de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER**

O Ministério de Desenvolvimento Agrário em Junho de 2007 elaborou um documento que objetivava construir indicadores de avaliação de resultados das ações de ATER, nele foi considerado cinco dimensões políticas e técnicas para essa construção: a Trajetória Histórica da Extensão Rural; Conjuntura político-institucional e do desenvolvimento setorial; Princípios acordados democraticamente para a ação estatal; Leitura crítica a partir de conceitos técnicos validados cientificamente; a especificidade do trabalho extensionista de caráter público. Essas dimensões destacam a não neutralidade na avaliação, orientando o diálogo com a perspectiva histórica e os novos desafios da política. (MDA, 2007).

De maneira articulada as dimensões são observadas para que os indicadores não estejam desconectados da identidade construída e estruturada da ATER em um sistema público, há também que se fazer uma leitura da conjuntura brasileira para definir um serviço público como a ATER; os formuladores de indicadores não podem esquecer-se da contribuição social e política da ATER que está para além da academia e, portanto, não se pode ter um rigor excessivamente acadêmico; os saberes dos/as agentes de ATER e suas múltiplas atividades estão também na base dessa construção de indicadores (MDA, 2007).

Há outros aspectos que o documento menciona para o trabalho de avaliação e construção de indicadores: o processo de transição agroecológica; a preservação/recuperação florestal; as atividades não agrícolas, entre outros que estão relacionados à segurança alimentar e nutricional, as questões de gênero, juventudes, educação, raça, etnia e sucessão familiar.

O aspecto agroecológico é muito citado no documento, pois está intimamente ligado as ações atuais de ATER, por ter se tornado a estratégia para uma agricultura sustentável e preservar a cultura diversificada da agricultura familiar prevenindo a monocultura e restaurar os saberes do/a agricultor/a. Além da diversidade de culturas agrícolas os princípios agroecológicos incluem “diversidade social, técnica, política, organizativa, institucional como um produto de uma interação dialógica entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos” (MDA, 2007, p. 52)

As questões sociais, ambientais e culturais devem estar presentes na construção dos indicadores de impactos e estes devem “captar a consolidação de organizações autônomas envolvidas no desenvolvimento territorial” (MDA, 2007, p. 44).



Não há na literatura acadêmica um modelo a ser seguido a rigor de avaliação das ações de ATER, o que se orienta é adaptar a metodologia ao contexto em questão, de acordo com MDA (2007), para avaliar qualquer ação deve-se considerar a Política nacional de ATER que se baseia nos eixos acordados e firmados com as representações da agricultura familiar no Brasil:

São eixos deste acordo: o fomento ao desenvolvimento da agricultura familiar; a gestão participativa ou co-gestão da PNATER; a adoção do modelo agroecológico de desenvolvimento setorial; o desenvolvimento de territórios; o atendimento de segmentos vulneráveis; a efetivação da política nacional de segurança alimentar MDA, 2007, p. 52).

Nesse sentido, na sua totalidade ou em parte, os eixos devem ser aferidos na pesquisa avaliativa de ATER, seja uma avaliação de efeitos ou de impactos devem ser consideradas a sustentabilidade dos resultados que serão aferidos e a mudança na vida dos/as beneficiários/as dos projetos de ATER.

Poucos trabalhos existem de avaliação da PNATER, sobretudo com avaliações de experiências locais ou territoriais o que dificulta a compreensão do alcance e efetividade da política. Dentre as pesquisas encontradas, observa-se cumprimentos, limitações e desafios dos eixos da PNATER em relação a agricultura ecológica, ao desenvolvimento territorial, e a igualdade de gênero, raça e etnia.

Na pesquisa de Souza (2016) a ATER foi avaliada considerando as instituições que prestavam esses serviços, o critério escolhido foi a efetividade das ações no município de Bauru, São Paulo. Em sua metodologia ele elencou diferentes dimensões para analisar os resultados, são elas: produtiva territoriais; tecnologia e inovação; social; ecologia; para cada dimensão, Souza (2016) sub categorizou a fim de especificar o que avaliaria em cada dimensão, então na dimensão ecologia, ele separou em duas partes: meio ambiente e produção de orgânicos, assim pode verificar se no quesito meio ambiente houve destinação adequada dos resíduos da produção e na produção de orgânicos se aumentou o número de produtores e a área de produção.

Boeckmann-Silva, et al. (2014), toma por base o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, para compreender os limites e desafios da instituição para o apoio a formas mais sustentáveis da agricultura e o desenvolvimento rural, a investigação concluiu que, havia a orientação para o trabalho com agroecologia, mas os profissionais de ATER apoiavam, prioritariamente, as práticas convencionais da agricultura com uso de agrotóxicos, por resistência dos agricultores clientes da instituição.

A pesquisa impõe uma reflexão diante das orientações da PNATER sobre o resgate das práticas sustentáveis e as dificuldades de implementação com os/as técnicos/as habituados a trabalhar com a agricultura convencional, no momento da avaliação o trabalho com agroecologia ainda era incipiente.

Chies e Rocha (2015) em municípios do estado do Paraná em que foram implementados a PNATER, entre outras políticas para fortalecimento da agricultura familiar, consultaram representantes públicos municipais e a pesquisa constatou que a ATER, de um modo geral, tem contribuído para melhorar a condição de vida dos beneficiários, incluindo a inibição do êxodo rural e o desenvolvimento territorial, porém se faz necessário que a política seja mais abrangente e alcance outros grupos.

Moura (2018) realizou uma avaliação da ATER para mulheres nos territórios Açucos, Mossoró, Sertão do Apodi, Seridó e Mato Grande do estado do Rio Grande do Norte no período de 2004 a 2016 utilizando o critério da efetividade. A pesquisa afirma que a ATER Mulheres teve efetividade na vida das mulheres pela capacidade de conjugar as contribuições do movimento feminista e da agroecologia durante sua execução. A pesquisa constata que a construção da mulher enquanto sujeito político está relacionada com metodologia utilizada pela instituição que executou a ATER e a experiência agroecológica das mulheres, facilitando a execução e a efetividade da política.

Entretanto destaca que a universalidade da política e seu acesso é ainda um grande entrave e que é necessário que as estratégias de avaliação do programa, estabelecida nas chamadas públicas, não estejam centradas nas atividades e sim nos resultados considerando as diferentes realidades em que o programa é desenvolvido.

Santos (2017) não faz um estudo empírico, sua pesquisa em relação a ATER se dá na leitura do desafio da política voltada ao atendimento aos povos quilombolas, para ele o programa de ATER quilombola visa gerar igualdade de cidadania a quem está em desvantagem histórica, além de promover ações que dialoguem com os aspectos socioculturais dos quilombolas e o gerenciamento de suas práticas ambientais sustentáveis. Apesar do programa desejar promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, esbarra em algumas dificuldades inerentes a complexidade do contexto quilombola no Brasil que envolve o reconhecimento identitário em relação a surgimento e/ou a remanescente quilombola.

Lima (2018) avalia o impacto da PNATER analisando eficácia da ação da Rede ATER Nordeste via Centro Sabiá, no Assentamento Amaraji, em Pernambuco, para isso, definiu indicadores socioeconômicos, político-institucional e ambiental. Sua pesquisa apontou

que, as dimensões que recebem maior atenção são as ambientais e a segurança e soberania alimentar, mas em relação a qualidade de vida e articulação da ATER com outras políticas públicas o assentamento responde de maneira insatisfatória.

A pesquisa também verifica que a metodologia utilizada pela rede favorece um diálogo com o/a agricultor/a promovendo a construção das ações de baixo para cima, coerente com a Política que prescreve uma metodologia participativa e dialógica a fim de promover participação ativa das comunidades rurais e reconhecendo o agricultor familiar como essencial para construção do desenvolvimento rural sustentável.

De maneira mais ampla a pesquisa de Bergamasco (2015) identifica o alcance da PNATER nos anos de 2010 a 2014 em território nacional e suas limitações, a pesquisa avalia a política nas regiões sul e sudeste do país e considera os fatores de relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade da PNATER, verificados por meio de entrevistas com agricultores e extensionistas em cinco territórios da cidadania pertencentes aos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

A pesquisa constata que, em relação a relevância da Política, um princípio se destaca como ponto de controvérsia entre agricultores/as e extensionistas: a promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis. A vivência do/a agricultor na prática histórica das comunidades rurais com a sustentabilidade, com o cuidado ambiental, a multicultura agrícola é muito significativa, faz parte do cotidiano, já para o extensionista cuja formação é voltada para aumento da produção em escala e para produtividade econômica lhe falta capacitação para sistemas agroecológicos e nesse ponto, portanto, na referida pesquisa esse aspecto foi muito mais relevante para o/a agricultor/a do que para o extensionista.

Quanto a eficiência da PNATER a autora identifica que as chamadas públicas substituíram as licitações, o que resultou em uma diversidade de entidades de ATER em potencial de diferentes naturezas jurídicas, por outro lado a eficiência da política é comprometida pela burocracia para receber pagamentos pelos serviços oferecidos, além do engessamento das chamadas que nem sempre atendem as demandas locais ou territoriais.

No que se refere a eficácia da Política, Bergamasco (2015) considera que o número de famílias atendidas por cada extensionista compromete a realização das atividades, bem como os recursos destinados a esse atendimento. Um aspecto positivo é o apoio à organização dos grupos de agricultores e a promoção do acesso aos mercados institucionais. Para identificar o impacto a pesquisa estabeleceu três indicadores “Soberania Alimentar e Segurança Alimentar”, “Organização Social e Comunitária”, “Renda” e “qualidade de vida”

constatou-se que, embora três desses indicadores fosse avaliados como satisfatórios, não resultou em melhorar a qualidade de vida por influência da ATER.

A pesquisa também identifica que a política não oferece impacto considerável na valorização das mulheres rurais, em seu trabalho produtivo e também não oferece condições para inibir o êxodo do jovem do campo. A interrupção e descontinuidade das ações de ATER marcam a impossibilidade de oferecer mais impactos positivos.

A referida pesquisa, apesar de ser de grande envergadura, não verificou a dimensão política dos/as agricultores/as, Bergamasco (2015) não analisou os impactos na vida dos/as beneficiários/as de ATER na perspectiva da construção do sujeito político e sua atuação em conselhos, comitês, sindicatos por influência da ATER.

Todas essas pesquisas colocam a PNATER em avaliação com diferentes metodologias, definindo indicadores de acordo com o eixo da Política que se deseja avaliar, no entanto pela extensão do território brasileiro e pela política que continua sendo incipiente, são insuficientes para perceber se a PNATER é eficaz, eficiente e efetiva em todos os grupos que atendem, é necessário um esforço maior, sobretudo no norte e nordeste brasileiro para avaliar a implementação e os resultados da Lei 12.188/2010.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

O Território dos Cocais, representado pelo Mapa 01, está localizado na macrorregião Meio Norte do Estado do Piauí, abrange uma área de 17.718,40 km<sup>2</sup>. Está constituído por 22 municípios que estão organizados em dois aglomerados.<sup>4</sup>, (AG3: Barras, Batalha, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e São João do Arraial; AG4: Brasileira, Domingos Mourão, Lagoa de São Francisco, Milton Brandão, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, São João da fronteira e São José do Divino). Possui essa denominação por incorporar, em grande medida, a região dos cocais ou mata de cocais, ricas em espécies de palmeiras de cocos, como babaçu, carnaúba e buriti, presentes principalmente nos Estados do Maranhão e Piauí, se configurando como zona de transição entre a floresta Amazônica e a Caatinga e o Cerrado (PLANAP, 2006).

O Território dos Cocais/PI apresenta um contexto singular em sua dinâmica econômica: produtividade de pequena escala e insuficiente infraestrutura produtiva e social. Apesar dos investimentos em educação ocorridos no Território, ainda há índices preocupantes em relação a política educacional. O número de iletrados no território corresponde há 85.412 pessoas de 15 anos ou mais, a menor taxa de analfabetismo se encontra no município de Piripiri (26,3%) e a maior em Joca Marques (38,4%) (IBGE, 2016).

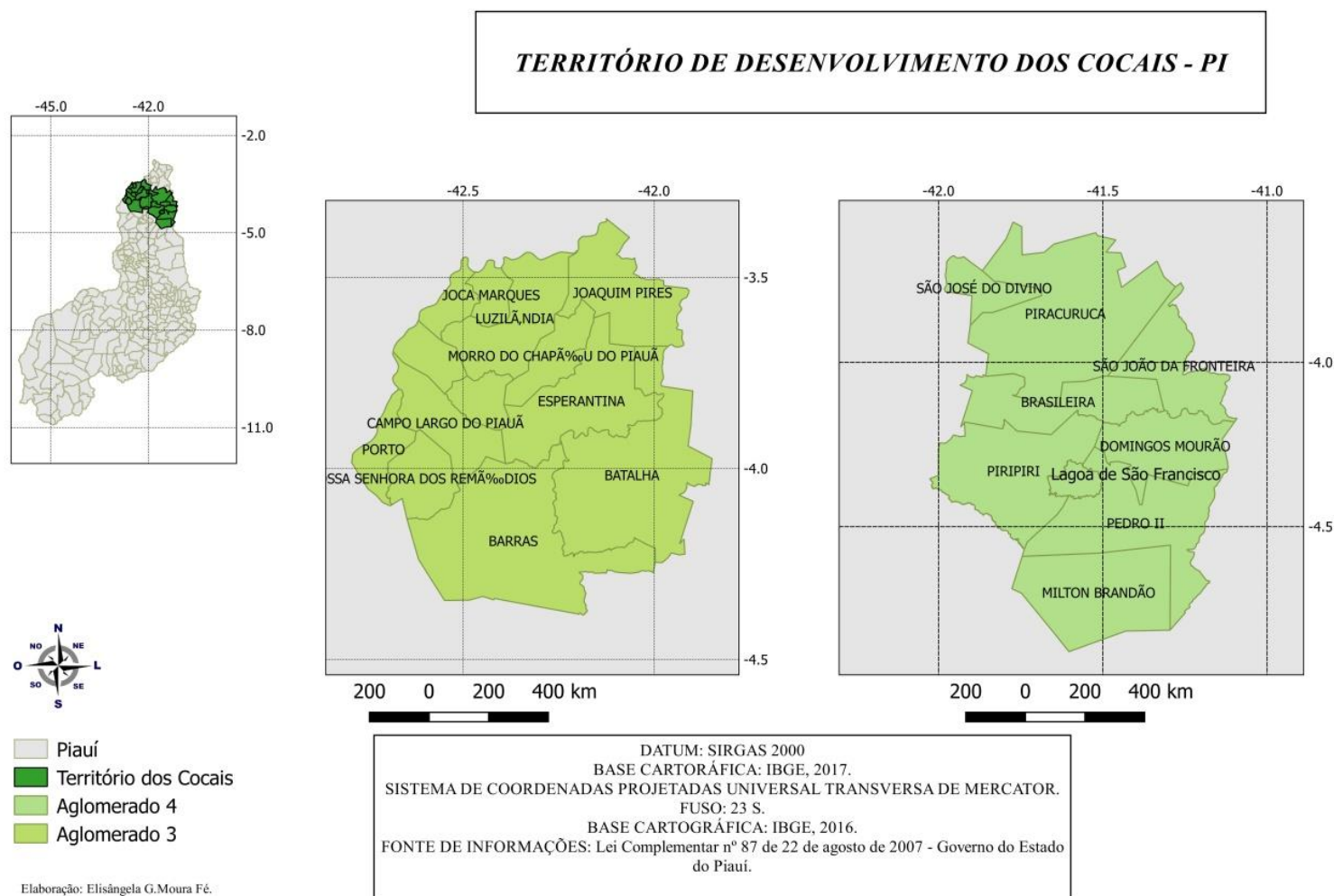
A agricultura familiar caracteriza o território com atividades históricas agropecuárias, com o predomínio do cultivo de arroz, milho, castanha de caju e mandioca; extrativismo vegetal do babaçu, cera de carnaúba, pequi e jaborandi, o extrativismo mineral da opala e criação de pequenos e médios animais (ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura), o manejo da apicultura e artesanato, presença da indústria têxtil passa a ter destaque na economia local e territorial assim como as crescentes atividades do turismo (PLANAP, 2006).

Em relação à estrutura fundiária do território predomina a presença de propriedades com área abaixo de dez hectares, totalizando, segundo o IBGE (2016), 18.855 estabelecimentos no território.

---

<sup>4</sup> Lei Complementar: Nº 87 de 27 de agosto de 2007

**Mapa 1 - Território dos Cocais – Piauí/Brasil**



**Fonte:** Base cartográfica – IBGE, 2016. Elaborado pela autora.

### 3.2. Caracterização do projeto Semeando o Saber Feminino e Agroecológico no Território dos Cocais

Em 2014, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA lançou a chamada pública 02/2014 (DPMRQ/MDA) para contratação de entidades para prestar ATER específica a grupos femininos. A chamada fez parte do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com foco no semiárido para atender mulheres em situação de extrema pobreza ou pobreza, que dispunham de água para produção agropecuária e que detivessem capacidade produtiva mínima para implementação de técnicas de convivência com o semiárido nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte (MDA, 2014).

A chamada previa um fomento financeiro de R\$ 3.000,00 para cada beneficiária, pago em duas parcelas ao longo da execução do projeto. Esse recurso seria depositado nas contas individuais das beneficiárias, contas que recebem outras políticas públicas tais como, o Programa Bolsa Família.

O processo de contratação para prestar serviços de ATER através da chamada deu origem a seis projetos que buscou atender 1.840 mulheres dos territórios rurais e do semiárido, conforme mostra o quadro 1.

**Quadro 1** – Área geográfica da prestação de ATER da chamada 02/2014 (DPMRQ/MDA)

Lote	UF	Território	Municípios	Nº de Mulheres
1	PB	Curimataú	Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cacimba de Dentro, Cuité, Nova Floresta, Picuí, Sossêgo, Damião, Frei Martinho e Nova Palmeira.	240
2	PI	Cocais	Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino, Domingos Mourão e Nossa Senhora dos Remédios.	320
3	PI	Serra da Capivara	Bonfim do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Anísio de Abreu, Campo Alegre do Fidalgo, Caracol, Dirceu Arcoverde, Fatura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí e Várzea Branca.	320
4	PE	Agreste	Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba,	320

		Meridional	Pedra, Venturosa, Angelim, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Ibirajuba, Manari, Paranatama, Saloá, São Bento do Una, Terezinha e Tupanatinga.	
5	RN	Seridó	Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas	320
6	RN	Mato Grande	Parazinho, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, CearáMirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.	320
TOTAL				1.840

**Fonte:** MDA (2014)

A ATER no Território dos Cocais/PI foi executada pela ONG Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA com o nome *Semeando o saber feminino e agroecológico no território dos cocais*, sob o contrato nº 182/2014 (CEAA/MDA).

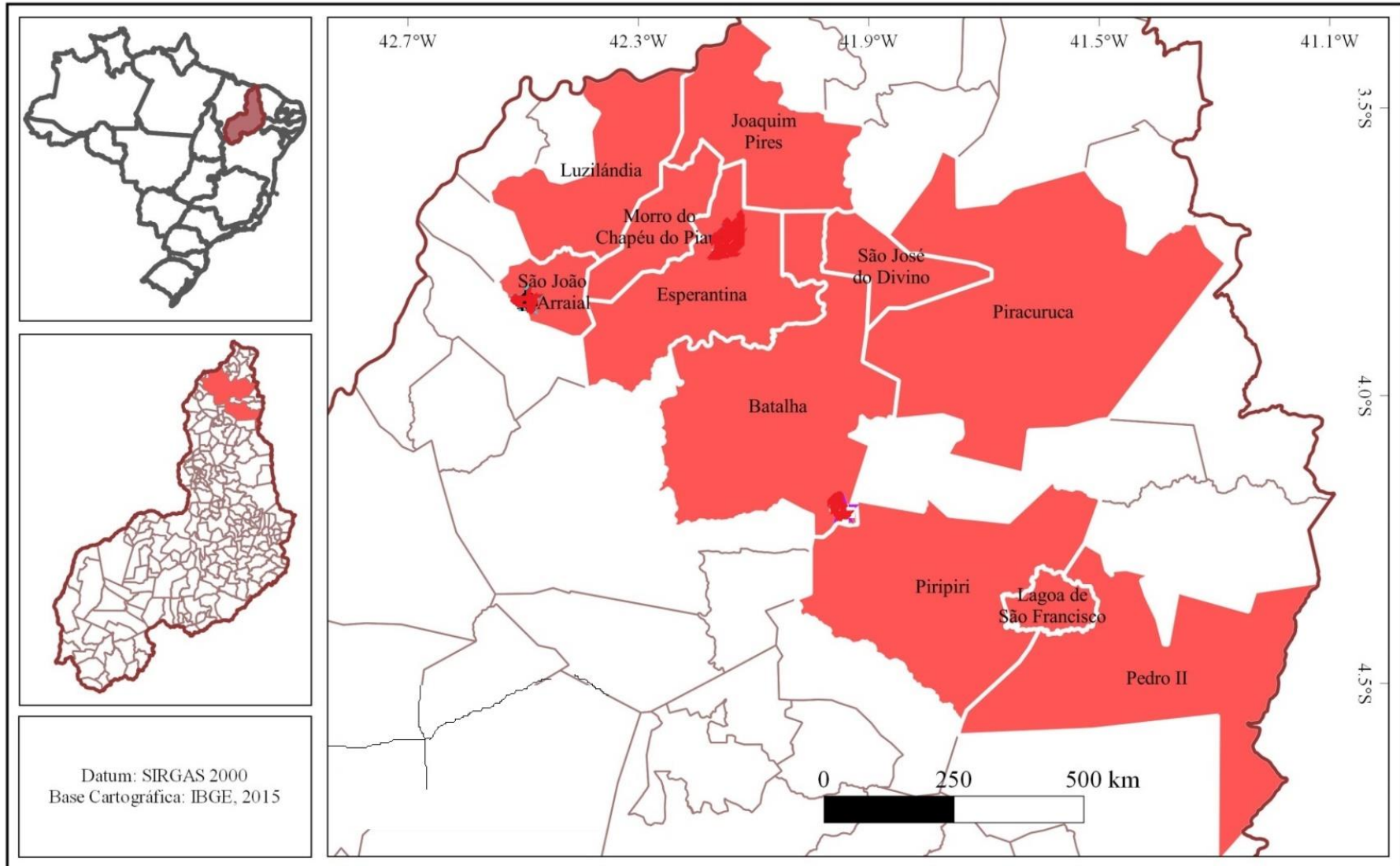
Conforme exigência da chamada, as beneficiárias estavam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, onde estão caracterizadas as famílias de baixa renda com informações sobre residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. O Cadastro único é regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e outras normas (MDS, 2015).

São agricultoras familiares, remanescentes quilombolas, extrativistas e assentadas do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, residentes dos municípios de Batalha, Esperantina, Joaquim Pires, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Morro do Chapéu, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, São João do Arraial, São José do Divino.

O mapa 2 mostra a distribuição espacial dos municípios atendidos pela ATER no Território dos Cocais e o quadro 2 detalha as comunidades atendidas e a quantidade de mulheres em cada comunidade.



**Mapa 2 - Municípios atendidos pela ATER no Território dos Cocais - PI**



**Fonte:** Base cartográfica – IBGE, 2015. Elaborado pela autora

**Quadro 2** – Distribuição das beneficiárias do Projeto por município e comunidade.

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Quantidade de mulheres</b>
Esperantina	Quilombola Olho D'Água dos Negros	15
	Quilombola Currálinhos	10
	Vassouras	15
	Quilombola Vereda dos Anacleto	15
Joaquim Pires	Baixão do Currálinho	15
Morro do Chapéu	Barreiro	10
Piripiri	Quilombola Sussuarana	20
Pedro II	Assentamento Pedra Branca	10
	Lagoa do Sucuruju	15
São José do Divino	Transval	10
	Olaria	10
Lagoa de São Francisco	Cabreiro	15
Batalha	Cortada	15
	Assentamento Espírito Santo	10
	Quilombola Estreito	10
Piracuruca	Fura Mão	15
	Mororós	15
	São João do Adelino	15
Luzilândia	Vermelha	25
	Zona da Mata	25
São João do Arraial	Assentamento N <sup>a</sup> Senhora de Fátima	10
	Assentamento Santa Luzia	10
	Assentamento Piranhas	10
<b>TOTAL</b>		<b>320</b>

**Fonte:** CEAA (2016). Elaborado pela autora.

A equipe que compunha o corpo técnico do Projeto foi constituída por cinco mulheres com idade entre 18 e 37 anos, uma coordenadora formada em Pedagogia com experiência em Extensão Rural no Norte e Nordeste do Brasil, quatro agentes de campo, três delas com curso técnico em agropecuária, destas, duas oriundas da Escola Família Agrícola de Teresina/PI que, durante a execução do projeto iniciaram o curso de agronomia pela UESPI e a terceira da Escola técnica agropecuária de Salvador/BA, a quarta agente era formada em Economia pela UPPI, depois substituída por uma técnica agrícola, oriunda da Escola Família Agrícola Santa Ângela de Pedro II/PI e estudante de Direito, que também foi substituída por uma técnica Agrícola e estudante de Pedagogia.

O Projeto foi estruturado de acordo com as orientações da chamada 02/2014 (DPMRQ/MDA) com um conjunto de catorze atividades, acrescida da atividade de realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR através do aditivo publicado no Diário Oficial em 14 de dezembro de 2015.

O valor total da Chamada Pública foi de R\$ 5.784.629,09 distribuídos em todos os estados contemplados pela chamada, sendo destinado ao Território dos Cocais/PI R\$ 987.044,41 (novecentos e oitenta e sete mil, quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos) que foi acrescido 17,17% do seu valor inicial pelo aditivo da realização do CAR totalizando um valor de R\$ 1.156.586,81 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) (MDA, 2014; CEAA, 2016).

A chamada previa 20 meses de trabalho, com o acréscimo de mais uma atividade a entidade só conseguiu finalizar dois meses depois, portanto foi desenvolvida no período de 22 meses, iniciou em abril de 2015 e finalizou em Janeiro de 2017. O quadro 3 detalha as atividades de ATER desenvolvidas no Projeto.

**Quadro 3** – Atividades da ATER do contrato 182/2014 (CEAA/MDA)

Nº	Atividade	Quantidade programada
01	Mobilização e identificação das mulheres.	320
02	Visitas técnicas de diagnóstico da unidade de produção.	320 visitas
03	Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações	16 oficinas
04	Visitas técnicas para elaboração dos Projetos Produtivos de Convivência com o Semiárido.	320 visitas
05	Oficinas de gênero e feminismo.	16 oficinas
06	Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do primeiro laudo.	320 visitas
07	Atividades coletivas para troca de vivências agroecológicas	16 atividades
08	Atividades coletivas para construção de conhecimento.	32 atividades
09	Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do segundo laudo.	320 visitas
10	Oficinas de avaliação e monitoramento parcial	16 oficinas
11	Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do terceiro laudo.	320 visitas
12	Oficinas sobre políticas públicas e comercialização	16 oficinas
13	Elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE.	320 Projetos
14	Realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR	320 CAR
15	Seminário Final de Avaliação	6 Seminários

**Fonte:** CEAA. (2014). Elaborada pela autora

### 3.3. Critérios, dimensões e indicadores de avaliação.

O estudo optou por realizar uma avaliação *ex post facto* “a partir do fato passado” que analisa aspectos do processo de execução da Política Pública para relacionar processos, intervenções e resultados da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para mulheres rurais, após a ocorrência do programa ou projeto. Centrou-se na objetividade e credibilidade dos achados da política executada localmente, os resultados que foram construídos e o que ficou evidenciado pela influência do Projeto.

Destacasse ainda, como chama a atenção Arretche (2009) que a literatura de avaliação de políticas públicas costuma distingui-la em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade, recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação.

A eficiência, segundo Arretche (2009) é entendida como um conjunto de valores que se agregam, especificamente ao contexto, caracterização, mecanismos e abordagens de execução e resultados alcançados, do ponto de vista dos aspectos fortes, fracos e inexistentes. Para compreender se essa política foi eficiente foi necessário identificar os recursos destinados ao projeto, analisar o conjunto de atividades da ATER, e o que influenciou na eficiência ou ineficiência da política.

Para a análise da eficácia do projeto foi verificado o conjunto de temas que se relacionam aos princípios da Lei 12.188/2010 que são as metodologias para produção agroecológica; as estratégias de mobilização e construção de parcerias locais e territoriais; a promoção da igualdade de gênero; e as metodologias participativas.

A análise da efetividade centrou-se na continuidade do coletivo produtivo agroecológico, da inclusão e consolidação das mulheres em espaços comerciais; e a permanência dos projetos produtivos agroecológicos efetivados.

O quadro 4 mostra, dentro dos critérios estabelecidos, quais as dimensões, categorias e indicadores que pautou a pesquisa metodologicamente.

**Quadro 4 - Dimensões, categorias e indicadores de avaliação**

<b>Critério</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Procedimento avaliativo</b>
Eficiência	Sócio – econômica	Comercialização	Mercados institucionais, Criação de feiras.	Análise de relatórios.
		Recursos da política, Recursos do fomento	Valores investidos e reembolso	Análise de relatórios, calendário físico financeiro e Ofícios.
		PNATER/ Chamada pública	Quantidade de atividades executadas	Análise de relatórios
	Ambiental	Culturas agropecuárias	Projetos agroecológicos	Análise de relatórios
Eficiência	Sócio - econômica	Organização coletiva	Criação de grupos produtivos	Análise de relatórios
		Igualdade de gênero	Mulheres envolvidas em associações, sindicatos e comitês territoriais.	Análise de relatórios
		Articulação territorial	Instituições parceiras	Análise de relatórios
		PNATER	Princípios e objetivos da Lei 12.188/2010 atendidos.	Análise de relatórios
	Ambiental	Agroecologia	Formação e capacitação agroecológica	Análise de relatórios
Efetividade	Sócio - econômica	Organização coletiva	Permanência dos grupos	Oficinas participativas
		Comercialização	Permanência dos canais de comercialização.	Oficinas participativas
	Ambiental	Agroecologia	Permanência dos projetos agroecológicos	Oficinas participativas/ Observação direta.

**Fonte:** elaborada pela autora

### 3.4. Métodos e técnicas de pesquisa

Considerou-se nesta avaliação a análise dos relatórios de atividades coletivas executadas pelo projeto “Semeando o saber feminino e agroecológico no Território dos Cocais;” coletas de dados empíricos durante visitas *in loco* em três comunidades em que o projeto foi desenvolvido.

Os relatórios digitais foram analisados entre os meses de Julho a dezembro de 2018, foram 56 relatórios, assim distribuídos: 52 relatórios das quatro agentes de ATER que participaram do projeto referente a atividades coletivas de construção do conhecimento, atividades de intercâmbio agroecológico e atividade de elaboração do Cadastro Ambiental Rural – CAR; 03 relatórios de diagnóstico das propriedades rurais das beneficiárias que construíram o perfil das famílias participantes do projeto; e o relatório final dos resultados alcançados do projeto.

A análise documental seguiu a orientação de Bardin (1997), considerando as fases de análise sugeridas pela autora, na pré - análise (leitura inicial) dos relatórios foi elencada as categorias analíticas pertinentes à pesquisa: processos de construção do conhecimento agroecológico com as mulheres; atividades e ações de inclusão socioproductiva e política das mulheres; construção do perfil das beneficiárias; Na exploração do material (organização dos dados), foram verificados os conteúdos e as metodologias utilizadas nos processos formativos de construção de conhecimento; as práticas agroecológicas; as relações de parceria com instituições políticas; os espaços comerciais (mercados comunitários, feiras livres, mercados institucionais) e políticos (Associações comunitárias, sindicatos e comitês) que apareceram no conteúdo dos documentos em análise; e, no tratamento dos resultados (as inferências e as interpretações).

É necessário dizer que para compor o perfil das 320 beneficiárias da ATER foi destacado dos relatórios de diagnóstico do projeto as categorias idade, origem étnica, escolaridade, a forma de acesso a terra, área da propriedade e culturas agropecuárias. Esses dados foram construídos a partir de questionário elaborado pela Secretaria Especial de Agricultura e Familiar e do Desenvolvimento agrário – Sead e aplicado no ano de 2015 na execução do Projeto avaliado.

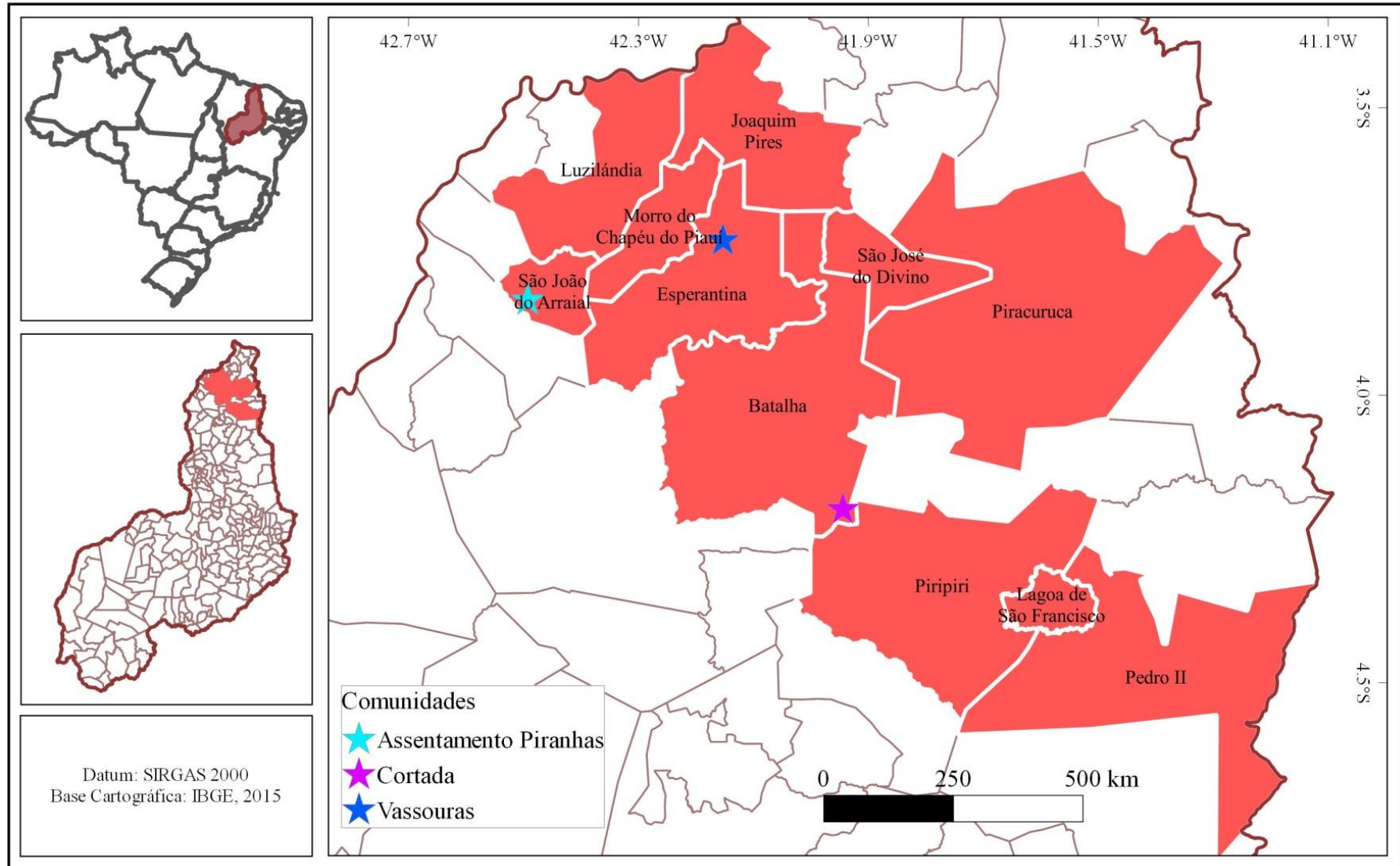
Como mostra o quadro 4, as dimensões sócio – econômica e ambiental estão presentes na avaliação dos critérios de eficiência, eficácia e efetividade. A avaliação da eficiência e da eficácia terá como principal fonte de análise os relatórios. Para avaliar a efetividade da política foram considerados os seguintes pontos: construção e permanência: dos grupos produtivos e dos projetos produtivos agroecológicos.

Correspondendo a orientação de Arretche (2009) sobre a necessidade de consultar os/as beneficiários/as para compreender a efetividade na vida do público alvo da Política, os dados empíricos foram coletados em três municípios em que o projeto foi desenvolvido.

Para escolha dos grupos foram considerados os que construíram projetos coletivos ou que praticam alguma atividade coletiva (produção ou comercialização) e que receberam o

fomento de R\$ 3.000,00 que havia sido previsto na chamada pública 02/2014 (MDA/DPMRQ). Foram encontradas 236 mulheres que receberam o fomento, destas, 45 elaboraram projetos coletivos e estão nos municípios de Esperantina, Batalha e São João do Arraial formando três grupos produtivos femininos, esses foram contemplados nesta pesquisa, o mapa 3 indica a posição geográfica dos grupos visitados.

**Mapa 3 - Distribuição geográfica dos grupos da pesquisa**



**Fonte:** Base cartográfica, IBGE, 2015. Elaborado pela autora



O grupo do município de Esperantina pertence a três comunidades vizinhas: Vassouras, Vila São Bernardo e Lagoa Seca e compreende um total de 15 mulheres que se denominam “estrelas horticultoras.” O grupo do município de São João do Arraial, composto por 10 mulheres, pertence ao assentamento do Programa de Crédito Fundiário Piranhas e se denominam “As margaridas” e no município de Batalha o grupo da comunidade rural Cortada é composto por 15 mulheres.

Durante as visitas optou-se em utilizar oficinas participativas, pois segundo Cordioli (2003) permitem a construção de ferramentas coletivas e possibilita o pesquisador construir um saber sobre os grupos comunitários com a participação ativa dos sujeitos.

Com esses grupos foram realizadas três oficinas participativas de 5 horas e serviu para mapear a dinâmica de organização socioprodutiva e os espaços de comercialização de excedentes com os grupos produtivos participantes. Nas oficinas foram construídas as ferramentas: rotina organizacional, calendário sazonal e fluxograma comercial, conforme a orientação de Teixeira, Duarte, Morimoto (2009), Kummer (2007) e Verdejo (2006).

A rotina organizacional promove o levantamento e sistematização de informações sobre as atividades dos grupos e proporcionou entendimento da dinâmica de organização socioprodutiva verificando se os grupos formados durante a ATER permanecem organizados; o calendário Sazonal contribuiu para compreender a dinâmica do grupo quanto aos períodos e processos das atividades produtivas ou improdutivas, o fluxograma comercial contribuiu para compreender os canais e espaços de comercialização dos grupos trabalhados, permitindo saber se os grupos permanecem, avançaram ou se não estão mais nos espaços comerciais que foram incluídas no Projeto.

Esse conjunto de ferramentas, somados aos cartazes elaborados por cada grupo com o que acreditam ter sido as lições mais significativas da ATER, auxiliaram na investigação da efetividade da política.

Com o grupo de Esperantina, a oficina aconteceu em dezembro de 2018 na capela da comunidade de Lagoa Seca com a participação de todas as mulheres que participaram do projeto. Em Batalha, ocorreu em janeiro de 2019 na escola da comunidade Cortada e em São João do Arraial em fevereiro de 2019 na sede da associação do Assentamento.

Na ocasião das oficinas foi realizada a observação para identificar o manejo agroecológico nas atividades produtivas, foi observado os projetos produtivos construídos durante o desenvolvimento da ATER, a observação obedeceu a orientação de Lüdke, André (1986), seguiu um roteiro semiestruturado, possibilitando contemplar as práticas

agroecológicas em relação ao solo, a diversidade de culturas, a integração de animais e culturas agrícolas, a utilização de fertilizantes e inseticidas naturais.

O programa Excel auxiliou para construção de gráficos de dados quantitativos, sobretudo no que se refere ao perfil construído das mulheres que participaram do projeto. Os dados das oficinas participativas foram analisados com base na perspectiva de Bardin (1997), sendo elencadas as categorias que surgiram do conteúdo das respostas dos grupos produtivos. Os dados foram transformados em figuras, gráficos, quadros e tabelas para melhor visualização.

O quadro 5 detalha as amostras da pesquisa e os procedimentos durante a investigação avaliativa.

**Quadro 5** – Procedimentos avaliativos e amostra da pesquisa

<b>Procedimento avaliativo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Amostra</b>
Análise dos relatórios	56 relatórios	320 mulheres
Oficinas participativas	03 oficinas	40 mulheres
Observação direta	03 visitas	40 mulheres

**Fonte:** elaborada pela autora

Todos os procedimentos realizados nessa pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana – CEP da Universidade Federal do Piauí, Parecer nº 3.054.064. Portanto respeitam todos os padrões éticos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo é apresentado o perfil sócio produtivo das mulheres participantes do projeto avaliado e sua relação com a Política Pública de ATER; em seguida apresenta-se uma avaliação da política através da descrição e análise de elementos que caracterizam sua eficácia, eficiência e efetividade vivenciada na experiência territorial.

### **4.1. Perfil sócio produtivo das mulheres beneficiárias da ATER**

O perfil aqui construído teve como base as informações coletadas dos três relatórios gerais de sistematização fornecidos pelo CEAA da execução da segunda atividade do Projeto denominada: Visitas técnicas de diagnóstico da unidade de produção, no período de março a junho de 2015.

No primeiro mês de execução da atividade, os diagnósticos foram elaborados em 11 comunidades de 6 municípios participantes. No município de Batalha as comunidades quilombolas do Estreito, as comunidades rurais do Espírito Santo e de Cortada; no município de Esperantina as comunidades quilombolas Vereda dos Anacleto e Currálinhos; no município de Morro do Chapéu, a comunidade rural de Barreiros; no município de São João do Arraial os assentamentos do PNCF de Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima e Piranhas; no município de Piri-piri a comunidade quilombola Suçuarana, totalizando 120 famílias.

Em abril foram contempladas 08 comunidades de 5 municípios. No município de Esperantina, a comunidade quilombola Olho D'Água dos Negros; no município de Piracuruca, as comunidades rurais de Fura Mão e Mororó; no município de Joaquim Pires, a comunidade rural Baixão do Currálinho; no município de Luzilândia as comunidades rurais da Vermelha e Zona da Mata; no município de Pedro II, as comunidades rurais de Lagoa do Sucuruju e o assentamento Pedra Branca.

No último mês, junho, as 100 famílias residentes em 08 comunidades de 7 municípios completaram o diagnóstico das 320 mulheres. No município de Esperantina, a comunidade rural de Vassouras; no município de Piracuruca, as comunidades rurais de São João do Adelino e Mororó; no município de Batalha, a comunidade rural Cortada; no município de Luzilândia a comunidade rural da Vermelha; no município de Lagoa de São Francisco, a comunidade rural de Cabreiro; no município de São José do Divino, a comunidade rural de Olaria; no município de Joaquim Pires, a comunidade de Baixão do Currálinho; no município de Morro do Chapéu, a comunidade Barreiro.

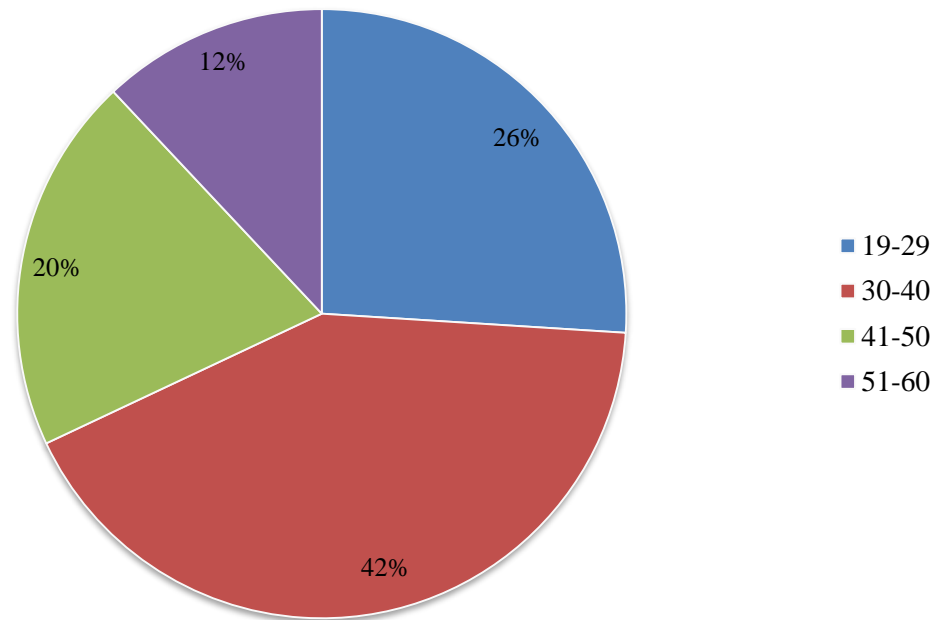
Os relatórios descrevem como foi a atividade e a aplicação do questionário intitulado Roteiro para Caracterização dos Agroecossistemas, instrumento fornecido pela Secretaria Especial de Agricultura e Reforma agrária – SEAD, como também as metodologias participativas que as agentes utilizaram por orientação do CEAA para apoiar a construção do perfil completo das 320 famílias e suas propriedades.

Os questionários continham informações de toda a família da beneficiária e caracterizava a propriedade, incluindo um croqui de rota de acesso, detalhava a composição do núcleo familiar e agregados da família, assim como sua relação com a propriedade; a divisão sexual do trabalho; os insumos produzidos e comprados pela família; o tipo e destino das produções agropecuárias; e acesso as políticas públicas. Portanto recorremos aos 320 questionários para localizar dados específicos apenas das beneficiárias diretas inscritas no projeto.

Aqui procura-se caracterizar as mulheres que se beneficiaram dessa política pública, o que cultivam, que raça declaram ter, se são proprietárias ou não das terras que vivem e o que produzem nela, portanto destaca-se as categorias: idade, origem étnica, escolaridade, a forma de acesso a terra, área da propriedade e culturas agropecuárias do referido diagnóstico. Tais dados contribuem para compreender quem são os sujeitos que a Política de ATER alcançou no Território dos Cocais/PI.

#### **4.1.1. Perfil sócio demográfico**

Com relação à faixa etária, as mulheres atendidas pela ATER estão entre 19 e 60 anos, com maior expressão no segmento de 30 a 40 anos (42%) e menor expressão no segmento 51 a 60 anos (12%). O gráfico 1 detalha, em percentual, os segmentos etários que apareceram nos questionários de diagnóstico.

**Gráfico 1** – Faixa etária das beneficiárias de ATER**Faixa etária das beneficiárias da ATER**

**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015)  
Adaptado pela autora

O primeiro segmento etário do gráfico corresponde a faixa etária de 19 aos 29 anos (26%), identificada como juventude do projeto, grupo em minoria no rural brasileiro, sobretudo entre as mulheres. Segundo dados do PNAD (2015), em um balanço que corresponde aos anos de 2004 e 2015 observou-se um número menor de mulheres jovens no nordeste, sobretudo nas áreas rurais. O IBGE (2017) afirma que a população rural brasileira está envelhecendo e o êxodo dos jovens permanece crescendo, há hoje no Brasil rural 21,4% de pessoas com mais de 65 anos, já a população rural mais jovem com idade entre 25 anos e 35 anos, corresponde a 9,48% e o grupo entre 35 e 45 anos responde por 18,29%.

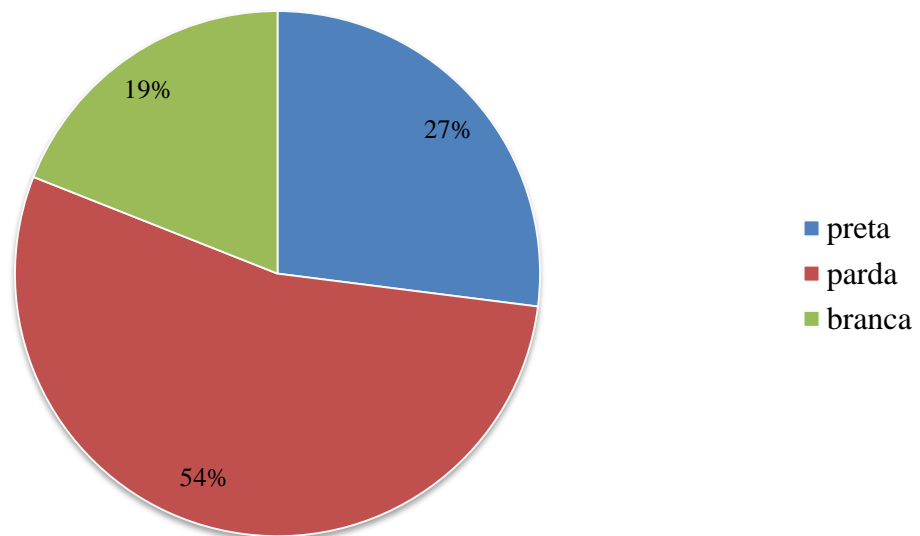
A diminuição do contingente jovem no campo, sobretudo das mulheres, ocorre por diferentes razões, por não haver incentivo suficiente à agricultura familiar; pelas condições adversas do trabalho agrícola; pela divisão sexual do trabalho e da renda; pela desvalorização do trabalho feminino; a desigualdade na distribuição das terras entre homens e mulheres; e das restritas opções de lazer (ZAGO, 2016; DELGADO; BAZOTTI; CINTRA, 2016; ABRAMOVAY, 2010; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004).

Nesse sentido, os serviços de ATER são muito relevantes aos segmentos mais jovens da população rural, uma vez que a política deseja garantir a permanência do/a jovem no campo e de facilitar o acesso aos créditos rurais específicos das juventudes (CNATER, 2016), mais ainda as mulheres jovens, por promover o reconhecimento do trabalho econômico e produtivo da mulher oferecendo-a uma perspectiva diferente do futuro no campo.

Quanto à origem étnica, o questionário definiu como categorias as opções parda, branca e preta, o gráfico 2, detalha o percentual para a resposta das mulheres.

**Gráfico 2** – Declaração étnica das beneficiárias da ATER

### Declaração étnica das beneficiárias da ATER



**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015)  
Adaptado pela autora

De acordo com o gráfico 2, a maior parte das mulheres se declaram pardas e pretas (81%), característica do rural brasileiro. Segundo o IBGE (2017) o percentual de autodeclarados pretos e pardos totaliza 60% da população rural, assim também como toda população do estado do Piauí que, na sua maioria (79,4%) se declaram pretos ou pardos.

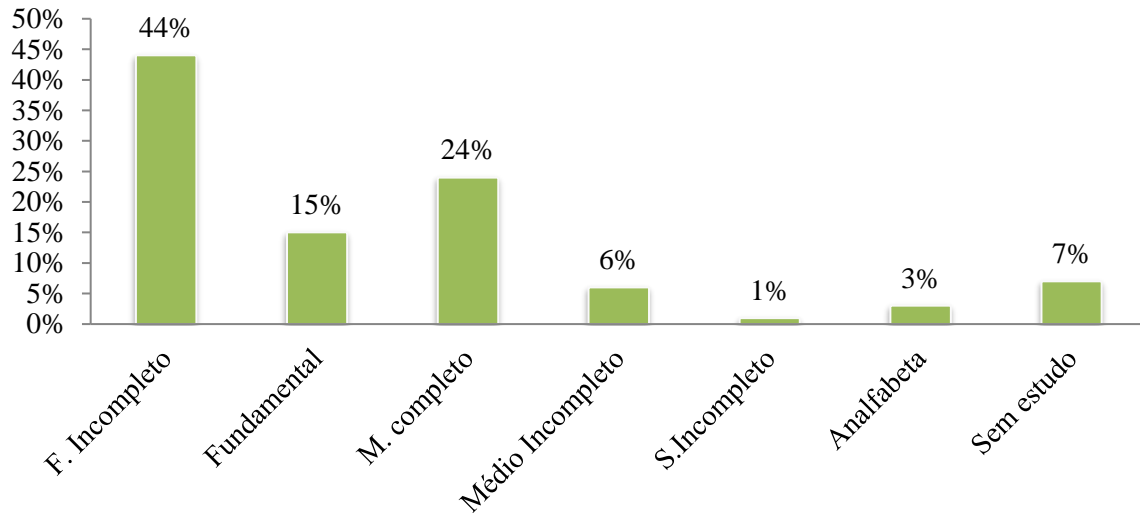
Em nível nacional o Brasil tem cada vez mais se declarado preto e pardo. Segundo o IBGE (2016), no período de 2010 a 2016 houve aumento de 15% de brasileiros que se declaram pretos e pardos, o fato deve-se as políticas de afirmação da identidade negra e as de

enfrentamento a discriminação racial (RODRIGUES; DE LUCA; GUIMARÃES, 2014; PINTO; FERREIRA, 2014; MARQUES, 2018).

Além das políticas de afirmação e de enfrentamento das questões que envolvem o universo dos povos negros no Brasil, houve também a criação, o surgimento de comunidades quilombolas e, apesar do debate que envolve o “surgimento” ou “remanescência” dessas comunidades (ARRUTI, 1997; SANTOS; DOULA, 2008; CALHEIROS; STADTLER, 2010) o fato é que a ATER tem dialogado com a luta por direitos das comunidades negras e tem sido também uma política de resposta as demandas por reconhecimento de direitos territoriais.

O projeto de ATER assistiu cinco grupos de mulheres quilombolas, no universo de onze comunidades rurais, totalizando 45% das beneficiárias. Nas duas conferências nacionais de ATER que ocorreram em 2015 e 2016, houve a exigência para atendimento às comunidades tradicionais, que estão registradas em todas as proposições relatadas nos documentos de referência das duas Conferências, as comunidades tradicionais estão entre os grupos prioritários para que a pluralidade social e cultural dos povos negros no rural brasileiro fossem contemplados nas ações de ATER para fortalecer às demandas produtivas.

Para identificar os níveis e modalidades de ensino, o questionário elegeu as seguintes categorias: Ensino Fundamental Completo; Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Técnico Completo; Ensino Técnico Incompleto; Ensino Superior Completo; Ensino Superior Incompleto; Analfabeto; Sem Estudo. Conferem-se os dados relativos às beneficiárias no gráfico 3, as categorias que não aparecem no gráfico não foram citadas nos questionários.

**Gráfico 3** – Níveis de ensino das mulheres beneficiárias da ATER**Níveis de ensino das mulheres beneficiárias da ATER**

**Fonte:** Questionário de diagnóstico (CEAA, 2015)

Adaptado pela autora

O gráfico 3 mostra que a maioria das beneficiárias, na ocasião do diagnóstico, não conseguiu concluir o ensino fundamental e avançar para o ensino médio e apenas 1% conseguiu entrar na Universidade, dados que convergem com a situação brasileira. Segundo o IBGE (2017a) 33,8% da população com 25 anos ou mais tem apenas o ensino fundamental incompleto, outra questão em destaque do gráfico é que 10% das beneficiárias se declaram analfabetas e sem estudos, no Brasil há 11,5 milhões de analfabetos e a maior parte está nas áreas rurais, no nordeste, sobretudo pessoas que se declaram pretas e pardas (IBGE, 2017a).

De acordo com Peres (2011) há uma relação entre o índice alto de analfabetismo no meio rural com pessoas de cor negra e parda e com as questões de reordenamento de terras e trabalho rural. Para Peres (2011, p. 639) “o trabalho rural, executado pelo “camponês” ou “homem do campo”, está associado historicamente à exclusão da educação formal” o que é diferente do trabalho da cidade, que está ligado a indústria e requer conhecimento da técnica e da ciência “inerentes à vida urbana (...)” colocando a escola como instrumento essencial a indústria, a modernidade e que não fazia sentido para o espaço rural.

Essa exclusão do homem e da mulher do campo da escola incide nos números e estatísticas da escolarização, no caso do Piauí, especificamente nos municípios do Território



dos Cocais, o IDHM Educação está insatisfatório, 95,5% dos municípios estão no nível muito baixo e 4,51% no nível baixo. O número de iletrados no território corresponde há 85.412 pessoas de 15 anos ou mais, a menor taxa de analfabetismo se encontra no município de Piripiri (26,3%) e a maior em Joca Marques (38,4%) (IBGE, 2016; CEPRO, 2016).

As escolas no Brasil em todos os níveis ou modalidades de ensino vêm aumentando o número de matrículas, é importante destacar que o INEP (2019) confirma que desde o primeiro ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio as matrículas do ano de 2018 mostram que há mais homens do que mulheres nas salas de aula brasileiras sejam na educação pública, seja privada. A Educação de Jovens e Adultos, modalidade que contemplaria a necessidade de completar o ensino fundamental e médio das mulheres desta pesquisa, vem aumentando a oferta de matrículas, no entanto a procura vem diminuindo, no ano de 2014 foram matriculados mais de 3,6 milhões de pessoas e no ano de 2018 um pouco mais de 3,5 milhões.

De acordo com os dados da secretaria de Educação do Estado do Piauí, há hoje 400 escolas estaduais que oferecem Educação de Jovens e Adultos no Estado, das quais 33 estão em 21 municípios do Território dos Cocais, só ausente no município de Milton Brandão. A secretaria de educação afirma que as matrículas nessa modalidade de ensino vêm crescendo consideravelmente em relação ao país e tem sido o principal veículo de mudança para baixar o índice de analfabetismo do estado, que em dois anos reduziu a taxa de analfabetos de 20,2 % para 16,6% (SEDUC, 2019).

Entretanto ainda persiste no rural piauiense, a exemplo dos dados dessa pesquisa, uma quantidade relevante de mulheres que não estudam. O estudo de Ferreira e Martinelli (2016) foi constatado que um dos motivos apontado pelas mulheres da pesquisa em ter desistido de estudar foi o casamento e os filhos e parte considerável das mulheres acima dos 40 anos de idade que retornaram a escola eram viúvas, as mais jovens, de 27 a 38 anos destacaram a necessidade de qualificação para o mercado de trabalho.

Apesar de muitas pesquisas no Brasil mostrarem resultados relevantes em relação ao perfil dos estudantes da EJA e os motivos pelos quais os estudantes deixam as escolas e retornam para ela, tais como Naiff; Naiff, (2008); Siqueira (2009); Caliatto e Martinelli (2013); Ferreira e Martinelli (2016), ainda são necessárias políticas que apontem soluções, para além dos programas educacionais já existentes, que considerem a especificidade do universo feminino rural e garantam a permanência da mulher do campo na escola concluindo todos os níveis de ensino.

A esse respeito, é importante destacar que na análise do diagnóstico foi identificado que 96% das mulheres estão fora da escola e apenas 12 mulheres (4%) deram continuidade aos estudos escolares. Das que permaneciam na escola na ocasião do diagnóstico, 50% cursam o ensino médio, 33% o ensino superior e 17% o ensino fundamental, como observado na tabela 1

**Tabela 1** – Situação das beneficiárias que permanecem na escola

Nível de ensino	Quantidade de Mulheres (%)
Ensino fundamental	17
Ensino médio	50
Ensino superior	33

**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015)  
Adaptado pela autora

É necessário garantir a continuidade dos estudos do homem e da mulher do campo, o nível de escolaridade produz autonomia, compreensão de políticas públicas que beneficiem o/a agricultor/agricultora familiar. Sobre essa questão a ATER é grande articuladora de outras políticas públicas em relação a produtividade agrícola e manutenção do homem e da mulher do campo com qualidade de vida, há aqui um indicador importante para articulação com os serviços educacionais do campo.

#### 4.1.2. Perfil produtivo

Quanto ao acesso a terra, as famílias possuem de uma a duas áreas para produção, majoritariamente (90%) possui apenas uma área. O tamanho dessas áreas está entre 0,5ha a 79ha, distribuídos conforme a tabela 2

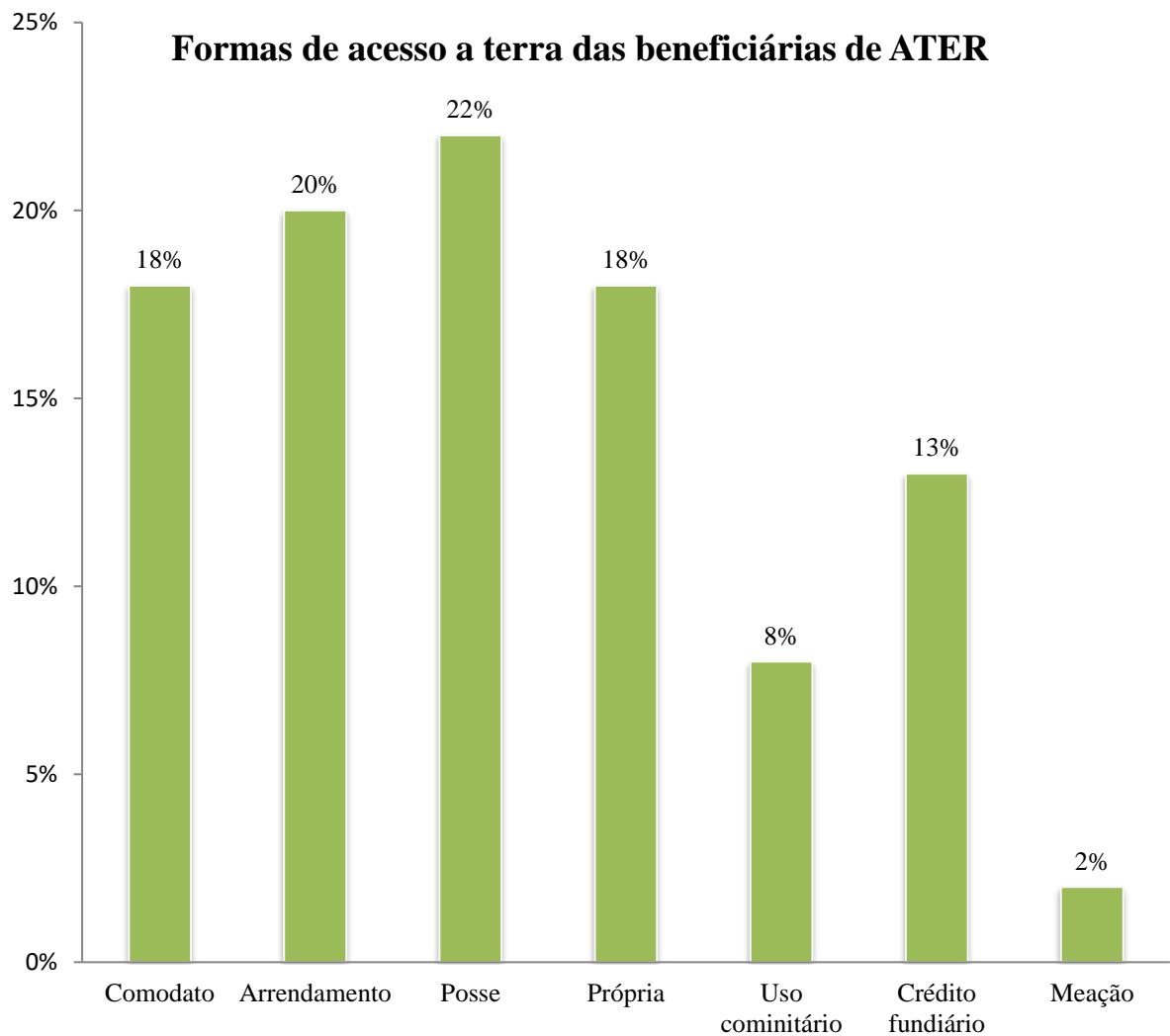
**Tabela 2** - Área produtiva das mulheres

Área (hectare)	Quantidade de Mulheres (%)
0,5	24
0,7	4
01	30
02	18
03	2
05	8
07	5
10	1
13	3
23,65	3
30	2

**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015). Adaptado pela autora

É importante dizer que essas áreas são compartilhadas com outros familiares, parentes ou vizinhos que produzem de maneira coletiva. Com relação a forma de acesso as terras, o gráfico 4 detalha, em porcentagem, se essas terras são próprias ou são utilizadas por outras formas de acesso.

**Gráfico 4** – Formas de acesso à terra das beneficiárias de ATER



**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015)

Adaptado pela autora

Quanto a produção agrícola, aparece uma diversidade de culturas, sendo destacadas na tabela 3 as mais expressivas.

**Tabela 3** - Produtos agropecuários das beneficiárias da ATER

Principais produtos	Quantidade de famílias (%)
Aves/ovos	77
Milho	64
Frutas	62
Suínos	51
Feijão	49
Extração dos carnaubais e babaçuais (amêndoa, produção do azeite, a casca do coco, o pó, a bagana e a palha da carnaúba e produção artesanal)	39
Arroz	33
Mandioca e seus produtos (farinha, goma, puba)	27
Abóbora	20
Caprinos	5,6
Carvão	3,4

**Fonte:** Questionários de diagnóstico/CEAA (2015)

Adaptado pela autora

Há na agricultura familiar uma diversidade de culturas: roça, horta e pomar estão presentes na vida de todas as mulheres beneficiárias da ATER, não há neste universo de pesquisa uma agricultora que só cultive uma única espécie, mas verifica-se que, as aves/ovos e o milho destacam-se como principais produtos das agricultoras e extrativistas, o que vai aparecer mais tarde como justificativa para que a maioria (64%) delas opte por investir o recurso do fomento na construção de galinheiros.

O milho e o feijão, junto com a soja e o arroz irrigado, já se destacavam como principais potências dos municípios do Território desde 2006 na ocasião do diagnóstico realizado pelo Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba – PLANAP (2006), que também apontou as aves e os suínos como uma das potencialidades econômicas que mereciam investimento imediato, pois eram componentes indispensáveis à segurança alimentar para garantir o atendimento imediato das necessidades das famílias.

No quadro geral, as beneficiárias da política no território contemplavam as expectativas do público alvo da PNATER, agricultoras familiares, quilombolas, extrativistas e

assentadas de programas de reforma agrária, estavam de acordo com a chamada pública, possuíam terra e água para produzir. Além das características citadas nesse perfil, todas estavam inscritas no Cadastro Único, estavam na linha da pobreza ou abaixo dela, ou seja, a renda mensal não ultrapassa o valor de R\$ 70,00; possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e, aquelas que não possuíam na ocasião da identificação foram devidamente documentadas. A análise dos relatórios de diagnóstico também mostra as possibilidades e limitações que a ATER teria com aqueles grupos femininos, sobre acesso e tamanho da terra, produção agroecológica, estratégias de comercialização e articulação com outras políticas.

O perfil inicia um diálogo com as estratégias da ATER para construir com essas mulheres projetos produtivos, estratégias de inclusão no mercado, articulações com outras políticas públicas, portanto a avaliação da política quanto a eficiência, a eficácia e a efetividade terão como ponto de partida o reconhecimento de um público específico, com necessidades próprias, que, embora pertença ao rural brasileiro contém singularidades regionais/locais.

## **4.2. Avaliação da eficiência da política**

Verifica-se a eficiência da política na dimensão sócio – econômica, tomando como base os recursos destinados ao projeto, seja na realização das ações de ATER, seja no pagamento do fomento financeiro às beneficiárias da política, como também a intervenção da política para garantir comercialização dos produtos agroecológicos dos grupos femininos atendidos; ainda, considera-se a recomendação da chamada que originou o projeto analisando a quantidade de atividades executadas para garantir a eficiência da política; e, por fim, na dimensão ambiental identifica-se quantidades de projetos agroecológicos desenvolvidos com os grupos femininos.

### **4.2.1. Dimensão sócio – econômica**

#### **4.2.1.1 Recursos financeiros da política para realização das atividades**

O recurso total de investimento público para execução da ATER no território dos Cocais, inicialmente, foi de R\$ 987. 044,41, após o aditivo para realização de mais uma atividade não prevista na chamada pública, o valor foi acrescido em 17,17% totalizando R\$ 1.156.586,81.

O pagamento para cada atividade, conforme orienta a PNATER, é realizado de acordo com a Lei de Licitação brasileira, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que condiciona o pagamento por cada atividade ou produto do contrato da ATER após a comprovação via envio de documentos, relatórios e fotos ao Sistema Informatizado de ATER – SIATER e aprovação do fiscal do Ministério destinado ao contrato. A tabela 4 demonstra os recursos destinados para cada atividade desenvolvida.

**Tabela 4** – Recursos financeiros para realização da ATER no Território dos Cocais

Nº Meta	Atividades	Qtd	Recursos	
			Vlr. Unt.	Vlr. Total
			R\$ 1,00	R\$ 1,00
1	Mobilização e Identificação das mulheres	320	180,78	57.850,60
2	Visitas Técnicas de Diagnóstico da Unidade Produtiva	320	304,79	97.532,80
3	Oficina de socialização dos Diagnósticos individuais e planejamento das ações	16	5.056,02	80.896,32
4	Visitas Técnicas para elaboração dos Projetos Produtivos de Convivência com o semiárido	320	304,79	97.532,42
5	Oficina de gênero e feminismo	16	5.056,02	80.896,30
6	Visitas técnicas Individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão de 1º Laudo	320	225,03	72.009,22
7	Atividades Coletivas para Troca de Vivências Agroecológicas	16	2.723,76	43.580,14
8	Atividades Coletivas para Construção do Conhecimento	32	2.723,76	87.160,28
9	Visitas técnicas Individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão de 2º Laudo	320	225,03	72.009,22
10	Oficina de Avaliação e monitoramento Parcial	16	5.056,02	80.896,30
11	Visitas técnicas Individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão de 3º Laudo	320	225,03	72.009,22
12	Oficina sobre políticas públicas e Comercialização	16	5.056,02	80.896,30
13	Elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE	32	1.020,69	32.662,04
14	Seminário final de avaliação	5	6.222,69	31.113,44
15	Cadastro Ambiental Rural- CAR	320	511,07	169.542,40
	<b>Total</b>			<b>1.156.586,81</b>

Fonte: MDA, 2014

Adaptada pela autora

Para realização de cada atividade da tabela 4, a entidade de ATER, o CEAA, precisava cadastrá-la no Sistema Informatizado de ATER – SIATER que liberava automaticamente documentos de atestes para coletar assinaturas das beneficiárias no ato de execução da atividade. Realizadas as atividades o CEAA enviava os relatórios digitalizados com registros fotográficos e os documentos assinados pelas beneficiárias atestando sua execução, os relatórios eram analisados pelo fiscal do MDA destinado ao projeto e no prazo de 30 dias ele poderia responder de três formas: com o aceite e a liberação do recurso; com recomendações para modificação de relatórios; ou com a reprovação da atividade.

#### **4.2.1.2 Recursos para construção dos projetos das beneficiárias**

Quanto aos recursos destinados as beneficiárias, no valor de R\$ 3.000,00 para construir seus projetos produtivos agroecológicos, foi verificado que 84 mulheres não receberam o fomento. Segundo a coordenação do CEAA a falta de pagamento de 80 mulheres se deu por questões de morosidade na substituição da agente de campo no SIATER, qualquer mudança, seja na equipe, seja no calendário de atividades, é necessário incluir no sistema que é avaliado pelo fiscal do contrato, que realiza os trâmites legais dentro da Sead, enquanto a burocracia acontece, a entidade precisa parar e aguardar, correndo o risco de ultrapassar o prazo de solicitação dos recursos que acontece após aprovação do fiscal nas atividades anteriores. As outras 04 beneficiárias não se sabe o motivo do não recebimento, as solicitações da instituição não foram respondidas.

Nesse sentido, há uma falha na política nacional cuja articulação com outros programas deve ser revisto a fim de não provocar devolução de recurso já orçado para fortalecer a agricultura familiar, que no caso do projeto estava articulado com o Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome – MDS.

Assim, quanto a eficiência no uso dos recursos financeiros, houve 83,17% de utilização do recurso público da política utilizado na execução das ações de ATER e para construção de projetos produtivos agroecológicos, 26% das beneficiárias não receberam o fomento, deste percentual, 95% foram todas as beneficiárias dos municípios de São José do Divino, Lagoa de São Francisco, Pedro II e Piripiri.

#### **4.2.1.3 Comercialização: acesso aos mercados institucionais e constituição de feiras**

No conjunto de atividades realizadas pela ATER havia a obrigatoriedade de elaborar projetos de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que, segundo o relatório final de execução, foram elaborados 127 projetos de acesso a essas políticas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pertence ao conjunto de ações do Programa Fome Zero, foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003<sup>5</sup>, para promoção do acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar, consiste na compra de alimentos da agricultura familiar sem licitação que são destinados as pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. O PAA é orçado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e desenvolvimento nos estados e municípios em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (MDS, 2018).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é regulamentado pela Lei 11.947 de 2009 que estipula 30% do valor do Programa para compra direta de produtos da agricultura familiar e objetiva atender alunos/as de escola públicas, filantrópicas ou entidades comunitárias, as secretarias de educação estaduais e municipais executam a compra de forma direta, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é responsável pela assistência financeira, monitoramento e avaliação do Programa.

A ATER, como articuladora de políticas públicas rurais, viabiliza, em grande parte, o PAA e o PNAE, contribuindo na divulgação dos programas como também na organização dos produtores e da produção agrícola para que os beneficiários da ATER atendam as demandas locais dos editais estaduais e municipais dos programas (MDA, 2015).

No ano de 2016 o FNDE transferiu R\$ 5.252.261,91 para o PNAE nos 11 municípios em que o projeto atuou, desse montante R\$ 811.013,69 foi o valor das aquisições da agricultura familiar, distribuídos conforme mostra a tabela 5, o percentual utilizado em cada município não supera 33,35% de utilização do valor transferido, houve município que não conseguiu utilizar nenhum recurso para agricultura familiar (FNDE, 2018).

---

<sup>5</sup> O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (MDS, 2018).



**Tabela 5** – Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE em 2016 nos municípios atendidos pela ATER

Entidade Executora	Valor transferido FNDE (R\$)	Valor aquisições agricultura familiar (R\$)	Percentual
Pref. de Batalha	681.701,51	172.057,90	25,24%
Pref. de Esperantina	700.103,22	140.637,40	20,09%
Pref. de Joaquim Pires	310.567,53	71.911,80	23,15%
Pref. de Lagoa de São Francisco	168.189,80	-	0,00%
Pref. de Luzilândia	684.294,14	4.995,00	0,73%
Pref. de Morro do Chapéu	211.646,24	30.073,58	14,21%
Pref. de Pedro II	647.287,87	215.869,41	33,35%
Pref. de Piracuruca	438.963,36	80.406,03	18,32%
Pref. de Piri-piri	981.080,26	10.807,98	1,10%
Pref. de São João do Arraial	305.078,41	84.254,59	27,62%
Pref. de São José do Divino	123.349,57	-	0,00%

**Fonte:** FNDE (2018)

Nota: adaptado pela autora

As causas para a inibição de utilização dos recursos máximos em cada município podem ter razões diversas que ultrapassam o objetivo desse trabalho, mas causa reflexão sobre a necessidade de maior organização de produtores e produção agrícola que dê conta das necessidades locais de alimentação escolar, além disso, há uma necessidade de acompanhar as dificuldades das secretarias de educação municipais para lidar com editais e agricultores/as.

O fato é que a ATER trabalha no sentido de cooperar com essa ação, conforme a narrativa dos relatórios, para elaboração de projetos de acesso aos programas de comercialização institucionais, a equipe de execução do projeto (coordenação e agentes de campo) precisava estar atenta aos editais e organizar as agricultoras para participarem.

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para o ano de 2016, no estado do Piauí foram destinados R\$ 6.762.185,35 que atendeu 48 projetos de 30 municípios envolvendo 1.268 beneficiários fornecedores na categoria de agricultores familiares (537), agro extrativista (396), Assentados da reforma agrária (269), pescadores artesanais (33), quilombolas (33) (CONAB, 2017). Os dados indicam que o acesso a essa política ainda está restrito a um pequeno número de produtores, alcançando apenas 13% dos municípios do estado do Piauí.

O acesso aos dois programas passa pela responsabilidade da ATER, no caso do projeto avaliado, a falta de eficiência dialoga com a ineficiência no estado inteiro e, quando comparamos com os demais estados e em todas as regiões brasileiras, a realidade é a mesma,

o relatório da CONAB aponta que apenas 29.318 pessoas foram beneficiadas com o programa em 2016 em todo Brasil.

A narrativa dos relatórios da atividade que foi executada nos últimos meses de 2015 mostra um esforço da equipe de execução do projeto para organizar em tempo limitado (60 dias) a maior quantidade de mulheres que pudessem ter acesso aos programas, entretanto das 320 beneficiárias inscritas no início das ações, 84 ainda não haviam recebido o fomento previsto para elaboração de seus projetos produtivos e, portanto, se negaram a acessar aos programas pela dificuldade de produção causada pela demora ou recusa do recebimento do fomento que deveria ser pago em duas parcelas.

O acesso aos programas de alimentação no projeto avaliado era conteúdo obrigatório já previsto na chamada pública, o CEAA, promoveu seminários de participação das secretarias municipais e estaduais, coordenação de políticas para mulheres do estado, Universidade Federal do Piauí e representantes sindicais e as beneficiárias para que fossem esclarecidas as dúvidas e as secretarias pudessem conhecer as agricultoras participantes.

Entretanto, não foi suficiente para executar a atividade na sua totalidade em decorrência da falta do pagamento do recurso do fomento; elaboração tardia das propostas e a interrupção do acompanhamento dos grupos femininos até sua consolidação de organização da produção oriunda dos projetos agroecológicos.

Outro aspecto importante que dialoga com as possibilidades de mulheres comercializarem seus produtos é a divisão sexual do trabalho. No trabalho de Butto et al. (2014) onde diversas organizações de mulheres de muitos estados brasileiros debatem sobre políticas públicas e as especificidades da mulher do campo, há a solicitação que a ATER para as mulheres precisava considerar a divisão sexual do trabalho e os diferentes usos do tempo para homens e mulheres. Iniciar uma atividade produtiva para mulheres deve-se contabilizar o tempo das atividades domésticas, para essas mulheres a ATER deve considerar que a produção e a reprodução são uma unidade no contexto feminino do campo.

Segundo Dias (2018), há uma dificuldade histórica da realização da comercialização realizada pela mulher, por ser uma atividade masculina, por se realizar fora de casa e quando se trata de mercados institucionais, a mulher precisa acessar um edital, elaborar uma proposta, ir as escolas ou a CONAB, ou a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, é necessário sair de casa, encurtar tempo de suas atividades domésticas e a ATER precisa se adaptar a essa realidade.

Afirma Dias (2018, p.116), que para garantir “eficiência às situações-problemas nas comunidades agrícolas exige o estabelecimento de uma relação dialógica entre o agente de

ATER e a comunidade alvo de intervenção” é necessária a construção do vínculo, da confiança, de um tempo apropriado para realização de cada atividade para construção de autonomia buscando continuidade das ações quando as agentes não estiverem mais presentes nas comunidades.

Um dado presente em outras pesquisas avalia a articulação da ATER com os Programas PNAE e PAA como positivos, Bergamasco (2015), Lima (2018) e Moura (2018) revelam que essa articulação é real e fornece resultados como aumento de renda e qualidade de vida. Nos grupos produtivos analisados nessa pesquisa as 127 mulheres que elaboraram propostas correspondem a 40% das beneficiárias nos mercados institucionais.

Quanto a constituição de feiras, foram apoiadas 4 feiras no território e inseridos todos os grupos nas feiras municipais, além da participação na I Feira Interterritorial do Território dos Cocais e da Planície Litorânea.

#### **4.2.1.4. Análise das atividades do Projeto**

Realiza-se uma análise considerando a Política Nacional de ATER na manifestação das atividades exigidas pela chamada pública 002/2014 (MDA/DPPMRQ) e no cumprimento das mesmas na execução do projeto em avaliação.

O CEAA executou todas as atividades, porém o Cadastro Ambiental Rural – CAR<sup>6</sup> foi reprovado pelo fiscal do projeto e os recursos destinados à atividade não foram pagos a instituição. Segundo o CEAA, o fiscal não considerou a especificidade local para realização do CAR.

A obrigatoriedade da chamada era a realização de 320 cadastros, porém as beneficiárias assentadas possuíam lotes de terra individuais pequenos, menos de 1ha e a instituição realizou os Cadastros de maneira coletiva, contemplando todo o assentamento, inclusive beneficiando outros produtores rurais, nesse caso a quantidade de recibos do cadastro não poderiam totalizar 320, mas apesar dessa possibilidade não ferir a Lei nº 12.651/2012 e a Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014 que normatiza o CAR, não foi aceito pelo fiscal do projeto. Segundo o CEAA, os demais projetos que

---

<sup>6</sup> Criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, permite aos imóveis rurais iniciar o processo de regularização ambiental e dá acesso a benefícios previstos no Código Florestal, neste instrumento o imóvel é georreferenciado, delimitando Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, traçando um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. (MMA, 2018).

desenvolviam na época, também fiscalizados pelo MDA, aceitaram os cadastros por assentamentos.

As agentes de campo identificam outras questões importantes para não realização total dessa atividade, o relatório de execução afirma que foram elaborados 35 Cadastros Ambiental Rural, sendo beneficiadas 87 mulheres.

Sobre a natureza das dificuldades os relatórios apontam a diversidade de situações das famílias, contextos que não conseguiam resolver por fugir a competência da Política, ultrapassar a quantidade de recursos, tempo e de pessoal destinados a atividade para resolver os problemas e efetuar o Cadastro.

A narrativa da coordenação do projeto afirma que a realização do CAR, incluída por aditivo do Ministério com o projeto já em desenvolvimento, exigiu da instituição a execução em 60 dias, nesse curto período as agentes deveriam reunir as beneficiárias, esclarecer sobre a necessidade do Cadastro, reunir os documentos das propriedades, realizar o Georreferenciamento das propriedades, comunidades ou assentamentos e incluir no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

No referido relatório, são narradas as dificuldades para alcançar a totalidade dos onze municípios envolvidos na ATER; beneficiárias que viviam nas terras de outros familiares; necessidade de realizar o CAR de todo assentamento ou comunidade; e, a impossibilidade de realizar o CAR em comunidades que não possuíam documentos e não sabiam seus limites geográficos para que possibilitasse a agente realizar o Georreferenciamento.

Quando as beneficiárias viviam nas terras de outros familiares, seus pais, sogros, avós ou a terra estava no nome do companheiro a agente de campo realizou o Cadastro no nome do proprietário e teve que comprovar o grau de parentesco da beneficiária com o titular da propriedade, o que requer tempo, pois a documentação exigida para esses casos eram declarações de sindicatos rurais, extrato de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, Declaração do proprietário, cópia do documento de identidade, para reunir essa documentação as agentes perderam muito tempo.

Diante da dificuldade de encontrar documentos de posse de cada beneficiária o CAR foi realizado em todo o assentamento ou comunidade, alguns com extensão superior a 137ha, havendo um esforço maior para realizar procedimentos de Georreferenciamento. De maneira individual cada agente realizava o trabalho de campo (o Georreferenciamento) e o trabalho de escritório (inclusão dos dados no SICAR).

Outros casos foram citados como dificuldade que envolvia questões de herança, terras que pertenciam a muitos herdeiros e as beneficiárias se recusaram em fazer o cadastro,

famílias que residiam em terras de grandes proprietários e se negavam em solicitar termos de posse, essas questões que contemplam a lógica campezina e também passam pelo drama fundiário brasileiro, as agentes não tinham condições nem competências para resolver no espaço de tempo de 60 dias.

Além do CAR, é necessário analisar se as outras ações foram executadas, a tabela 6 aponta os indicadores de eficiência na realização total das atividades do projeto.

**Tabela 6** – Indicadores de eficiência da ATER

Atividades	Nº de atividades previstas	Nº de atividades realizadas	%	Frequência das mulheres	
				Programada	Presente
Mobilização e identificação das mulheres.	320	320	100	-	-
Visitas técnicas de diagnóstico da unidade de produção.	320	320	100	320	320
Oficinas de socialização dos diagnósticos individuais e planejamento das ações.	16	16	100	320	315
Visitas técnicas para elaboração dos Projetos Produtivos de Convivência com o Semiárido.	320	315	98	320	315
Oficinas de gênero e feminismo.	16	16	100	320	315
Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do primeiro laudo.	320	315	98	320	315
Atividades coletivas para troca de vivências agroecológicas.	16	16	100	320	315
Atividades coletivas para construção de conhecimento.	32	20	63	320	315
Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do segundo laudo.	320	315	98	320	315
Oficinas de avaliação e monitoramento parcial	16	16	100	320	315
Visitas técnicas individuais para acompanhamento/monitoramento dos Projetos Produtivos e emissão do terceiro laudo.	320	315	98	320	315
Oficinas sobre políticas públicas e comercialização	16	16	100	320	315
Elaboração de projetos de acesso ao PAA e PNAE.	320	127	39	320	127
Realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR	320	35	11	320	87
Seminário Final de Avaliação	5	5	100	320	315

**FONTE:** Dados da pesquisa/Relatórios técnicos de atividades (2015-2017)

Elaborado pela autora

Segundo Arretche (2009, p.34) a avaliação segundo o critério da eficiência verifica o “esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados.” Verifica-se que na tabela 6, 60% das atividades foram realizadas com indicador máximo de realização, entretanto houve considerável margem de atividades que não foram realizadas totalmente.

Identifica-se que 26% das atividades conseguiram 98% de realização, segundo o relatório final de execução do projeto, houve a desistência de cinco beneficiárias no início da ATER, o motivo da desistência foi a migração para outros estados, por oportunidade de emprego e por violência de gênero.

A questão do êxodo rural no Brasil é amplamente discutida, entre jovens e mulheres, as razões recaem sobre incentivo à agricultura familiar; condições do trabalho agrícola; pela divisão sexual do trabalho e da renda; pela desvalorização do trabalho feminino; a desigualdade na distribuição das terras entre homens e mulheres; e das restritas opções de lazer (ZAGO, 2016; DELGADO; BAZOTTI; CINTRA, 2016; ABRAMOVAY, 2010; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004).

Quando o assunto é violência de gênero no campo, ainda permanece em aberto e carente de estudos específicos, Bueno e Lopes (2018) destacam os motivos dos conflitos que geram as diversas violências contra a mulher do campo, problemas relacionados a renda e a posse da terra são recorrentes nas denúncias das mulheres nas delegacias em que se registram as ocorrências.

Questões de violência de gênero estiveram presentes na 2ª Conferência Nacional de ATER, mas ainda está ausente em estudos e pesquisas sobre a influência da ATER em seu combate, porém algumas experiências identificadas por Erice e Benvegno (2015), Quaresma (2015), Serrano (2015) e Butto et al. (2014), constata que a ATER, entre outros resultados, promove autonomia financeira, preparação e inclusão em espaços de poder e transposição do patriarquismo na busca por uma nova identidade rural, o que pode incidir na condição feminina de vulnerabilidade econômica e cultural e, portanto, oferecer um impacto na cotidianidade familiar e saídas para mulher que sofre as violências de gênero.

A narrativa dos relatórios mostraram vários fatores que dificultaram a realização total das atividades, o primeiro deles diz respeito a quantidade de agentes de campo versus quantidade de mulheres, cada agente de campo atendia 80 mulheres por exigência da chamada. A divisão entre as agentes contemplava dois a quatro municípios, tal como mostra a tabela 7.

**Tabela 7** – Municípios atendidos por agente de ATER

<b>Agente de ATER</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nº de beneficiárias</b>	<b>% Desistências</b>
Agente A	Esperantina	55	2
	Joaquim Pires	15	7
	Morro do Chapéu	10	
Agente B	Luzilândia	50	2
	São João do Arraial	30	
Agente C	Lagoa de São Francisco	15	
	São José do Divino	20	
	Pedro II	25	
	Piripiri	20	
Agente D	Batalha	35	3
	Piracuruca	45	2

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

As agentes de campo precisavam percorrer grandes distâncias entre os municípios e de uma comunidade para outra. Tomemos como base a Agente D que atendia dois municípios, Batalha e Piracuruca, as duas cidades são separadas por uma distância de aproximadamente 48Km, mesmo dentro de um único município ela percorria uma distancia de 39Km de sua casa que fica no centro de Batalha para a comunidade Cortada, além de mais duas comunidades dentro do mesmo município a 30Km de sua casa.

Os relatórios diziam que havia momentos de mobilização que antecediam as atividades coletivas, nesse caso, as agentes precisavam ir no mínimo duas vezes antes de realizar a atividade coletiva, quando a comunidade tinha acesso a telefonia celular a agente podia contatar por essa via, mas nem sempre era possível.

Destaca-se aqui que a orientação da chamada era 80 mulheres por agente e havia a definição do território dos Cocais, mas não limitava quantidade de municípios, ficando a entidade livre para escolher onde atuar, considerando sua capacidade e suporte técnico. As famílias atendidas em diferentes municípios e em comunidades muito distantes comprometeu o serviço e sobrecarregou as agentes de campo. Neste caso, o CEAA fez a distribuição de municípios com o objetivo de atender o máximo de municípios possíveis, mas sem considerar as dificuldades da equipe de agentes.

O trabalho do/a agente de campo de ATER para contemplar a Lei 12.188/2010, foi fundamentado pelos estudos de Paulo Freire (1983) que reconstrói as prerrogativas da ação do/a técnico/a extensionista com base no trabalho educativo entre homens e mulheres do campo, para ele trata-se de um trabalho com dimensões éticas, culturais e políticas e não se trata apenas de decisões técnicas, requer do/a técnico/a uma aproximação, um reconhecimento, um “estar junto” do/a agricultor/a em permanente diálogo (BROSLER; OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2009; BRASIL, 2010; SILVA, 2013).

Nas afirmações de Silva (2013) o governo federal impôs uma expectativa de harmonizar a técnica da agronomia com a pedagogia freireana desafiando o/a técnico/a a atuar conhecendo o campo em seu aspecto social, econômico e ambiental, analisar a problemática local, seus efeitos e causas, promover mudanças ou adaptações tecnológicas respeitando os saberes tradicionais, agindo democraticamente para executar o planejado junto com os/as agricultores/as, entender as limitações e as potencialidades dos sistemas agrários de produção local.

Caporal (2011), já apontava que haveria problemas em relação ao período destinado a prestação de serviços de ATER após a Lei 12.188/2010, segundo o autor quantidades elevadas de atividades em dois anos de projeto poderia inibir processos participativos e a mobilização na e da comunidade, por consequência, a eficácia e eficiência das ações ficaria comprometida.

Outra dificuldade que consta nos relatórios e que está associada ao cumprimento das atividades, diz respeito as contradições da chamada e do Sistema Informatizado de ATER – SIATER. O SIATER foi criado pela Lei 12.188/2010 para fiscalizar, monitorar e fornecer informações sobre as ações das prestadoras de serviços e dos/as beneficiários/as (SEAD, 2018), todos os contratos de ATER são monitorados e avaliados por fiscais que utilizam como meio de verificação as informações inseridas no SIATER. É necessário incluir atividades antes de serem executadas, como também incluir as devolutivas com documentos assinados pelas agricultoras atestando que a atividade foi executada, assim também os relatórios e imagens que comprovem que o serviço foi prestado.

A atividade de construção de conhecimento, que consistia em uma atividade de 8 horas no SIATER estaria permitida no mínimo 12 beneficiárias por atividades e a chamada 02/2014 (MDA/DPMRQ) ditava ter a quantidade exata de 10 beneficiárias. Por essa incoerência o percentual do indicador aponta 63% de eficiência, pois não foi possível fazer o ajuste no sistema.



#### 4.2.2. Dimensão ambiental

Todas as beneficiárias do projeto que receberam o fomento construíram projetos individuais e coletivos agroecológicos das culturas agrícolas comunitárias, foram 236 projetos de construção de hortas; compra de maquinário para beneficiamento de frutas e mandioca; aquisição de galinhas, caprinos e suínos ou construção de espaços apropriados para criação desses animais; compra de adubos e sementes para plantações coletivas de diversidade de culturas da roça, tais como, milho, feijão, maxixe, quiabo, pimentas, frutas, entre outras.

Analisando as propostas e os projetos considera-se importante a interação das beneficiárias com o meio ambiente através da agricultura, interação que não se baseia na exploração e depredação ambiental, aspecto relevante da agricultura familiar, os projetos são alinhados com as culturas locais, ou seja, não houve “pacote” oferecido pela ATER, os projetos foram construídos de forma participativa e a partir da demanda da beneficiária, o aspecto econômico foi importante para construção dos projetos, mas não foi o único, a coletividade, a jornada feminina, a segurança alimentar e a solidariedade foram aspectos que permearam a construção dos projetos.

As agentes emitiram três laudos de acompanhamento dos projetos ao longo de sua execução, tomando como base as orientações agroecológicas no cuidado do solo e para manter a diversidade de culturas agrícolas, além das orientações, os laudos descreviam o estágio e status de cada projeto e, ao final um comentário conclusivo. Segue um trecho do Laudo de número 3 de uma beneficiária do município de Esperantina, comunidade quilombola Olho D’água dos Negros.

### Quadro 6 – Laudo de acompanhamento do projeto agroecológico

<b>ATIVIDADES PRODUTIVAS*</b>				
<b>ATIVIDADE PRODUTIVA</b>	<b>ORIENTAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>ESTÁGIO</b>	<b>STATUS</b>	
<b>Criação de Galinhas Caipiras.</b>	1°	Construção de um aviário (4mx3m) rústico no sentido Leste-Oeste, utilizando materiais disponíveis na propriedade (palha de babaçu), com duas divisórias, mureta lateral de tijolo, telado e piso de chão batido.	( ) Em andamento ( ) Programado ( X ) Concluído	( ) Branco ( X ) Verde ( ) Vermelho ( ) Amarelo
	2°	Compra de 32 aves de boa qualidade caipira no início da reprodução; compra de comedouros e bebedouros; Compra de 04 sacos de ração; Compra de 04 sacos de milho e 01 kit de medicamentos.	( ) Em andamento ( ) Programado ( X ) Concluído	( ) Branco ( X ) Verde ( ) Vermelho ( ) Amarelo
	3°	Manejo Sanitário constante de forma preventiva e utilizando medicamentos naturais, formulados com ingredientes disponíveis na propriedade; Manter higiene e limpeza das instalações;	( ) Em andamento ( ) Programado ( X ) Concluído	( ) Branco ( X ) Verde ( ) Vermelho ( ) Amarelo
	4°	Comercialização	( X ) Em andamento ( ) Programado ( ) Concluído	( ) Branco ( X ) Verde ( ) Vermelho ( ) Amarelo
* <b>Branco:</b> programado. <b>Verde:</b> Orientação técnica foi seguida corretamente. <b>Vermelho:</b> orientação técnica não foi seguida, prazo expirado. <b>Amarelo:</b> Orientação técnica foi seguida parcialmente.				
<b>CONCLUSÕES*</b>				
<b>Observações feitas à Unidade Familiar:</b>				
Durante a terceira visita técnica detectei um bom empenho da família em fazer o que foi programado, o recurso do fomento já haviam investido. E em seu quintal produtivo presenciamos mudança realizada na instalação preparada para sua criação de galinhas caipiras e como organizou para torná-la bem funcional, mesmo sendo simples, além de plantio inicial de várias frutíferas.				
<b>Status do Projeto:</b> ( X ) Verde ( ) Branco ( ) Vermelho				

**Fonte:** dados da pesquisa (2018)

As atividades da ATER que ofereceram suporte ao desenvolvimento dos projetos serão melhor exploradas na análise da eficácia, uma vez que as metas da política estarão em análise e suas implicações na vida das beneficiárias.

#### 4.3. Avaliação da Eficácia da Política.

Nesta análise, a dimensão sócio – econômica toma como base os princípios da PNATER que dá conta da verificação da organização coletiva, na criação dos grupos produtivos; da inclusão de mulheres envolvidas em associações, sindicatos e comitês territoriais para constatar o esforço da política na promoção da igualdade de gênero; e na Articulação territorial e Instituições parceiras.

A dimensão ambiental trata da formação e capacitação possibilitada por metodologias para produção agroecológica promovida pela política.

#### **4.3.1. Dimensão sócio – econômica**

Verifica-se a Política tomando como base os cinco princípios da PNATER, listados no Art. 3º da Lei 12.188/2010, que trata do desenvolvimento rural sustentável; adoção de metodologia participativa; adoção dos princípios da agricultura de base ecológica; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Desse modo, foram analisados alguns aspectos que se relacionam com os princípios; as estratégias de mobilização e construção de parcerias locais e territoriais; a promoção da igualdade de gênero; e as metodologias participativas.

##### **4.3.1.1 Estratégias de mobilização e construção de parcerias locais e territoriais**

O serviço de ATER não se efetiva de maneira isolada de outras políticas, de outras instituições e de diferentes atores, a ATER, por recomendação da Lei, é um veículo de promoção e articulação para garantir o desenvolvimento rural do ponto de vista da sustentabilidade, uma vez que seu primeiro princípio é o “desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente”

Abramovay (1998) e Schneider (2010) trazem uma abordagem de desenvolvimento rural destacando as estratégias rurais de sobrevivência e combate a pobreza que podem ser observado nas iniciativas locais e territoriais, combinando reproduções sociais, econômicas e culturais em um processo de empoderamento (empowerment). Na verdade os/as agricultores/as e a articulação natural com seus ciclos de convivência, se apoiados por políticas públicas, são suficientes para eleger prioridades de mudanças.

O projeto cumpriu com as exigências da chamada em relação ao cumprimento das atividades de fomento a agroecologia, mas para alcançar essa eficácia os relatórios mostram que durante as mobilizações havia sempre diálogo com parceiros municipais, prefeitura e sindicatos rurais para apoio às atividades, inclusive as representações políticas, sejam de movimentos sociais, sindicais ou secretarias municipais da agricultura sempre acompanhavam as atividades.

No início do processo de implementação das ações da ATER do projeto avaliado, houve a necessidade de estabelecer laços entre diferentes atores, segundo o relatório final de execução do projeto, essa interação permaneceu durante todo o processo de ATER. As ações eram pactuadas através de parcerias com instituições e organizações existentes no Território do Cocais.

O Relatório final de execução do Projeto, afirma que,

Inserimos nossa programação de seminários, encontros, oficinas, feiras nas agendas do poder municipal (secretarias municipais e câmaras) e nos sindicatos rurais dos municípios de Esperantina, Joaquim Pires, Morro do Chapéu, Piripiri, Pedro II, São José do Divino, Lagoa de São Francisco, Batalha, Piracuruca, Luzilândia e São João do Arraial, aos movimentos sociais femininos, como o MIQCB, em projetos de desenvolvimento territorial de gestão da Universidade Federal do Piauí, na secretaria de Desenvolvimento Rural do estado, nos grupos culturais dos municípios envolvidos e nas Escolas Família Agrícola (RELATÓRIO FINAL, CEAA, 2016, p. 06).

A leitura do documento descreve realizações de encontros, planejamentos e oficinas utilizando diferentes espaços do território, proporcionando a inserção de mulheres e grupos produtivos no diálogo com diferentes atores institucionais mediados pela equipe de agentes de campo.

A exemplo da ATER avaliada por Moura (2018), Lima (2018) e a recomendação de Butto et al. (2014) as parcerias que a ATER constrói e estabelece permite uma autonomia nos territórios para encontrar soluções sustentáveis com diferentes atores territoriais.

Havia ainda outro tipo de parceria que orientava a formação e capacitação constante da instituição de ATER e suas agentes de campo, o relatório final chama atenção para a forma como as atividades eram conduzidas sobre a construção do aprendizado das técnicas com outras instituições:

O aprendizado acontece no exercício da ação, a cada atividade, a cada ida ao campo, as dificuldades eram escritas e levadas mensalmente nos encontros de avaliação e planejamento para discussão entre a equipe e a coordenação geral da instituição. Montávamos estratégias de superação de dificuldades, havia participação da equipe em momentos de capacitação em agroecologia com a EMBRAPA e com o grupo CAJUÍ da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, a equipe participou de módulos em construção do conhecimento em metodologias participativas, em tecnologias ambientais, em Economia solidária e Extensão rural, todos organizados pela Universidade Federal do Piauí/UFPI e em parceria com o CEAA. A equipe também foi capacitada para realizar o Cadastro Ambiental Rural com uma equipe de técnicos da Paraíba (RELATÓRIO FINAL, CEAA, 2016 p. 15).

Segundo Caporal (2011) a formação do técnico extensionista foi prejudicada pelo tom tecnicista dado nas formações universitárias das ciências agrárias, nesse sentido a

formação continuada buscada por cada entidade de ATER é indispensável para transformação do trabalho do extensionista diante das exigências do público da PNATER.

No caso do projeto em análise, as agentes de campo pertencem ao território e a agricultura familiar o que facilita a concretização das ações e o diálogo com as beneficiárias do projeto.

#### **4.3.1.2 Promoção da igualdade de gênero**

Como prima um dos princípios da PNATER enunciado no capítulo I, Artigo 3º inciso V “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”; o Projeto buscou promover o encontro da mulher produtora rural com a autonomia política, social e econômica.

Segundo Bergamasco (2015), uma diretriz que demonstrou ser pouco apropriada por diferentes extensionistas e agricultores consultados em sua pesquisa avaliativa está relacionada à promoção de gênero e geração de equidade, os dados revelam que esse assunto ainda é pouco explorado na extensão rural.

As iniciativas do governo federal em deliberar ações públicas para mulheres a fim de gerar equidade e igualdade de gênero são recentes, o contexto dessa pesquisa se insere em umas das primeiras ações de ATER para mulheres rurais no Brasil, portanto ainda é incipiente para perceber mudanças estruturais no território em que foi desenvolvida, não é possível identificar mudanças econômicas e de participação efetiva em ambientes privados ou públicos a partir de uma única ação.

Entretanto, dentro das possibilidades e do período de execução do projeto, grupos de mulheres foram incitados a dialogar e a se reunir através das ações da ATER. Ao longo da execução foram formados 23 grupos que se reuniam em oficinas de construção de conhecimento coletivo em gênero e feminismo, em políticas públicas e comercialização, ou em produção e beneficiamento de produtos agroecológicos. Foram apoiadas a constituição de 4 feiras no território e inseridos todos os grupos nas feiras municipais, além de inserir grupos na I Feira Interterritorial do Território dos Cocais e da Planície Litorânea.

Nos relatórios havia a narrativa das observações das agentes de campo e o trabalho de organização da coletividade, ações importantes para tomada das decisões de montar feiras ou de levar os produtos agrícolas e não agrícolas para feiras municipais, de firmar contratos em pequenos estabelecimentos comerciais e acessar mercados institucionais como os Programas PAA e o PNAE. Os relatórios indicam que o Projeto foi finalizado com 88% das mulheres comercializando em feiras, mercados de ciclo curto e mercado institucional.

Outro destaque foi a participação das mulheres em sindicatos rurais e associações comunitárias:

Fazia parte das discussões nas oficinas a inserção das mulheres nos espaços políticos, 93% participam ativamente como membras de associações, dessas, 17% assumiram posições de liderança, 92% das mulheres participam dos sindicatos rurais (CEAA / RELATÓRIO FINAL, 2016, p. 67).

Nesse sentido o Projeto contribuiu, com um conjunto de ações que valoriza o trabalho feminino e indica novas perspectivas, inclusive, de tecnologias e saídas para combater as adversidades do campo, a partir do conjunto de saberes das agentes de ATER e das agricultoras, fazendo com que as mulheres se fizessem autônomas e ativas em todo o processo, inclusive no ambiente de decisões políticas, tais como o Comitê de mulheres do Território, foram identificadas 25 mulheres que se tornaram membras do Comitê de Mulheres do Território dos Cocais/PI.

De certo modo a relação doméstica familiar foi modificada com a saída da mulher para encontros semanais, para novos espaços comerciais, além do que, quando a agente de campo chegava na casa da família era a mulher que entrevistava, era com ela as conversas e os planejamentos, também receberam o fomento financeiro direto de suas contas bancárias, depoimentos das oficinas nos registros das agentes revelam que a partir da participação no projeto as mulheres tomaram decisões domésticas importantes, pois o diálogo com os companheiros foi mais igualitário.

Moura (2018) destaca os mesmos procedimentos com os grupos de mulheres do Rio Grande do Norte realizado pela ATER e avalia como positivos, porque de fato interfere na divisão sexual do trabalho, fato que foi evidenciado com as mulheres da pesquisa, durante as oficinas havia um espaço reservado para a recreação infantil, obrigatoriedade da chamada pública que previa recursos destinados a espaços lúdicos para que as crianças levadas pelas mulheres pudessem ter espaço para ficar enquanto as mães participavam das atividades coletivas da ATER, essa foi uma reivindicação registrada nas duas conferências Nacionais de ATER.

Nos registros fotográficos de muitas oficinas, anexados aos relatórios, não há imagens que comprovem as recreações, fato que chama atenção, pela obrigatoriedade da chamada, mas em ofícios e documentos enviados a SEAD foi identificado uma justificativa interessante, a primeira delas é no decorrer do projeto as crianças não mais estavam nas oficinas elas ficavam com os pais, irmãos mais velhos, ou avós. Em algumas ocasiões, nas

oficinas havia a presença dos companheiros que geralmente esperavam em local reservado, fora do espaço da reunião, ficavam com as crianças boa parte das oficinas.

Essa questão, não necessariamente põe em discussão a igualdade de gênero, embora tenha ocasionado uma mudança na dinâmica familiar, as agentes de campo acreditam que o que impulsionou essa mudança foi o recebimento das primeiras parcelas do fomento para investir na propriedade.

O fato é que a parceria doméstica para a mudança da rotina de homens e mulheres foi experimentada nas ações dessa ATER e, ainda que incipiente e momentânea deu a ambos a oportunidade de experimentar outros papéis.

Outro aspecto importante que dialoga com o princípio da igualdade de gênero está relacionado com a formação da equipe em sua totalidade feminina e oriunda do campo, além da questão de gênero, a equipe tinha diferentes formações, agregando assim a multidisciplinaridade que a PNATER orienta.

A equipe foi constituída de uma coordenadora, graduada em Pedagogia, com experiências em Projetos de extensão rural e pesqueira universitárias no norte e nordeste; a equipe de agentes de campo formada por duas estudantes de agronomia com formação técnica em agropecuária em Escolas Família Agrícola, uma economista, recém-formada e depois substituída por estudante de direito e também com formação técnica em agroindústria na Escola Família Agrícola e mais uma agente com formação técnica em agropecuária e militante em movimentos rurais femininos no território dos Cocais. Dessas, três são agricultoras, filhas de agricultores/as que realizam atividades no campo e que comercializam seus produtos em mercados institucionais.

Alguns aspectos relacionados a eficácia da política, que não foram antes evidenciados em pesquisas avaliativas, incidem nas questões de gênero: as oficinas com as mulheres tinham duração de 8 ou 16 horas; a obrigatoriedade da recreação infantil prevista na chamada era para as crianças das beneficiárias, mas não há a mesma menção para as crianças das agentes de campo, como também as condições externas a política como a violência do campo, nas estradas rurais que ameaçam as agentes em seu fazer extensionista.

As oficinas coletivas previstas na chamada foram contestadas pelas mulheres do campo que preferiam se reunir quatro horas por dia por conta da sua rotina, a Sead foi acionada e foi aberta uma exceção para que as oficinas fossem realizadas em dias alternados desde que contemplassem as horas destinadas no projeto, o que foi positivo do ponto de vista das beneficiárias, mas não na perspectiva das agentes de campo que ampliaram suas idas e

vindas as comunidades, aumentando dias de trabalho com os grupos, nesse caso é necessário reavaliar a duração das oficinas participativas.

A recreação infantil como já dito foi exigência registrada nas conferências nacionais de ATER, entretanto é necessário garantir também para agente de campo espaço adequado para seus/suas filhos/as, oferecendo melhor condição de trabalho como incluído nos debates das trabalhadoras urbanas (CAMPOS, 1999; GERAMUS, 2016).

As agentes de campo relataram que o medo de se locomover nas estradas rurais era um entrave a execução do projeto, por percorrerem consideráveis distâncias de moto sentiam-se vulneráveis aos assaltos e a violência contra a mulher, muitas vezes era necessário que um homem as acompanhasse, seja da comunidade ou da família.

Essas questões de gênero devem ser tratadas como parte do trabalho da agente de ATER, é necessário assegurar o direito da trabalhadora em todos os aspectos que se integram ao direito de ir e vir.

#### **4.3.1.3 Adoção das metodologias participativas**

Conforme um dos princípios da PNATER, descrito no Capítulo I, Artigo 3º Inciso III “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural (...)” a prestação de serviços de ATER deve ser cuidadosa na sua metodologia, o caminho para alcançar os objetivos deve primar a valorização dos saberes do homem e da mulher do campo.

Nesse sentido, o projeto em pauta, utilizou nas atividades, sobretudo no diagnóstico e nas oficinas de construção do conhecimento, as metodologias participativas. Utilizou-se da construção de mapas das unidades familiares de Produção com o grupo de mulheres, a travessia e as entrevistas semiestruturadas. Nas oficinas participativas, os trabalhos em grupo estavam orientados na construção do saber coletivo, mediados por instrumentos e ferramentas participativas, como matriz de comercialização, calendário sazonal, Matriz histórica, Linha da vida, os relatórios também mostram que utilizaram instrumentos do Desenvolvimento Organizacional Participativo, como a criação de estatutos e regimentos para organização coletiva, tais como as feiras.

De acordo com as reflexões de Thiollent (2011), os processos participativos de intervenção estimulam agricultores/as a se organizarem, perceberem suas demandas, prioridades, potencialidades e descobrirem suas capacidades de organização coletiva,



entretanto é necessário dispor de tempo e conduzir as oficinas com a postura de respeito ao saber do grupo para não impor sua perspectiva acima da perspectiva do/a agricultor/a.

O trabalho avaliativo de Bergamasco (2015) ressalta que a eficácia da política pode estar comprometida pela inflexibilidade da chamada, ficou muito claro diante das narrativas dos relatórios, do estudo do cronograma de atividades, conversas com a coordenadora da ONG e as agentes de campo a impossibilidade de incluir ou retirar alguma atividade diante de outras demandas que surgissem no decorrer da ATER, um exemplo eram as atividades não agrícolas como o artesanato, muitas mulheres atendidas faziam artesanatos, inclusive na região de São José do Divino as mulheres trabalhavam com cerâmicas oriundas da argila da região e demandavam assessoria para este fim, mas não houve a possibilidade de integrar essa atividade no rol de capacitações e ou intercâmbios.

No dizer de Silva (2017), há um mau uso das metodologias participativas quando as mesmas não tem o compromisso real com o grupo comunitário, isso acontece quando elas são usadas como receita para atender a obrigatoriedade do programa político, elas podem perder o objetivo de discutir as demandas e prioridades locais e apenas cumprir com a exigência da realização das ferramentas, mas sem incluir a prioridade no rol do plano de ação do grupo atendido.

O que aconteceu com o grupo de São José do Divino, apesar dos instrumentos participativos terem sido realizados, a demanda principal não foi incluída no plano de ação do grupo que discutiu e participou das oficinas, além disso, o grupo foi prejudicado com o não recebimento do fomento o que prejudicou a realização de seus projetos agroecológicos.

### **4.3.2. Dimensão ambiental**

#### **4.3.2.1 Estratégias metodológicas para produção agroecológica**

Na PNATER, Lei 12.188/2010 não há menção a agroecologia, no entanto, há, entre os princípios da Lei o fomento a agricultura ecológica e na ATER avaliada havia, por exigência da chamada, a adoção dos princípios da agroecologia para conduzir os processos educativos e promover a permanência do pluricultivo, característica da agricultura familiar.

A análise dos relatórios das agentes que mencionavam atividades de fomento a agroecologia somavam um conjunto de 48 relatórios, onde são descritas 16 atividades para troca de vivências agroecológicas e 32 atividades coletivas para construção do conhecimento

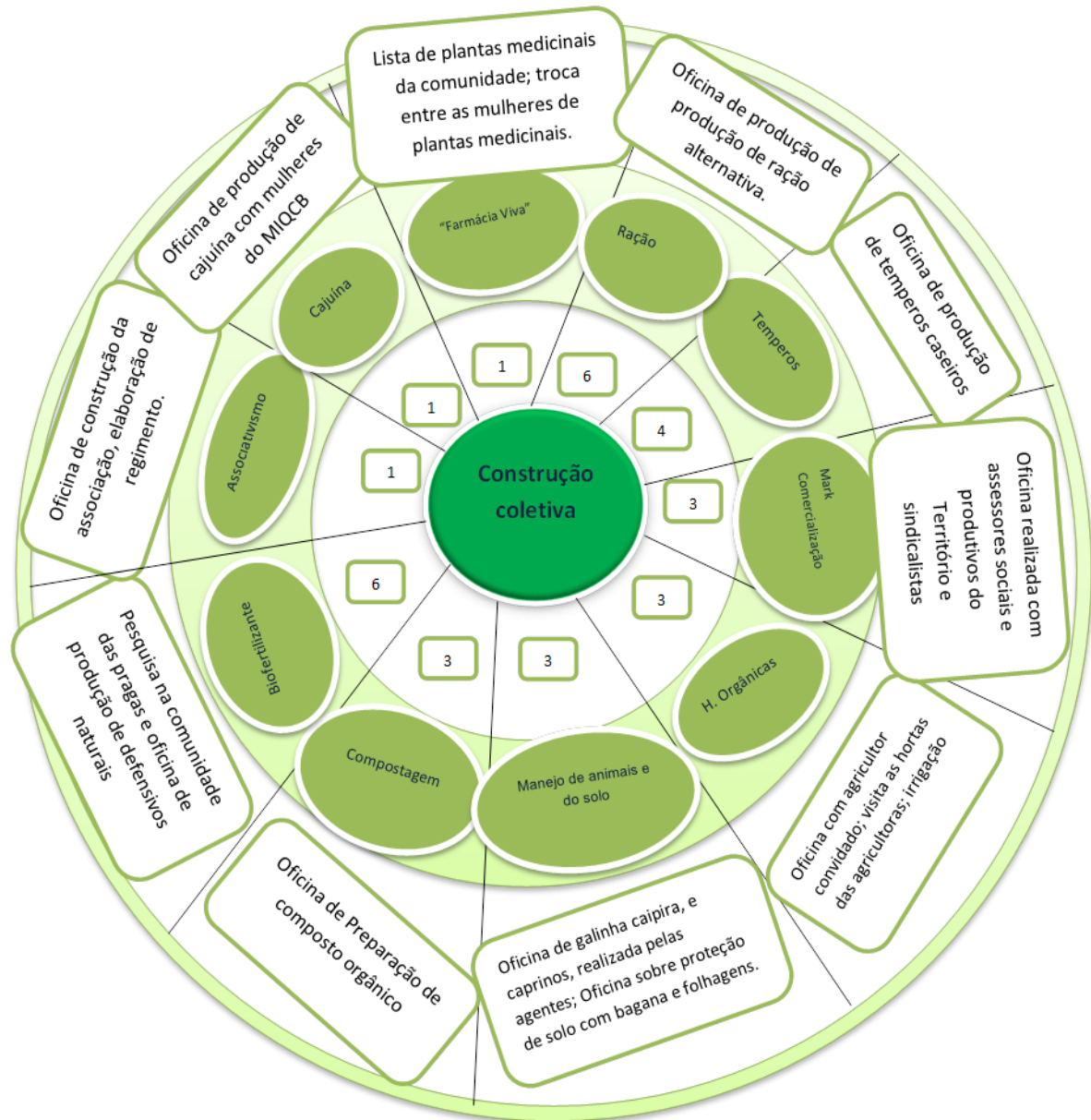
agroecológico. Nesse conjunto de atividades analisa-se o tema, o conteúdo e a metodologia dos encontros, reuniões ou oficinas.

As atividades de construção coletiva do conhecimento aconteceram nos meses de Maio, Julho e Agosto de 2016, tinham como objetivo “construir coletivamente conhecimentos, valorizando o conhecimento empírico e técnico de modo a apoiar e fortalecer a produção agroecológica e a auto-organização das agricultoras” (RELATÓRIO – AGENTE B/Agosto de 2016).

Nas 32 atividades desenvolvidas com as mulheres foram trabalhados os seguintes temas: Produção de temperos caseiros; Ração alternativa para aves e caprinos; Compostagem; Produção de cajuína orgânica; controle de pragas, produção e Utilização de defensivos naturais e Biofertilizantes; Manejo de animais e de solo de acordo com as orientações agroecológicas; Hortas orgânicas; Construção e manejo de “Farmácia Viva”; associativismo, marketing e comercialização.

O diagrama detalha a relação e quantidade de conteúdos e a metodologia, ao centro da figura está o tema central da atividade, no raio seguinte a quantidade de atividades cujos temas vêm em seguida e no último raio a metodologia utilizada em cada atividade.

**Diagrama 1** - Temas e metodologias das atividades de construção coletiva do Projeto de ATER.



**Fonte:** Dados da pesquisa (2018)

O termo agroecologia concentra diferentes sentidos, hoje, remete a uma disciplina científica, associa-se a um conjunto de práticas agrícolas e ainda uma ferramenta de luta ou um modo de vida (SCHMITT, 2016). A relação de atividades descritas no diagrama incluem as ideias da agroecologia, os elementos da comunidade, o cotidiano, as práticas agrícolas e ao modo de vida das mulheres do território dos Cocais: produção de alimentos e insumos orgânicos ou alternativos, ervas medicinais, manejo de animais de pequeno porte, beneficiamento de frutas, pequenos empreendimentos, inseticidas naturais.

Verifica-se que a estratégia utilizada pela ATER foi na perspectiva de apoiar as atividades que já desempenhavam, os relatórios narram a relevância das atividades e práticas

agroecológicas que enriqueciam o cotidiano produtivo das mulheres. Na avaliação dos serviços de ATER gerenciados pelo governo federal dos anos de 2010 a 2014, Bergamasco (2015) confirma a relevância da agroecologia para o público alvo da PNATER, no trabalho de Lima (2018) a questão ambiental no quesito agroecologia também se destaca como um indicador satisfatório no cotidiano dos/as agricultores/as e na prática da ATER.

O desafio de incluir a agroecologia como estratégia de sustentabilidade da Assistência Técnica não foi apenas para mudar a prática do/a agricultor/a, que já agrega a agroecologia em seu fazer produtivo e na sua convivência solidária (BRASIL, PLANAPO, 2016; GRISA; CHECHI, 2016), o desafio estava na formação dos extensionistas que deveria, a partir da orientação da Lei, abandonar as práticas difusionistas da ATER, transformar sua postura e orientação diante dos saberes do/a agricultor/a familiar para manutenção da cultura e sustentabilidade ambiental e não apenas gerar mudanças na perspectiva econômica capitalista (CAPORAL, 2011).

As atividades de associativismo e comercialização e marketing, descritas no diagrama 1, que parecem destoar das demais, por trazer temas diferenciados das produções agrícolas, foram incluídas como temas relevantes pela necessidade de organização comunitária e escoamento da produção agrícola dos grupos dos municípios de Luzilândia e nos municípios de Joaquim Pires, Morro do Chapéu e Esperantina, diante do planejamento construído pelas beneficiárias, descrito nos relatórios de socialização do diagnóstico e construção do plano de ação, as prioridades escolhidas eram oficinas e cursos de comercialização para seus produtos agrícolas.

A preocupação com o fortalecimento associativo tem gerado reconhecimento do governo federal, pois nas experiências consideradas exitosas de ATER mulheres há trabalhos com iniciativas de apoiar a gestão dos agroecossistemas e comercialização via associações comunitárias na Bahia, no Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rondônia (SEAD, 2016).

A esse respeito, Sevilla Guzmán (2017) afirma que na metodologia que proporciona a construção da agroecologia, além da mudança das técnicas agrícolas, os processos formativos de associações, bem como novas estratégias de comercialização, contribuem para a construção de trocas de estrutura de poder e nessa formação se resgatam o potencial endógeno de gerência sobre os recursos locais, assim criam-se novas perspectivas socioeconômicas importantes para a autonomia local.

Quanto as atividades de intercâmbio agroecológico, de acordo com os relatórios, as mulheres visitaram agricultores de seus municípios ou de municípios vizinhos para trocar

experiências, em alguns casos dois ou três grupos de mulheres de municípios se encontravam em propriedades de outras famílias para realizar o intercâmbio.

Segundo os relatórios das agentes de campo, houve cinco atividades de intercâmbio no período de Novembro de 2015, cinco em março de 2016 e seis em junho de 2016, para realizar estas atividades, as agentes afirmam em seus relatórios que havia momentos anteriores para agendamento com os proprietários ou escolas Família agrícola do mesmo município ou de municípios vizinhos.

Os intercâmbios ocorreram na Fazenda da Escola Família agrícola Santa Ângela - EFASA em Pedro II, onde os grupos de Piripiri, Pedro II e São José do Divino puderam aprender com a coordenação, técnicos e estudantes da escola, o manejo de suínos, caprinos e galinha caipira, manejo agroecológico com hortaliças, compostagem orgânica e elementos para ração alternativa para caprinos.

Na propriedade da família de um agricultor agroecológico, no município de Esperantina, os grupos de São João do Arraial e Luzilândia puderam aprender com a família do agricultor manejo de hortas suspensas, pomar e roça e beneficiamento de produtos agrícolas e composto orgânico.

Na propriedade de um segundo agricultor do município de Esperantina, os grupos de Morro do Chapéu, Joaquim Pires e Esperantina puderam conversar com a família do agricultor sobre piscicultura, beneficiamento de produtos agrícolas, comercialização, adubo orgânico e Sistemas agroflorestais.

No assentamento Celeiro de Deus, conhecido por práticas agroecológicas no município de Piracuruca, as mulheres do mesmo município realizaram um curso sobre ração alternativa para caprinos e galinhas.

Na horta orgânica do assentamento Estreito em Batalha, conhecida como a maior horta coletiva do município, as mulheres do mesmo município puderam conversar sobre o manejo da horta e as práticas de organização e comercialização do grupo que a mantem, o relatório dessa atividade ainda ressalta que os grupos puderam conhecer outras práticas de manejos com animais: suínos, caprinos e galinhas com o assentamento.

Embora ainda haja problemas diante da concepção de extensão rural que técnicos construíram ao longo da história da ATER que diverge do caráter radicalmente não difusionista da Lei 12.188/2010 (LANDINI, 2015), existem pesquisas avaliativas da PNATER no sul, sudeste e nordeste do Brasil que convergem na evolução da implementação da Política no sentido de modificar as estratégias de diálogo com o/a agricultor/a familiar para

buscar saídas sem que o técnico traga soluções prontas (BERGAMASCO, 2015; LIMA, 2018; MOURA, 2018).

A metodologia utilizada para promover as trocas ou minicursos, partia da realidade e das necessidades apresentadas pelos grupos observadas pelas agentes durante períodos e atividades anteriores. Os relatórios e conversas com as agentes mostravam que as mulheres não estavam passivas aos aprendizados, mas eram agentes, realizavam pesquisas, colhiam produtos de seus quintais ou da comunidade, trocavam seus aprendizados com as agentes e entre elas.

#### **4.4. Avaliação da efetividade da Política.**

Nessa etapa de avaliação, busca-se compreender a efetividade do projeto na dimensão sócio – econômica e ambiental quanto a continuidade do coletivo produtivo agroecológico, da inclusão e consolidação das mulheres em espaços comerciais; e a permanência dos projetos produtivos agroecológicos efetivados.

A análise considera a Política Nacional de ATER – PNATER, O Programa Nacional de ATER - PRONATER e o Sistema Informatizado de Avaliação da ATER- Siater, e instrumentos jurídicos normativos de relatórios de monitoramento de ATER determinados pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Nessa perspectiva, os aspectos positivos, negativos e continuidade de ações serão os pontos de referência para cada tema.

Inicialmente há de se considerar que a PNATER é uma política recente e, portanto não há pesquisas que avaliem sua efetividade para orientar as discussões dessa análise, há, contudo, um relatório do Tribunal de Contas da União realizado em 2012 que faz uma avaliação da implementação e outro em 2015 que monitora a Política e o Programa de ATER, esses documentos subsidiam aspectos que influenciam na efetividade da ATER na vida dos/as beneficiários/as.

Segundo Peixoto (2014), o Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010, que regulamentou o Pronater, estabelece um monitoramento das ações de ATER a distância via SIATER e quanto a fiscalização in loco é realizada por amostragem inclusive por terceiros, não havendo nenhum dispositivo no Decreto que disponha sobre adoção de indicadores para monitoramento e avaliação dos procedimentos operacionais e dos resultados da implementação do Pronater.

Nesse sentido, a auditoria realizada no período de 15/10/2012 a 14/12/2012 pelo TCU que deu origem ao Acórdão nº 2.395, de 2013 e relatório de monitoramento TC

031.411/2015-0 dialogam com as questões que essa pesquisa levanta sobre a efetividade das ações de ATER específica para mulheres tanto quanto possível, considerando as transformações que a auditoria já causou olhando os aspectos da organização produtiva de princípios agroecológicos, bem como o deslocamento das mulheres aos espaços públicos.

Entretanto, trata-se de revisitar momentos da implementação da ATER dando ênfase aos aspectos que incidem na efetividade da política, ao mesmo tempo em que se escutam as mulheres beneficiárias dois anos após o término o final da assessoria evidenciando as respostas que as atividades desenvolvidas geraram no público beneficiado, colocando em pauta quem e o que possibilita ou impossibilita o sucesso da política.

#### **4.4.1. Dimensão sócio – econômica**

##### **4.4.1.1. Organização produtiva**

A política Nacional de ATER faz referência a organização produtiva no Art. 4º onde trata de seus objetivos, há então doze incisos que trata dos fins da ATER, dentre eles a busca da sustentabilidade, promoção das potencialidades regionais e locais, quantidade e qualidade da produção e da produtividade de atividades e serviços inerentes ao homem e a mulher do campo, incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, aumento de renda e de qualidade de vida, apropriação de tecnologias, diálogo com a pesquisa e o conhecimento científico, qualificação profissional e diversificada (BRASIL, 2010).

A organização produtiva de mulheres, homens ou grupos associativos e cooperados devem ser atendidos pela ATER nos termos da Lei 12.188/2010 ficando evidente que os contratos devem ter ações e atividades necessárias para dar conta desse universo de exigências.

A chamada pública que deu origem ao projeto em avaliação estava articulada com o Programa “organização Produtiva de mulheres Rurais”<sup>7</sup>. Pairava sob a responsabilidade da ATER construir com as beneficiárias estratégias de organização produtiva que, segundo a chamada, havia de ser necessariamente agroecológica no espaço temporal de 22 meses.

---

<sup>7</sup> Criado em 2008, o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, por meio de ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Pesca e Aquicultura, Companhia Nacional de Abastecimento e organizações da sociedade civil. Em seu âmbito, vêm sendo desenvolvidos estudos e cursos de formação para trabalhadoras rurais, bem como ações de apoio a grupos produtivos de mulheres e à sua participação em feiras nacionais e regionais (SPM, 2010)

É possível observar as intenções de efetividade da política na chamada pública, como também as implicações para comprometer a efetividade no formato da chamada e na quantidade de atividades exigidas. A proposta de atividades pretendia tencionar as relações de gênero e havia a pretensão de buscar estratégias de organização produtiva agroecológica, bem como escoamento da produção com vias de acesso aos mercados institucionais e locais. O conjunto de atividades propunha:

(...) estimular a reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural e agricultura familiar. Atividades coletivas (...) visando a construção coletiva do conhecimento, de modo a apoiar e fortalecer a produção agroecológica e a autoorganização das agricultoras. (...) apresentadas as políticas públicas de comercialização, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), seus normativos, formas de acesso e principais entraves. Também deverão ser abordados demais espaços de comercialização existentes, privilegiando circuitos curtos, dinamizando redes locais de economia feminista e solidária e o fortalecimento das cadeias produtivas. (...) deverão ser elaborados projetos de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), (PNAE) (MDA, 2014, p. 7 -12).

Dentre as questões norteadoras da auditoria do TCU que dialogam com a preocupação da efetividade das ações da PNATER estava a intenção de descobrir em que medida as atividades de ATER contribuía para qualidade de vida dos beneficiários e aumento de suas rendas e se estas atividades estavam em conformidade com os critérios da Política (TCU, 2013).

Dentre as deficiências apontadas pelo TCU da implementação e para efetividade das ações da ATER, estava a estrutura das chamadas públicas; na não renovação de contratos para garantir a continuidade das ações; inadequação dos lotes (muitos municípios e muitas famílias); a não promoção dos serviços de ATER a outras políticas públicas; e o engessamento das atividades em relação ao tipo, quantidade e formas de comprovação (TCU, 2013).

As atividades indicadas na chamada, específica para a organização produtiva e princípios agroecológicos, incluindo escoamento da produção, bem como o deslocamento das mulheres para espaços públicos diante dos debates de gênero, estão sintetizadas no quadro 7 para melhor compreensão do período de execução do projeto.



**Quadro 7** – Atividades desenvolvidas e envolvimento institucional

Atividade	Qtd	Período de execução			Agentes	Representações institucionais
		Ago/2015	Set/2015	Out/2015		
Elaboração de projetos produtivos	320	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	04	-
		120	100	100		
Oficinas de gênero e feminismo	16	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	04	Assessores territoriais; secretarias de mulheres dos STTR
		05	05	06		
Troca de vivencia agroecológica	16	Out/2015	Mar/2016	Mai/2016	04	STTR; Secretaria de agricultura dos municípios
		05	05	06		
Construção coletiva do conhecimento	32* 20**	Abr/2016	Jun/2016	Jul/2016	04	Secretaria de agricultura; STTR
		12	10* 04**	10* 04**		
Oficinas de políticas públicas	16	Agosto/2016		Setembro/2016	04	Assessores territoriais; STTR; MIQCB; SEDUC; SDR; Coordenadoria de políticas p mulheres do estado.
		08		08		
Elaboração de projetos PAA/PNAE	32	Setembro/2016		Outubro/2016	04	-
		16		16		

**Fonte:** dados da pesquisa

\*O que previa a chamada

\*\*O que o CEAA executou

Considerando a orientação de Arretche (2009), verifica-se a implementação com os resultados do projeto, os efeitos positivos e negativos na vida das mulheres beneficiadas, nesse momento importa observar as mudanças de vida social em relação a organização produtiva e a equidade de gêneros no envolvimento e permanência da mulher em espaços públicos.

Observa-se que no universo de 15 atividades desenvolvidas pelo projeto, nesse recorte de seis atividades do quadro 7, cuja intenção estava para organização produtiva e para incitação ao debate de gênero e feminismo, podemos perceber que a presença de atores locais e territoriais acompanhando as beneficiárias em suas atividades, era frequente, sob esse aspecto afirma Butto et al. (2014) que embora não garanta efetividade, influencia na proximidade de acesso pessoal e profissional aos mecanismos e atores institucionais para além do projeto.

Algumas atividades tiveram a presença de assessores do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial NEDET da Universidade Federal do Piauí, campus de Parnaíba. A assessora de gênero do Núcleo sempre convidada pela instituição prestadora de ATER tinha espaço de uso de voz para atender as demandas das mulheres e orientar quanto a importância do comitê de Mulheres do território entre outros espaços de discussão, tais como os conselhos territoriais e comitês de jovens e/ou mulheres (CEAA, 2016).

Por meio dessa articulação 25 mulheres foram inseridas no Comitê de mulheres do Território dos Cocais. Os relatórios de atividades e conversas informais com o CEAA confirmam que havia articulações com instituições municipais e comunitárias, como também políticas. Em todos os relatórios de atividades havia a presença de vereadores, sindicalistas, secretários municipais de agricultura e líderes de associação. Os relatos não falam sobre a motivação dessas representações, mas o fato é que elas acompanhavam muitas atividades coletivas de oficinas e discussões.

O CEAA mobilizava os atores, enviava convites e solicitava apoios, seja para ceder espaços ou para garantir transporte para beneficiárias que moravam mais distantes (CEAA, 2016), essas estratégias pensadas ou não para efetividade da política influenciavam as práticas cotidianas das mulheres com a presença de representações políticas e sugeria um vínculo para possíveis apoios institucionais quando o projeto chegasse ao fim.

Outro aspecto relevante do quadro 7 é quanto a atividade de elaboração das propostas de acesso aos mercados institucionais, a lógica da chamada é que o ciclo de um ano de realização do projeto produtivo e a elaboração dos projetos de acesso ao PAA/PNAE, garantiriam as vendas institucionais daqueles projetos produtivos que só teriam início a partir do ano seguinte da finalização do projeto, assim, mesmo não estando sob a assessoria da instituição de ATER, quem elaborou a proposta e fez a entrega permaneceria comercializando.

Entretanto, é necessário continuidade das ações para que os grupos se consolidem, tal como aconteceu na pesquisa de Rossi e Mandelli (2015), os grupos de mulheres receberam ATER por cinco anos sem interrupção com foco em comercialização e conseguiram impactos positivos na economia local de uma região paulista com o menor Índice de Desenvolvimento Humano de São Paulo.

Essas questões ficam em evidência quando os grupos são escutados através das oficinas participativas. Três grupos foram escutados com as oficinas participativas, o quadro 9 detalha os grupos, localização, a quantidade de mulheres envolvidas e os projetos produtivos que construíram com o apoio da ATER.

**Quadro 8** – Grupos e Projetos produtivos pós ATER

<b>Grupo</b>	<b>Comunidade/Município</b>	<b>Quantidade de mulheres</b>	<b>Projeto produtivo</b>
G1 - Estrelas Horticultoras	Vassouras e Vila São Bernardo/Esperantina	15	Horta
G2 - Grupo do Ass. Piranhas.	Assentamento do Crédito Fundiário Piranhas/ São João do Arraial	15	Equipamentos para beneficiamento da produção.
G3 - As Margaridas	Cortada/Batalha	15	Aves

**Fonte:** pesquisa de campo (2018)

As oficinas participativas com as mulheres trouxeram resultados importantes sobre a organização produtiva e a influência da ATER para consolidar ou constituir o grupo. Trouxe também aspectos importantes da dinâmica desses grupos, tanto no aspecto mercantil quanto nos aspectos sociais e simbólicos que envolvem as mulheres nas atividades coletivas e como a ATER contribuiu ou foi facilitada por esses aspectos.

As ferramentas participativas utilizadas para compreender a organização produtiva, foram construídas por cada grupo na intenção de não manipular a narrativa, aferindo ao grupo autonomia para contar o que a pesquisa gostaria de descobrir, serviram para mostrar o processo de organização produtiva dos grupos e como o grupo se encontra, além de identificar a produção agrícola e não agrícola e escoamento dos produtos.

Os três grupos foram contemplados com as oficinas e pela semelhança dos dados, aqui destacarei o grupo 1 pertencente ao Município de Esperantina e, quando necessário os dados dos grupos 3 e 4 serão inquiridos.

O Grupo 1 integra 15 mulheres das comunidades rurais Vila São Bernardo, Lagoa Seca e Vassouras, no entanto durante a execução da ATER apenas 8 mulheres decidiram construir um projeto coletivo, as demais investiram todo o recurso do fomento em projetos individuais de acordo com o Termo de adesão assinado quando da elaboração do projeto agroecológico (CEAA, 2016).

Essas oito mulheres construíram uma horta com 16 canteiros de hortaliças no espaço de 800m<sup>2</sup> em um terreno cedido pela Associação comunitária da Vila São Bernardo, conforme mostra a fotografia 1, cada mulher se responsabiliza pelo manejo e venda de dois canteiros.

**Fotografia 1** - Horta coletiva do Grupo Estrelas horticultoras



**Fonte:** acervo da autora (2018)

A formação do grupo se deu a partir da ATER, afirmam as mulheres que não tinham a prática de se reunir para planejar suas ações de maneira organizada. Com o acompanhamento da agente de campo, nas atividades coletivas se reuniam na capela da comunidade Vila São Bernardo para realização das oficinas e reuniões da ATER.

Marinho e Gonçalves (2016) identificam como estratégias de empoderamento feminino a formação de grupo de mulheres, foi identificado que em muitos trabalhos de pesquisa que trata sobre o empoderamento feminino ele está sempre ligado as estratégias grupais, como um processo que nasce pela construção coletiva.

O grupo narrou sua história a partir do conhecimento que tiveram sobre o recurso do fomento da oportunidade de investimento coletivo, elas decidiram construir uma horta, uma vez que já tinham essa prática em seus quintais e gostariam de ampliar a produção. Contaram que havia a dificuldade de achar um local adequado e com água para o cultivo, porém o projeto havia proporcionado o contato frequente com a secretaria de agricultura, o secretário sempre acompanhava as oficinas, assim foi mais fácil a cessão de um terreno da prefeitura que estava localizado na Vila e a partir da primeira parcela do recurso houve o investimento na limpeza do terreno e construção dos canteiros, compra das sementes e adubo.

Alguns autores consideram que a atividade do cultivo das hortaliças é uma atividade feminina do campo e está ligado a agroecologia no sentido da soberania alimentar. Varotto (2017) afirma que o cultivo de hortaliças está associado à divisão social do trabalho nas propriedades rurais como atividade exclusiva das mulheres ou dos filhos menores pela proximidade da casa, localizada geralmente nos quintais. Entretanto no caso do grupo a horta

passou a ser uma atividade comercial e localizada em espaço próprio, quando se reúnem na horta estão reunidas em local de trabalho e comércio.

O grupo 2 (São João do Arraial) desejavam trabalhar com beneficiamento de frutas e produtos da mandioca, durante a ATER que receberam montaram seu projeto coletivo com o objetivo de investir seus recursos na compra de equipamentos (liquidificador industrial, freezer, despoldadeira de frutas e uma seladora), que ficaram disponíveis na associação para que as mulheres de forma individual utilizasse e comercializasse segundo o desejo de cada uma.

Fica evidente que a iniciativa de montar o horta, bem como a aquisição dos equipamentos de beneficiamento, tinha o objetivo de potencializar a prática cotidiana, tal como comprova Bruno et al. (2011) em suas análises com outras organizações produtivas, além disso comprova-se a preferência pela pequena produção e com atividades que são possíveis realizar nos intervalos de outras obrigações domésticas, sem aquisição de conhecimentos diferentes, tal como afirma Siliprandi e Cintrão (2011).

É possível evidenciar através da narrativa que havia outras motivações para estarem juntas, elas afirmavam que era prazeroso sair de casa para se encontrar com as amigas, conversarem um pouco, sair da rotina doméstica, assim elas conversam na horta ou na associação enquanto trabalham, produzem e comercializam dividindo suas histórias.

Sobre esse aspecto, Herrera e Birochi (2014), identifica que para estudar os grupos produtivos de mulheres é necessário olhar além do aspecto econômico, pois existem práticas do universo feminino tais como o afeto que as mulheres transferem de suas casas para o espaço público, entre outras práticas de sociabilidade das mulheres que não são as mesmas que as práticas masculinas, foge a intenção do trabalho identificá-las aqui como positiva ou negativa, mas fica evidente que esse afeto e essa necessidade de encontros para além do espaço privado é fator motivador para seus agrupamentos. Ademais ficou evidente a solidariedade do grupo em relação a comunidade, no grupo 2 em especial, os equipamentos estavam a disposição de outras mulheres e homens que desejassem utilizar sem nenhum ônus a quem o fizesse.

Embora as pesquisas avaliativas da ATER (BERGAMASCO, 2015; LIMA, 2018; MOURA, 2018) não se refiram a solidariedade feminina como elemento fundamental a efetividade das ações da política, nesta pesquisa ela sobressai como uma característica que comunga com o desejo da mulher de garantir a segurança e soberania alimentar da comunidade bem mais do que os ganhos financeiros que a atividade coletiva traz somente ao grupo.

Nesse sentido, o espaço coletivo da horta e da associação no uso dos equipamentos se tornou um lugar de trabalho, de valor comercial, de reunião, de valoração de culturas comunitárias, de solidariedade e que também passa a ser um espaço de lazer, de encontros.

Na construção da Matriz organizacional as mulheres descreveram como funciona a divisão de atividades, quando são realizadas e quem as realiza, conforme mostra o quadro 9.

**Quadro 9** – Matriz organizacional do Grupo 1 Estrelas Horticultoras

<b>Atividades</b>	<b>Individual /coletivo</b>	<b>Quando</b>	<b>Planejamento</b>	<b>Funciona? Quais atividades?</b>
Manejo da horta	Coletivo	Diariamente (Manhã e tarde)	Reunião semanal com o grupo, construção de cronograma.	Manejo, compra de adubo e comercialização.
Manejo das aves	Individual	Diariamente (manhã e tarde)	Organização familiar	Alimentação e compra de ração
Artesanatos	Individual	Diariamente (2 horas por dia)	Organização familiar	Compra de material, confecção e comercialização
Quebra do coco Babaçu	Coletivo	De segunda a sexta (8 horas por dia)	Organização familiar	Retirada do coco, armazenamento e quebra.
Produção de azeite	Individual	Aos sábados	Organização familiar	-













**Fonte:** pesquisa de campo (2018)

O primeiro destaque da matriz é a evidência da narrativa de muitas funções produtivas dentro e fora do grupo, funções socialmente destinadas às mulheres, que marcam bem a divisão sexual do trabalho. As atividades coletivas do grupo da coordenação e administração das tarefas da horta e da quebra do coco babaçu e a organização individual das mulheres dentro da família em atividades em que não estão reunidas em grupo.

O aspecto positivo diz respeito ao cumprimento da ATER quanto a existência e permanência do grupo, ainda unido, continua com sua horta, a rotina de trabalho na horta permanece, tal como aconteceu na pesquisa de Bergamasco (2015), todos os estados investigados as organizações formadas por influência da ATER, permaneciam funcionando.

Ainda para compreender a organização do grupo e o desenvolvimento da sua principal atividade em conexão com outras desenvolvidas por elas nas condições climáticas da região, foi construído um calendário sazonal para identificação da rotina agrícola e não agrícola das beneficiárias no período anual. O calendário 1 detalha a sazonalidade do grupo 1.

**Calendário 1 – Sazonalidade produtiva do Grupo Estrelas Horticultoras/Esperantina**

ATIVIDADE	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Obs
													
Produtos da horta	Plantio, colheita e comercialização.											Cheiro verde, pimenta, pimentão, quiabo e mamão.	
Suíno	Aquis.	Engorda.									Com.		
Peixes	Aquisição de ração e engorda		Compra de ração, engorda e comercialização.								Com. Alev.	Tambaqui	
Caprino	Manejo diário: alimentação e retirada do leite. Não comercializam.											Produção de Ração caseira	
Gal.caipira	Consumo, comercialização da ave viva ou abatida e produção de ovos.											Limpeza semanal	
Ovos	Consumo e comercialização.												
Milho	Plant.			Colh. Cons.	Beneficiamento: massa para cuscuz e bolo						Plant.	Não comerc.	
Feijão	Plant.			Colh. Com.	Consumo e comercialização								
Fava	Plant					Colh.	Consumo e comercialização						
Azeite Babaçu	Quebra, Produção e comercialização.												
Mandioca	Plantio						Col. Farinhada	Beneficiamento			1 ano e ½ da plant a colheita.		
Artesanato	Compra de mat. e prod. Comercialização			Prod. Com.	Comp. de mat. e prod. Com..	Prod. Com.	Comp. de mat. e prod. Com.	Prod. Com.	Compra de mat. e prod. Com.			Bonecas, tapetes, tiaras.	

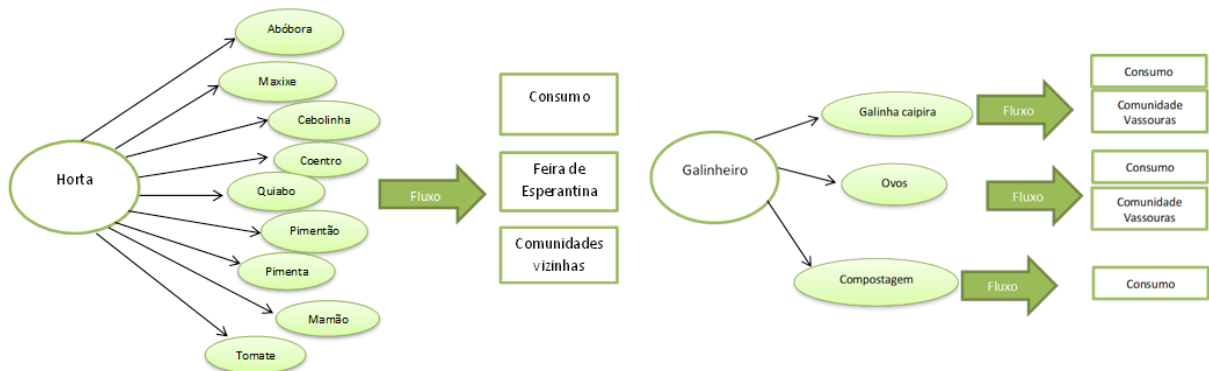
Fonte: pesquisa de campo (2018)



O calendário destaca que a atividade da horta se integra bem as outras atividades agrícolas, o manejo e comercialização são realizados o ano inteiro, independente da condição climática. Evidencia-se ainda a variedade de cultivos aliados a atividade extrativista do coco Babaçu e o artesanato, diversidade que caracteriza a agroecologia. A pesquisa de Andersson, Caldas e Grisa (2017) ressalta o papel da agroecologia como promotora de autonomia e empoderamento das mulheres rurais, no caso desse grupo de mulheres o princípio agroecológico da diversidade já era uma prática antes mesmo da proposta de ATER agroecológica chegar à comunidade.

Os canais de comercialização dos três grupos são semelhantes e estão de acordo com a ideia do fortalecimento territorial e o abastecimento do mercado de ciclo curto (PLOEG, 2014), pela vinculação exclusiva à econômica local. Dos três grupos visitados apenas o de Esperantina não estava acessando os mercados institucionais, tal como mostra o fluxograma 1 que detalha o escoamento da produção do grupo Estrelas Horticultoras/Esperantina.

**Fluxograma 1** - Canais de comercialização do Grupo Estrelas Horticultoras



**Fonte:** pesquisa de campo (2018)

Os mercados institucionais e o mercado de ciclo curto garantem que o agricultor de pequena escala possa dar fluxo aos seus excedentes agrícolas, o fluxograma mostra que os espaços de comercialização são as feiras e as comunidades do grupo, elas comercializam em casa, na própria horta, nas comunidades vizinhas utilizando motos ou bicicletas e na Feira da cidade de Esperantina que acontece semanalmente.

Aspectos importantes nos estudos de Abramovay e Sachs (1995), Favareto (2007) e Schneider (2010) que vêm discutindo sobre as mudanças do mundo rural e as consequências em relação aos agricultores familiares, sugerindo pensar sobre os entraves na comercialização para os pequenos produtores. Para os autores a expansão das fronteiras agrícolas, a ocupação

desordenada do ambiente rural ditado pela modernização marginalizaram os/as agricultores/as familiares incluindo no mercado apenas a produção de larga escala dos grandes produtores rurais.

A PNATER surgiu no bojo dessas discussões e inclui o desenvolvimento endógeno como estratégia de viabilidade econômica para a vida do/a agricultor/a, conectado com segurança e soberania alimentar (CAPORAL; COSTABEBER, 2007), daí a necessidade de articulação com políticas de acesso a mercados.

O grupo de Esperantina se destacou durante a ATER no acesso aos mercados institucionais, no entanto no fluxograma 1 que retrata a realidade do grupo de pós ATER não aparece nenhum dos programas, quando questionadas a esse respeito o grupo se coloca como inseguro e sem produção suficiente para acessar os mercados. O grupo de São João permanece comercializando no PAA, um dos principais canais para comercializar muitos de seus produtos, a estratégia do grupo foi duas ou três comercializarem e levar toda a produção do grupo, estratégia que já havia sido acordada desde a execução da ATER e cada um receber o recurso de acordo com a produção disponível para venda. O grupo de Batalha instituiu uma feira na comunidade e se reúnem mensalmente, mas também não acessam os programas de comercialização nos mercados institucionais.

O acesso aos mercados aparece na chamada como uma das últimas ações da ATER e, embora essa articulação seja bem avaliada em pesquisas (BERGAMASCO, 2015; LIMA, 2018) evidencia-se aqui que os grupos não foram fortalecidos para permanecerem comercializando no PAA e no PNAE, há necessidade de promover esse acesso ao longo das ações da ATER, pois como recomenda Bergamasco (2015), as ações de apoio às organizações nas comunidades rurais visando a comercialização da produção devem ser um aspecto prioritário das Chamadas de Propostas ATER.

#### **4.4.2 Dimensão Ambiental**

Os grupos de mulheres da pesquisa construíram projetos diversos considerando os elementos agrícolas e suas práticas comunitárias, a horta, a compra do maquinário para beneficiamento de produtos agrícolas, construção de galinheiros para assegurar que as aves não atrapalhem a produção da roça, permanecem em seus quintais ou nos espaços eleitos para construção.

As mulheres da pesquisa escolheram aspectos do cotidiano rural comunitário, esse aspecto influencia a efetividade dos projetos, a ATER não foi impositiva, durante a pesquisa na ocasião das oficinas e na observação dos projetos as mulheres destacaram que durante a

execução da ATER as agentes planejaram e realizaram vários encontros para construir os projetos agroecológicos.

Durante as oficinas as mulheres listaram os principais aprendizados da ATER, no aspecto ambiental, destacam-se os seguintes itens:

- Utilização de produtos naturais à base de fitoterápicos como repelente para o enfrentamento as pragas que acometem as hortas, associado à cerca viva no entorno da plantação com espécies leguminosas para servir de pastagens preferenciais para insetos, possíveis predadores. Essa tecnologia socioambiental usa flores para ornamental a estética agroecológica e atrair insetos, como armadilha de inimigos naturais predadores das possíveis 'pragas' as hortas;
- Uso de bactericidas a base de fitoterápico para prevenir e combater as enfermidades das aves, a exemplo do uso do coentro como fungicida, broto de bananeira como vermívoro, aroeira como adstringente para ferimentos, ameixa como cicatrizantes, pele do alho como anti-inflamatório e feijão guandu como antibiótico;
- Produção de adubos orgânicos, reaproveitamento de folhagens e cascas, oriundas das plantações naturais e dos resíduos da produção;
- Como forma de diminuir as externalidades ambientais e os custos de produção, utilizam subprodutos de suas propriedades como matéria prima para apoiar o preparo de rações, suplementos e complementos alimentares para aves e caprinos;
- As mulheres são responsáveis por um complexo processo pedagógico de troca de saberes sobre diagnóstico e profilaxia de plantas fitoterápicas para o tratamento humano, assim como um conhecimento genético e biológico de plantas medicinais, que é construído com educação de gerações como uma espécie de cosmovisão que se aprendeu com o manejo da natureza e que forma uma rede de apoio mútuo de troca de saberes e solidariedade, no âmbito da farmácia viva;
- Preparo de Biofertilizantes;
- Preparação do solo e melhor uso da água na roça e hortaliças;
- Produção de temperos com produtos das hortas.

De acordo com Caporal e Costabeber (2006) a agroecologia tem suas bases no equilíbrio ecológico de forma holística, o meio ambiente engloba as interações sociais, culturais e ambientais, sem um enfoque isolado da produtividade, mas com a aliança deste com os agroecossistemas de forma coerente com todas as capacidades locais.

Segundo Silva (2013), a legitimidade e poder do conhecimento popular deve integrar-se a ciência, neste caso, a extensão rural, como forma de valorização do saber do/a agricultor/a e trazer as saídas para os problemas que a modernização trouxe ao campo, rompendo com a sustentabilidade garantida por gerações.

Diante das observações dos projetos e quintais foi possível constatar os projetos ainda em funcionamento, segue as imagens dos quintais e algumas práticas citadas nos itens anteriores que foram efetivadas no cotidiano dos grupos.

**Fotografia 2** – Maquinário do grupo de mulheres do Assentamento Piranhas



**Fonte:** acervo da autora (2018)

**Fotografia 3** – Quintal agroecológico Assentamento Piranhas



**Fonte:** acervo da autora (2018)

**Fotografia 4** – Preparo do adubo orgânico grupo Estrelas horticultoras



**Fonte:** acervo da autora (2018)

**Fotografia 5** – Roça coletiva do grupo de mulheres em São João do Arraial



**Fonte:** acervo da autora (2018)

A contribuição da Política de ATER em relação ao meio ambiente, segue as recomendações da discussão da sustentabilidade, agroecologia e extensão rural debatida por especialistas intelectuais que participaram da construção da Lei e da literatura que embasa essa construção (ROS, 2012; CAPORAL, 2005; CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Entretanto, é o saber do/a agricultor que fundamenta a cultura da sustentabilidade, o/a agricultor/a familiar em seu fazer diário reconhece a importância do cuidado com a terra, com os animais, com a saúde e segurança alimentar, reconhece as ervas que ajudam no cuidado com sua saúde. Dessa forma nenhuma política para o campo pode ser efetiva se não considerar o saber dos homens e das mulheres que vivem no rural brasileiro.

## 5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa avaliativa apresenta o alcance da política no território dos Cocais/PI, no que se refere ao seu público alvo e a avaliação de acordo com os critérios de eficiência, eficácia e efetividade.

No público alvo identifica-se mulheres agricultoras que também pertencem a outras categorias rurais: extrativistas, quilombolas e assentadas, majoritariamente preta ou parda, em idade economicamente ativa, com baixo nível de escolaridade e com práticas agroecológicas no seu fazer produtivo.

As mulheres rurais enfrentam grandes desafios, vem sofrendo processos de exclusões provocados pela tradicional divisão sexual do trabalho, designam um tempo significativo em ocupações reprodutivas que não são valorizadas historicamente, reservam esforços para exercer os cuidados com a saúde humana de familiares e comunidades e estas ocupações não são consideradas importantes para desenvolvimento comunitário.

As ações da ATER para mulheres no território dos Cocais trouxe elementos importantes que influenciaram na dinâmica cotidiana das mulheres atingindo as dimensões sócio - econômica e ambiental, partindo da realidade e, muitas vezes, da demanda da mulher.

O perfil construído para identificação das beneficiárias mostrou outras necessidades do campo, sobretudo no que se refere às ações educativas formais, aumento de escolarização gera autonomia à mulher do campo, essa limitação interfere na busca pelo direito por outras políticas públicas e acesso a créditos, indica também a necessidade de incluir nas chamadas públicas de ATER maior articulação com políticas educacionais do campo para que as ações educativas não formais e formais construam saberes importantes à autonomia feminina.

A eficiência da ATER na dimensão ambiental e sócio – econômica considera-se que, em relação a dimensão ambiental a política foi eficiente do ponto de vista das demandas comunitárias, valorizou as práticas agroecológicas dos grupos e acompanhou a construção dos projetos agroecológicos com orientação técnica. Em relação a dimensão sócio – econômica, conclui-se que houve bom aproveitamento dos recursos destinado as ações que foram propostas na chamada, entretanto há uma limitação na política nacional quanto a compreensão das diferentes realidades locais, as demandas singulares de cada grupo, a exemplo do Cadastro Ambiental Rural, sendo incluído como aditivo para realização em 60 dias, a instituição se depara com as realidades agrárias do estado e não consegue executar a atividade de maneira satisfatória, não foi liberado o recurso da atividade, porque a Sead entende que o

produto deve ser entregue de acordo com as exigências da chamada e não com a realidade local.

Ainda em relação a eficiência entende-se que a quantidade de atividades nem sempre parte das necessidades do público alvo local, como também a quantidade de mulheres para cada agente de campo atender, é necessário flexibilizar as chamadas para haver atendimento de demanda real, há também que se considerar o sistema de avaliação da ATER – SIATER, o acúmulo de documentos e registros fotográficos que atestem a veracidade das ações necessita de reajuste, para que a avaliação e monitoramento das atividades durante as execuções possa fluir com mais eficiência.

Em relação a eficácia, foi identificado que na dimensão sócio – econômica e ambiental que as metodologias foram adaptadas de acordo com os princípios da PNATER, não havendo divergência sobre as orientações da política para o desenvolvimento das ações de igualdade de gênero, de construção de parcerias e de aplicação das metodologias participativas e do fomento agroecológico, entretanto há que se considerar as condições de trabalho das agentes de campo, sem garantia de segurança ao percorrerem grandes distâncias para realizar o trabalho, ficam vulneráveis a violência.

Quanto a efetividade, ficou evidente pelos grupos visitados que as práticas agroecológicas permanecem e os projetos produtivos continuam gerando renda e unindo os grupos de mulheres para além da convivência comercial, entretanto a ATER necessita de continuidade para que os grupos se solidifiquem para acesso a outros mercados, incluindo os institucionais, pois apesar de terem sido incluídas nos Programas PAA e PNAE, essa ação não foi efetiva, as mulheres da pesquisa não conseguiram permanecer incluídas neste mercado.

Os desafios da ATER tem se intensificado com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais e Quilombolas que no debate político atual encontra-se ameaçado todo o futuro das políticas públicas para o campo e de igualdade de gênero.

Diante dos resultados dessa pesquisa, avalia-se que é necessário um esforço maior das políticas públicas de integração para haver efetividade das ações e incluir as mulheres rurais nos debates e não retirá-las, excluindo os aparatos institucionais que as alimenta e as escuta.

Para que houvesse um Programa de ATER específico para mulheres, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas demandou uma capacidade de se especializar na operacionalização de muitos temas da agricultura familiar e reforma agrária, desde as normas de operação de crédito, dos sistemas e softwares de monitoramento, dos biomas e das



diferentes categorias que existem no campo até a interferência para ajustar para a realidade das mulheres do campo. Seu desmonte terá consequências impactantes.

Ademais, todas as pesquisas avaliativas consultadas para embasamento desse estudo, recomendam que as necessidades do território de competência da política de ATER sejam formuladas com participação social, a partir das recomendações de colegiados e conselhos territoriais, mas o Decreto presidencial nº 9.759/2019 que prevê a eliminação de colegiados, conselhos, comitês, fóruns e demais espaços de discussão e participação social para deliberação de políticas sociais da sociedade civil é mais um inibidor do sucesso da PNATER e outras políticas sociais.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABBOT, J. ; GUIJT, I. **Novas visões sobre mudança ambiental**: abordagens participativas de monitoramento. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 96 p.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n.1, p. 137-157, jan/abril, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Entrevistas. **Agricultura familiar**. [S.l.: s.n.]. 8 out. 2010. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>. Acesso em: 9 dez. 2018.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29.
- ABRAMOVAY,R.; SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. **Revista São Paulo em Perspectiva**, FSEADE, S. Paulo nº 9, V. 3: p. 11-16 - jul/set – 1995.
- ALA-HARJA, M; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000
- ALVES, M. F. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. In: **Congresso latino-americano de Sociologia Rural**, 2006, Anais: ALASRU. CD-ROM, Quito.
- ALVES, M. F. **Gênero e crédito no Oeste Potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar. MDA, Brasília, 2007.
- ANDERSSON, F. da S; CALDAS, N. V; GRISA, C. Agroecologia: Potencializando os papéis das mulheres rurais. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017 (p 320-351)
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (ORG) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6 ed, são Paulo: cortez: instituto de Estudos especiais, 2009 (p 29 a 40)
- ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: CARVALHO, M. C.; BARREIRA, M. C. R. N. (Orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. (p 43 a 56)
- ARRUTI, J. M. A. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, vol.3 n.2 Rio de Janeiro Oct. 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1997.
- BARREIRA, M. C. R. **Avaliação participativa de programas sociais**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS,2000

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. Editora 34: São Paulo, 2013.

BERGAMASCO, S.M.P.P. **Evaluation of Extension Reforms in Brazil**. Relatório Parcial. IFPRI. 2015

BETTO, J.; PICCIN, M. B. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista. **Amerika** [En ligne], 16 | 2017, mis en ligne le 01 juillet 2017.

BOECKMANN-SILVA, M; CAPORAL, F. R; DÂMASO, J. R. M; MONZON, A. G. Los límites y desafíos en el apoyo a formas más sustentables de agriculturas a través de la extensión rural pública en Pernambuco - Brasil. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, Vol 113 (1): p 73-80, 2014.

BRAIDOTTI, R; CHARKIEWICZ, E; HAUSLER, S; WIERINGA, S. **Mulher, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**: para uma síntese teórica. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

BRASIL. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/brasil-agroecologico.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO\_2016\_2019.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Lei 12.188/2010**. Brasília: MDA, 2010

BRASIL. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lei 11.326 de julho de 2006**. Brasília: 2006.

BROSLER, T. M.; OLIVEIRA, E. R. L. de; BERGAMASCO, S. P. P. Métodos na nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem? **ANAIS do Congresso da SOBER** - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Campo Grande - MS, 25 a 28 de julho de 2010, 14p.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.

BUENO, A. L. M.; LOPES, M. J. M. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade** [online], Vol. 21, Jul-2018.

BUTTO, A; DANTAS, C; HORA, K; NOBRE, M; FARIA, N (org's.). **Mulheres rurais e Autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. NEAD - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BUTTO, A; LEITE, R. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas. Anais: ALSRU, 2010. P. 1-21. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9Andrea-Butto.pdf>>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

CALIATTO, S. G.; MARTINELLI, S. C. Aprendizagem escolar de estudantes da educação de jovens e adultos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 47, n. 33, p. 86-108, set./dez., 2013.

CAMPOS, M. M. A mulher, a criança e seus direitos. **Cad. Pesqui.** [online]. 1999, n.106, pp.117-127.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de ATER**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Agroecologia e extensão rural, 2005 disponível em <https://www.socla.co/wp-content/uploads/Pnater-primeiros-passos-Caporal.pdf>. Acesso em 14 de Dezembro de 2018

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. MDA/SAF/DATER: Brasília, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Lei de ATER**: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, vol. 4, n. 1. Porto Alegre: EMATERRS-ASCAR, 2011, p. 23-33.

CAZELLA, A. A. As Bases sociopolíticas do Desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: FROEHLICH, J. M. (org.) **Desenvolvimento**

CHIES, C.; ROCHA, M. M. A Agricultura familiar e as políticas públicas: avaliação dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. **Revista Percursos**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 27- 54, 2015.

CNATER. Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural. **Documento base da 1ª CNATER**, 23 a 26 de abril de 2012, MDA: Brasília, 2012.

CNATER. Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural. **Documento base da 1ª CNATER**, 31 de Maio a 03 de Junho de 2016, MDA: Brasília, 2016.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: Resultados das Ações da Conab em 2016. Compêndios de estudos Conab – V. 9, 2017.

CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.  
CORBETT, J. Women, scientists, agitators: magazine portrayal of Rachel Carson and Theo Colborn. **Journal of communication**, v 51, n 4, 2001, (p. 720 a 749).

CORDIOLI, S. Enfoque Participativo no Trabalho com grupos. In: MARKUS, B (Org). **Metodologia Participativa**: Uma Introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo editorial, 2003 (p. 25 a 40).

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p 969-992, Set./Out. 2003.

CRUTZEN, P; STOERMER, E. The anthropocene. *Global Chang newsletter*. 41 (1), 2000 (p. 17 a 18)

**Territorial:** produção, identidade e consumo. Ijuí: Editora Unijuí, p. 15-52, 2012.

DELGADO, P. R.; BAZOTTI, A.; CINTRA, A. U. Jovens Rurais e Agrícolas no Paraná - Dimensionamento populacional e perfil socioeconômico. **Cad. IPARDES**. Curitiba, PR, v.6, n.1, p. 1-19, jan./jun. 2016.

DIAS, M. I. S. **Gestão participativa e compartilhada:** um modelo para as cooperativas da Agricultura Familiar. 1. ed. Curitiba: editora CRV, 2018. 224p

ERICE, A. S; BENVENÚ, V. C. Transformando saberes e emancipando mulheres: a experiência de uma farmácia comunitária no Brasil meridional. In: HORA, K. RESENDE, M. MACDO. G (Org) **Coletânea sobre estudos rurais de gênero:** mulheres e agroecologia. Brasília: MDA, 2015

FAVARETO, A. S. A longa evolução da relação rural – urbano. *RURIS*, Nº 1, V 1, p 157-190, Março, 2007.

FERNANDES, S. A. Meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34/35, 2013 p. 157 a 175.

FERREIRA, A. A.; MARTINELLI, S. C. Estudantes da Educação de Jovens e Adultos: considerações sobre o perfil e desempenho escolar. **Educação: Teoria e Prática/** Rio Claro/ Vol. 26, n.52/ p. 312-331/ Mai-Ago. 2016.

FERRO, S. L. Estudo comparativo regional de assistência técnica e extensão rural com perspectiva de gênero. In: HORA, E.K.; BALDASSARI, E; QUIROGA, M. del C.; **Estudo comparativo regional de assistência técnica e extensão rural com perspectiva de gênero**. Brasília: MDA, 2014 ( p.120 a 145)

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003/2015):** análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos / 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Universidade Estadual Paulista, Unesp/ Marília, São Paulo, 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Dados da Agricultura Familiar ano 2016.**, disponível no site: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em Junho de 2018.

FRANÇA, L. G. Políticas públicas no Brasil desde o enfoque dos direitos humanos: breve estudo sobre a perspectiva da igualdade de gênero. **Revista diálogos possíveis**, Salvador, n. 2, p. 43-52, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

FREITAS, I.V. B. de; TANCREDI, M; CAVALCANTE FILHO, J. T; F. B. MENEGUIN. **Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal:** Proposta de abordagem. Senado Federal: Brasília, Agosto/2013, 34p. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-deestudos/outras-publicacoes/avppsf/avaliacao-de-politicas-publicas-nosenado-federal-1>. Acesso em 09/12/2015. 2

GERAMUS. **Creche como equipamento social útil às mulheres:** investigações sobre a política pública de creches em São Luís/MA. Pesquisa. Relatório Final. Programa de PósGraduação em Políticas Públicas. UFMA. São Luís, 2016.

GRAZIANO NETO, F.. **O Carma da Terra no Brasil.** 1. ed. São Paulo: A Girafa, 2004. v. 1. 344p

GRISA, C; CHECHI, L. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e agroecológica nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v.19, n.2, 2016 (p. 125 a 166).

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2009.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade. **Temas de Administração Pública**, v 9, n 1, 2014.

HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 15, Edição Especial, 2016 (p 208 a 233).

HORA, K. E. R. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 434-466, 2018.

HORA, K., BALDASSARI, E. QUIROGA, M. C. **Estudo comparativo regional de assistência técnica e extensão rural com perspectiva de gênero.** Brasília: MDA, 2014

HORA, K; BUTTO, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Contexto dos Territórios da Cidadania. In Butto et al. **Mulheres Rurais e Autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília, MDA, 2014, (p.14 a 45).

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017a 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37)

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no meio rural:** uma visão interdisciplinar, Conceitos ferramentas e vivencias. GTZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica; Empresa

Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA; Projeto Prorenda Desenvolvimento Local Sustentável – Bahia: 2007.

LAGARDE, M. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. 2ª Edição, Horas y HORAS: San Cristóvan, Madrid, 1997.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Cienc. Rural**, Fev 2015, vol.45, no.2, p.371-377.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth.

LEITE, S. P. e DELGADO, N. G. (Org.) **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. v.14 (Série desenvolvimento rural sustentável), p.35-60. Brasília: IICA, 2011.

LIMA, M. de S. C. **A rede ATER Nordeste: articulação e conflitos de interesse no processo de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. 230 f. Tese (Doutorado em Engenharia agrícola) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2018.

LISBOA, T. K; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, setembro-dezembro/2010 (p 871-887).

LOVELOCK, J. *The revenge of gaia: why the earth is fighting back and how we can still save humanity*. Londres: Allen Lane, 2006

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU; 1986.

LYNAS, M. **Six Degrees: our future on a hotter planet**. Londres: Fourth Estate, 2007.

MARINHO, P. A. S.; GONCALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Rev. estud. soc.** N. 56, 2016 abril/junho, (p. 80 a 90).

MARQUES, E.P.S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, Rio de Janeiro, 2018.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas. **Chamada Pública Nº 01/2016/DPMRQ/MDA**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamada%20P%C3%ABblica%2001-2016%20-%20ATER%20MULHERES.pdf> Acesso em 02 de Novembro de 2017.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas. **Chamada Pública Nº 02/2014/DPMRQ/MDA**. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamada%20P%C3%ABblica%2001-2014%20-%20ATER%20MULHERES.pdf> Acesso em 02 de Novembro de 2017

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto indicadores de avaliação de resultados de Ater**. ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural/ SAF-MDA. 2007. Disponível em [www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/Ruda2.doc](http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/Ruda2.doc) Acesso em 01 de Maio de 2018.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Políticas públicas para Mulheres Rurais do Brasil. 2014a. Disponível [www.mda.gov.br/POLITICAS\\_PUBLICAS\\_PARA\\_MULHERES\\_RURAIIS\\_NO\\_BRASIL\\_.pdf](http://www.mda.gov.br/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL_.pdf). Acesso em 20 de Novembro de 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> acesso em 30/10/2018.

MELO, A. M. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (ORG) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6 ed, são Paulo: cortez: instituto de Estudos especiais, 2009 (p 11 a 28)

MELO, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar**: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira /Pe. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife.

MELLOR, M. The politics of women and nature: affinity, contingency or material relation? **Journal of political ideologies**, v 1, n 2, 1996 (p 147 a 164)

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, 433p.

MOURA, M. C. D. **Feminismo e agroecologia**: o sujeito político e avaliação do ATER mulheres no Rio Grande do Norte 2004-2016. 271 f. Tese (Doutorado em ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2018.

NAIFF, L. A. M. E NAIFF, D. G. M. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v.20, n.3, p. 402-407, 2008.

ORESQUES, N. Science and public policy: what's proof got to do with it? **Environmental Science e policy**, v.7, 2004 (p 369 a 383).

PARMEGGIANI, R. P; RIBAS, L.C; SILVA, M.C; PEREIRA, J.P. Política ambiental e relações com a agricultura familiar brasileira. *Revista Laborativa*, v. 6, n. 2, p. 80-102 out./2017.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

PAULILO, M. I. S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **DADOS– Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.56, n. 2, p 285 a 310, 2013.

PEIXOTO, M. Avaliação da PNATER: uma análise do Relatório de Auditoria do TCU. **ANAIS do Congresso da SOBER** - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e



Sociologia Rural Goiânia - GO, 27 a 30 de julho de 2014, 16p. Disponível em: <http://sober.org.br/congresso2014/>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

PERES, M. A. C. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal**: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. Soc. estado. vol.26 no.3 Brasília Sept./Dec. 2011

PLANAP. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Parnaíba**. CODEVASP. Brasília, DF: TDA Desenhos e Arte Ltda, v 11. 2006.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Cadernos de debate**, AS-PTA, nº 1, Fevereiro, 2014.

PIAUI. **Lei Complementar - Nº 87 de 22/08/2007**. Disponível em <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144> Acesso em 30 de maio de 2017.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais - PPP-** nº 9, V.2, p. 257 – 266, São João del-Rei, julho/dezembro/2014.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

QUARESMA, A. P. Mulheres e quintais florestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura família camponesa amazônica. In: HORA, K. RESENDE, M. MACDO, G (Org) **Coletânea sobre estudos rurais de gênero**: mulheres e agroecologia. Brasília: MDA, 2015

RODRIGUEZ, G. **Eco-Feminismo**: superando a dicotomia natureza/cultura. Publicação Planeta Fêmea, Rio de Janeiro, 1992.

RODRIGUES, C. C., LUCA, T. R., GUIMARÃES, V., (orgs). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições [online]. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, 257 p. Desafios Contemporâneos collection.

ROCKSTRÖM, J; STEFFEN, W; NOONE, K; PERSON, A; CHAPINN III, F. S. Planetary boundaries: exploring the safe operating spacefor humanity. **Ecology and Society**. v. 14, n 2, 2009 (p 472 a 475)

ROS, C. A. da. O processo de construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do governo Lula (2004-2010). Rio de Janeiro, 2012. Relatório de Pesquisa.

ROSSI, I.; MANDELLI, C. S. Projeto gênero e comercialização. In: HORA, K. RESENDE, M.; MACDO, G (Org) **Coletânea sobre estudos rurais de gênero**: mulheres e agroecologia. Brasília: MDA, 2015 (p 141-156)

SANTOS, D. M. OS QUILOMBOLAS E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de políticas públicas**, UFMA, v. 21, n. 2 p 1019 – 1043, 2017.

- SANTOS, A.; DOULA, S. M. Políticas Públicas e Quilombolas: questões para debate e desafios à Prática Extensionista. **Revista Extensão Rural**, ano XV, n. 16, p. 67-83, jul./dez. 2008.
- SCHMITT, J. C. A Transformação das "Ideias Agroecológicas" em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Revista de Sociologia Política**. v. 15, 2016 (p.16 a 49).
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010
- SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Caderno de boas práticas de ATER** – 2015. Brasília, DF: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2016. 153 p.
- SEDUC. Secretaria de Educação do Estado do Piauí. **Endereços das escolas que ofertam a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA**. Disponível em <http://www.pi.gov.br/materia/educacao/jovens-e-adultos-podem-retomar-os-estudos-atraves-da-eja-7022.html> acesso em 20/02/2019.
- SEVILLA-GUZMÁN, E. Sobre as perspectivas teórico metodológicas da Agroecologia. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017
- SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. XXXI, 2016, pág. 59-80
- SERRANO, J. S. Mulheres da Borborema: construindo a igualdade de gênero e agroecologia. In: HORA, K. RESENDE, M. MACDO, G (Org) **Coletânea sobre estudos rurais de gênero: mulheres e agroecologia**. Brasília: MDA, 2015
- SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A; DANTAS, I. (Orgs) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília, MDA, 2011.
- SILVA, M. O. da S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. da S.(Org) **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras editoras, 2001 (p 37 a 96)
- SILVA, R. P. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23, Jul. dez./2013 (p. 150 a 166)
- SILVA, J.S. **Extensão rural e pesquisa: do difusionismo tecnológico a perspectiva agroecológica**. 1. ed. Teresina: Editora universitária, 2017. v. 1. 196p.
- SIQUEIRA, A. B. O retorno de jovens e adultos aos estudos formais após 20, 30, 40 anos. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL**, Tubarão, v. 2, n. 1, p. 32 – 43, jan./jun. ,2009.

SOUZA, S. P. **Modelo de avaliação da efetividade e qualidade das instituições de assistência técnica e extensão rural**. Disponível em [www.iea.sp.gov.br/out/palagosto.pdf](http://www.iea.sp.gov.br/out/palagosto.pdf) acesso em 20/10/2017

SPANEVELLO, R. M. BOSCARDIN, A. M. et M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis Revista Latinoamericana**, v. 44, 2016.

SPM. Secretaria Nacional de políticas para mulheres. Plano Nacional de Políticas públicas para as mulheres 2013 – 2017. Disponível em [www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf) Acesso em 20 de Outubro de 2017

SPM. Secretaria Nacional de políticas públicas para mulheres. Organização Produtiva de Mulheres Rurais. Publicado em 08/07/2010. Disponível em [www.spm.gov.br/articulacao/acoes-tematicas/rural/organizacao-produtiva-de-mulheres](http://www.spm.gov.br/articulacao/acoes-tematicas/rural/organizacao-produtiva-de-mulheres). Acesso em 24 de Outubro de 2017.

TEIXEIRA, D. de L.; DUARTE, M. F.; MORIMOTO, P. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo, USP: 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TORNQUIST, C. S; LISBOA, T. K; MONTYSUMA, M. F. Mulheres e meio ambiente. Estudos Feministas, Florianópolis, v 16, n 3, setembro-dezembro/2010 (p 865 a 869)

TREVISAN, A. P.; BELLEN, V.H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. RAP – Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008.

UNICEF. United Nations Children's Fund. **Guide for Monitoring and Evaluation: Making a Difference?** 1990  
[http://library.cphs.chula.ac.th/Ebooks/ReproductiveHealth/A%20UNICEF%20Guide%20for%20Monitoring%20and%20Evaluation\\_Making%20a%20Difference.pdf](http://library.cphs.chula.ac.th/Ebooks/ReproductiveHealth/A%20UNICEF%20Guide%20for%20Monitoring%20and%20Evaluation_Making%20a%20Difference.pdf) acesso em 20 de Abril de 2018.

VAROTTO, D. P. Agroecologia e Gênero: Perspectivas Para a Emancipação das Mulheres e a Agricultura Familiar. **RELAcult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, V. 03, n° 03, set-dez., 2017, artigo n° 859.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VIDA DIGNA NO CAMPO. **Desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar** – Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente. São Paulo, 2002. 28p.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**. Chapecó, SC, v. 21 n. 64, p. 61-78, jan./mar, 2016.

## APÊNDICE

### Roteiro das oficinas participativas

PESQUISA: EFEITOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO DOS COCAIS – PI

#### PROGRAMAÇÃO

Grupo de Esperantina

Grupo de Batalha

Grupo de São João do Arraial

**08h00** – Conversa informal/ Apresentação e reconhecimento (dinâmica de apresentação)

**08h30** – Apresentação da pesquisa e da oficina

**08h45** – Início da oficina - Divisão dos grupos

Grupo 1 - Rotina organizacional

Grupo 2 - Calendário sazonal

Grupo 3- Fluxograma comercial

**10h** – Descanso

**10h30** – Apresentação dos grupos

**12h** – Encerramento da oficina (Ciranda)

**12h30** – Descanso





**14h** - Visita aos Projetos Produtivos

#### Modelos das ferramentas

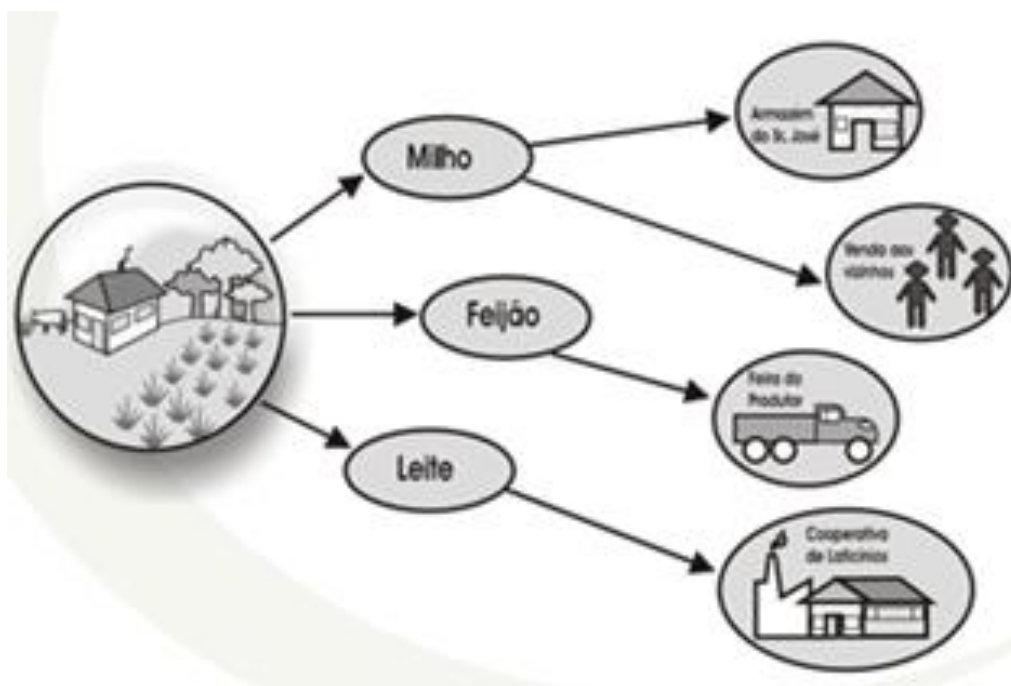
##### Rotina Organizacional

Área de Trabalho	Atividades	Quando?	Quem?	Está planejado?	Funciona? Quais as dificuldades?
Administração					
Produção					
Beneficiamento					
Comercialização					
Finanças					

### Calendário sazonal

ATIVIDADE / TEMA	JAN	FEV	MAR	ABR
TEMPERATURA/ CHUVA				
MANDIOCA	Preparo do solo	Plantação	Colheita	\$
FEIJÃO	Plantação	limpeza	Colheita	\$
MILHO	Plantação	limpeza	Colheita	\$

### Fluxograma Comercial



**ANEXO**

**Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa humana - CEP da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella.**



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** INSERÇÃO POLÍTICA E SOCIOPRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS: A ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO TERRITÓRIO DOS

**Pesquisador:** Jaíra Maria Alcobaça Gomes

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 98629318.0.0000.5214

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Piauí - UFPI

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.054.064

#### **Apresentação do Projeto:**

É um estudo descritivo e exploratório de abordagem predominantemente qualitativa. Ocorrerá no Território dos Cocais, estado do Piauí para avaliar a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para mulheres rurais. A avaliação será realizada a partir da avaliação do Projeto "Semeando o saber agroecológico no Território dos Cocais" executado pelo Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA no período de Março de 2015 a Dezembro de 2016. O estudo abordará 40 mulheres que receberam ATER a fim de identificar as ações da política para inserção

produtiva e agroecológica e inserção política dos grupos femininos atendidos pelo projeto. O estudo ainda fará análise dos relatórios da instituição que tratam das atividades da prestação de ATER as 320 mulheres que participaram do projeto em avaliação, esta análise verificará como foram desenvolvidos os saberes e conhecimentos com as mulheres. O estudo fará também uso de oficinas participativas, construindo as ferramentas rotina organizacional, calendário sazonal e fluxograma comercial, conforme orienta Teixeira, Duarte, Morimoto (2009), Kummer (2007) e Verdejo (2006).

As oficinas participativas são técnicas utilizadas na pesquisa-ação que permitem a construção coletiva e permite que o pesquisador construa um saber sobre os grupos comunitários com a participação ativa dos sujeitos (CORDIOLI, 2003). Serão realizadas em espaços comunitários utilizado pelas mulheres, escolas, associações ou capelas indicadas pelos grupos. A rotina organizacional pretende levantar e sistematizar informações sobre as atividades dos grupos, como

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa

**Bairro:** Ininga

**CEP:** 64.049-550

**UF:** PI

**Município:** TERESINA

**Telefone:** (86)3237-2332

**Fax:** (86)3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.054.064

é a rotina, quais as atividades desenvolvidas, quem se responsabiliza, se é planejado, se funciona ou não, esclarecendo o que a organização faz e a distribuição de responsabilidades para se aproximar do entendimento da dinâmica de organização socioprodutiva dos grupos, obedecendo às orientações de Kummer (2007) quanto a responsabilidade do pesquisador/moderador da construção de qualquer ferramenta participativa. O calendário Sazonal contribui para compreender a dinâmica do grupo quanto aos períodos e processos das atividades produtivas ou improdutivas, períodos de mais ou menos produtividade, aos tempos de plantação, de colheita, de comercialização, de descanso, da interferência de elementos naturais como clima, estação chuvosa, estação seca, etc. (KUMMER, 2007). Esse grupo de instrumentos de coleta de dados dará suporte a avaliação ex- post-facto que se trata a pesquisa.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Avaliar a experiência de Ater para mulheres rurais no território dos Cocais para a inserção política e socioprodutiva agroecológica.

Objetivo Secundário:

Analisar o perfil socioeconômico das mulheres participantes;

Verificar o processo de construção de saberes agroecológicos na gestão do conhecimento das mulheres;

Identificar o manejo ecológico nas atividades produtivas das mulheres rurais;

Identificar a dinâmica de organização socioprodutiva;

Identificar as ações de promoção e inclusão das mulheres nos espaços políticos e comerciais;

Mapear os canais de comercialização.

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa

**Bairro:** Ininga

**CEP:** 64.049-550

**UF:** PI

**Município:** TERESINA

**Telefone:** (86)3237-2332

**Fax:** (86)3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br





Continuação do Parecer: 3.054.064

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e Benefícios em relação as Ong,s.

A pesquisa oferece o risco de invasão de privacidade em relação aos relatórios técnicos e a rotina da ONG CEAA, a esse respeito limitaremos o acesso aos relatórios apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa e atenderemos as restrições da instituição quanto ao horário para atendimento aos pesquisadores. A pesquisa trará como benefício conhecimento sobre produtividade agroecológica, sobre o papel político e organizacional e mapeamento de mercados onde a mulher comercializa sua produção. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Riscos e Benefícios em relação as Mulheres.

Ao analisar as possibilidades de danos agudos ou crônicos, individual ou coletivo que a pesquisa em pauta pode causar e de acordo com as recomendações da Resolução 510/2016 esclarecemos que o uso dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa (entrevista e oficinas participativas), pode causar riscos de origem psicológica, intelectual; e/ou emocional, especificamente a possibilidade de constrangimento ao responder perguntas; desconforto; medo; vergonha; e/ou estresse para minorá-los e/ou eliminá-los, tomaremos as seguintes medidas: garantia de local reservado e com liberdade para não responder questões constrangedoras; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto nas entrevistadas; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); e assegurar a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das mulheres e/ou dos grupos produtivos, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. Além desses procedimentos você só participará das entrevistas e oficinas participativas se desejar, de maneira voluntária, responder as questões das ferramentas de investigação, como condição de narrar suas experiências para registrá-las num trabalho científico.

Benefícios.

A pesquisa trará como benefício conhecimento sobre produtividade agroecológica, sobre seu papel político e organizacional e mapeamento de mercados onde você comercializa sua produção. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa

**Bairro:** Ininga

**CEP:** 64.049-550

**UF:** PI

**Município:** TERESINA

**Telefone:** (86)3237-2332

**Fax:** (86)3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.054.064

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de grande importância para as mulheres trabalhadoras rurais. Em termos metodológico a pesquisa está bem estruturada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram anexados.

**Recomendações:**

Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está apto a ser desenvolvido.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1107003.pdf	08/11/2018 10:35:21		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMulheres.pdf	08/11/2018 10:34:37	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEceaa.pdf	08/11/2018 10:31:12	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2927524.pdf	26/10/2018 14:55:18	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetovalendo.pdf	26/10/2018 14:52:01	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	CartaCEAA.jpg	26/10/2018 14:48:52	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	Confidencialidade.pdf	17/09/2018 12:02:33	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	Carta.pdf	17/09/2018 12:01:28	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	ROTEIROENTREVISTA.pdf	24/08/2018 10:17:34	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	ROTEIROOFICINA.pdf	24/08/2018 10:12:09	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Outros	Curriculo_JAIRA.pdf	24/08/2018	Jaíra Maria	Aceito

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa

**Bairro:** Ininga

**CEP:** 64.049-550

**UF:** PI

**Município:** TERESINA

**Telefone:** (86)3237-2332

**Fax:** (86)3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS  
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 3.054.064

Outros	Curriculo_JAIRA.pdf	10:01:02	Alcobaça Gomes	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	24/08/2018 09:56:39	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAfinal.pdf	24/08/2018 09:55:15	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAOMDMA.pdf	16/08/2018 20:12:34	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Dec_pesquisadores.pdf	16/08/2018 19:20:06	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_final.pdf	16/08/2018 09:56:05	Jaíra Maria Alcobaça Gomes	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

TERESINA, 03 de Dezembro de 2018

---

**Assinado por:**

**KATIA BONFIM LEITE DE MOURA SERVULO  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petronio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa

**Bairro:** Ininga

**CEP:** 64.049-550

**UF:** PI

**Município:** TERESINA

**Telefone:** (86)3237-2332

**Fax:** (86)3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br